



PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2023 - 2033



PREFEITURA DE
SANTANA
DO IPANEMA
Governo de Confiança



O Direito da Criança

**Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.**

**Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.**

**Não é questão de querer
Nem questão de concordar
Os direitos das crianças
Todos têm de respeitar.**

**Tem direito à atenção
Direito de não ter medos
Direito a livros e a pão
Direito de ter brinquedos.**

**Mas criança também tem
O direito de sorrir.
Correr na beira do mar,
Ter lápis de colorir...
Ver uma estrela cadente,
Filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente,
Ouvir histórias do avô.**

**Descer do escorregador,
Fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor,
Brincar de adivinhação.
Morango com chantilly,
Ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi,
Bola, bola, bola, bola! [...]**

Ruth Rocha



Verbo Ser

Que vai ser quando crescer?

Vivem perguntando em redor. Que é ser? É

ter um corpo, um jeito, um nome?

Tenho os três. E sou?

**Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito? Ou
a gente só principia a ser quando cresce?**

É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?

Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?

Repito: Ser, Ser, Ser. Ser. Ser.

Que vou ser quando crescer? Sou obrigado a? Posso escolher?

Não dá para entender. Não vou ser.

Vou crescer assim mesmo.

Sem ser esquecer.

Carlos Drummond de Andrade



Mensagem da Prefeita

Com a mesma intensa alegria que recebi este documento pela primeira vez, eu o entrego a cada um de vocês, para que possam ler, reler e utilizar esta obra como um tesouro que nos ajudará a cuidar ainda mais e melhor de todas as nossas crianças e adolescentes.

Somente através da garantia do cumprimento de políticas públicas voltadas a este público em particular, com toda ênfase possível para o cuidado e proteção de suas vidas e direitos legais, poderemos garantir que as gerações atuais e todas as que virão possam conviver no pleno gozo de uma vida saudável, promovendo uma educação de qualidade e saúde de forma equitativa e distribuída por todas as fases de desenvolvimento da infância e adolescência, proporcionando proteção contra todos os possíveis riscos à sua integridade física, cognitiva, emocional e social, promovendo meios para a sustentabilidade de condições materiais que torne digna sua vivência.

Mesmo dentro de nosso município, considerado de média proporção, é perceptível que temos diferentes realidades e o trabalho conjunto de todas as Secretarias Municipais, sobretudo Saúde; Assistência e Desenvolvimento Social; e Educação, Cultura, Esporte e Lazer têm promovido grandes avanços para este público em particular.

Entretanto, com este Plano Municipal para a Infância e Adolescência, que fortalece ainda mais a intersetorialidade, avançaremos ainda mais no cuidado e proteção de todos aqueles que serão os protagonistas de todas as diagnósticos e das ações previstas neste documento.

Este é um momento que marca positivamente o nosso compromisso de lutar para o aprimoramento de políticas públicas municipais que fortaleçam de modo integral todas as crianças e adolescentes do nosso município, sobretudo àquelas com maiores vulnerabilidades, e garantam uma vida digna, protegida e que proporcione o pleno desenvolvimento.

Aproveito para agradecer a cada pessoa que contribuiu para os pré-diagnósticos, debates, planejamento de ações e produção do texto final deste documento, um Marco real e significativo para avançarmos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, com oportunidades de desenvolvimento para todos os munícipes.

Christiane Bulhões Barros Melo Silva
Prefeita de Santana do Ipanema



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Rua Cel Lucena Maranhão, 141, Centro
Santana do Ipanema, Alagoas
CEP. 57.500-000

Gestão Municipal

Christiane Bulhões Barros Melo Silva
Prefeita de Santana do Ipanema

Iury Pinto e Silva
Vice-Prefeito de Santana do Ipanema



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Rua Cel Lucena Maranhão, 141, Centro
Santana do Ipanema, Alagoas
CEP. 57.500-000

Poder Legislativo

Moacir Júnior Alves Aquino

Elielson da Silva

Roberto Cesar Oliveira Silva

Josefa Eliana Silva Bezerra

Ana Carolina Feitosa Lima

Eudes Vieira da Paixão Júnior

Genildo Bezerra da Silva

Manoel Wanderley Gomes

Mário Siqueira Silva

Tanilla Pereira de Almeida

Zezito Teles de Carvalho Júnior



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Rua Cel Lucena Maranhão, 141, Centro
Santana do Ipanema, Alagoas
CEP. 57.500-000

Comitê da Rede Municipal para Infância e Adolescência

PORTARIA N° 19/202

REPRESENTANTES:

Secretária de Governo

Renilde Silva Bulhões Barros

Secretário de Educação

Edmilson Genuíno Santos Júnior

Secretária de Saúde

Sibele Oliveira Arroxelas

Secretária do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Maria Verônica de Araújo

Articulador Municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança

Everton Barbosa Gaia

**Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer,
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Viviane Maria Alécio Melo

Cícera Gomes da Silva

Maria Fernanda Silva Melo

Maria Luiza de Oliveira Melo

Jarina Soares Farias

**Representantes da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e
Desenvolvimento Social**

Patrícia Tavares Melo

Maria Izabel Farias Carvalho

Misabelle Soares Silva

Karla Araújo Malta

Daniella Nara Vieira

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Fabiana Soares Xavier Cintra

Thenny Mary Viana Fireman

Alanisy Barbosa Gaia Lira

Sofia Maria de Mendonça Vasconcelos

Jullyanny Vanderlei Lima

Representantes do Conselho Tutelar

Lilian Meire Barbosa Silva

Presidente da Associação Comercial

Josinaldo Soares dos Santos

Representante da Secretaria de Finanças e Planejamento

Watson Azevedo dos Santos

Representante do Conselho Municipal pelos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Évio de Carvalho Alves



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
Rua Cel Lucena Maranhão, 141, Centro
Santana do Ipanema, Alagoas
CEP. 57.500-000

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Renilde Silva Bulhões Barros (Secretária de Governo)
Everton Barbosa Gaia (Articulador do PPAC)
Cícera Gomes da Silva (Coordenadora de Programa e Projetos)
Fabiana Soares Xavier Cintra (Diretora da Média Complexidade)
Karla Araújo Malta (Coordenadora do CRAS)
Évio de Carvalho Alves (Tesoureiro do CMDCA)
Viviane Maria Alécio Melo (Coordenadora de Esportes nas Escolas da Rede Municipal)
Maria Fernanda Silva Melo (Coordenadora da Educação Infantil)
Maria Luiza de Oliveira Melo (Diretora de Sistema Pedagógico de Ensino)
Jarina Soares Farias (Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Finais)
Regina Cavalcante Tavares (Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Iniciais)
Thenny Mary Viana Fireman (Diretora de Planejamento em Saúde)
Alanisy Barbosa Gaia Lira (Diretora da Atenção Básica)
Sofia Maria de Mendonça Vasconcelos (Assessora de Atenção Primária em Saúde)
Jullyanny Vanderlei Lima (Diretora da Vigilância em Saúde)
Patrícia Tavares Melo (Diretora da Proteção Social)
Maria Izabel Farias Carvalho (Coordenadora do Programa Criança Feliz)
Misabelle Soares Silva (Coordenadora do CREAS)
Lilian Meire Barbosa Silva (Conselheira Tutelar)
Jícélia Gomes da Silva Costa (Diretora de Gestão Escolar e de Participação Democrática)
Catarina França Amorim (Presidente do CMDCA)
Erisvaldo Bezerra da Silva (Diretor do Sistema de Turismo, Desporto e Lazer)
Josinaldo Soares dos Santos (Presidente da Associação Comercial)

Watson Azevedo dos Santos (Representante da Secretaria de Finanças e Planejamento)

Daniella Nara Vieira (Diretora do Empreendedorismo e Desenvolvimento Local)

Claudia Silva Cabral (Técnica Pedagógica e Articuladora Administrativa)

Natally Ferreira Pacífico (Assistente Social/Coordenadora Municipal do CRIA)

Clivesson Robero dos Santos (Coordenador da Área Técnica de Saúde da Criança e Saúde do idoso)

Sérgia Maria de Bulhões Modesto (Coordenador da Área Técnica de Saúde da Criança e Saúde do idoso)

Gilcélia Gomes dos Santos (Diretora de Cultura)

Alisson Natan da Silva Feitosa (Agente de Desenvolvimento)

Marta Lucia Roque Lucena (Enfermeira e Mobilizadora Técnica da Saúde)

Heloiza Andréia Lins Teixeira (Gerente Especial de Educação-SEDUC)

Lucas Clemente Ferreira dos Santos (Técnico Sageal)

José Ronaldo Alves dos Santos (Técnico de Acompanhamento a Gestão-TAG)

Janayson Rodrigues dos Santos (Técnico Censo Escolar- 6ª GEE)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
Rua Cel Lucena Maranhão, 141, Centro
Santana do Ipanema, Alagoas
CEP. 57.500-000

Lista de Siglas

| | |
|----------------|--|
| AAPPE | Associação dos Amigos e Pais de Pessoas com Deficiência |
| ACSI | Associação Comercial de Santana do Ipanema |
| APS | Atenção Primária à Saúde |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CAPS AD | Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas |
| CER | Centro de Referência Especializado em Reabilitação Física e Visual |
| CF | Constituição Federal de 1988 |
| CIEE | Centro de Integração Empresa-Escola |
| CMDCA | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CRFB/88 | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| CRIA | Programa Criança Alagoana |
| CT | Conselho Tutelar |
| DAPS | Diretoria de Atenção Primária à Saúde |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| ESPIN | Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional |
| FECOEP | Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza |
| FGB | Formação Geral Básica |
| FNPETI | Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil |
| GEE | Gerência Especial de Educação |

| | |
|-----------------|--|
| GERE | Gerência Regional de Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IF | Itinerários Formativos |
| LA | Liberdade Assistida |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| MPEAL | Ministério Público Estadual de Alagoas |
| MS | Ministério da Saúde |
| MSE | Medida Socioeducativa |
| NASF | Núcleo de Apoio à Saúde da Família |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| OSC | Organização da Sociedade Civil |
| PA | Pronto Atendimento |
| PAEFI | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos |
| PAIF | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PcD | Pessoa com Deficiência |
| PNI | Programa nacional de Imunização |
| PCF | Programa Criança Feliz |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PIA | Plano Individual de Atendimento |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PSC | Prestação de Serviços à Comunidade |
| PTS | Projeto Terapêutico Singular |
| RMA | Registro Mensal de Atendimentos |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SECTI | Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação |
| SEDUC/AL | Secretaria de Estado da Educação de Alagoas |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| SGDCA | Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente |
| SIH | Sistema de Informações Hospitalares |
| SIM | Sistema de Informação sobre Mortalidade |

| | |
|---------------|--|
| SINAN | Sistema de Informação de Agravos de Notificação |
| SINASC | Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos |
| SINASE | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo |
| SIPIA | Sistema de Informação para a Infância e Adolescência |
| SISVAN | Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional |
| SMS | Secretaria Municipal de Saúde |
| SMTADS | Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UPA | Unidade de Pronto Atendimento |
| VE | Vigilância Epidemiológica |

Sumário

| | |
|---|-----|
| 1 APRESENTAÇÃO..... | 17 |
| 2 POLÍTICA SOCIAL DE PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS..... | 19 |
| 2.1 Notas Metodológicas | 21 |
| 2.2 Divisão Territorial..... | 21 |
| 2.3 Mapa de Abrangência das Unidades Básicas de Saúde..... | 30 |
| 2.4 Período de Referência dos Dados | 31 |
| 2.5 Análise de Dados | 31 |
| 2.6 Apresentação dos Resultados..... | 31 |
| 3 ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA..... | 33 |
| 3.1 Consulta Pré-Natal | 35 |
| 3.2 Proporção de Partos Cesáreos | 35 |
| 4 ATENÇÃO ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA E AS DISFUNÇÕES ALIMENTARES | 37 |
| 4.1 Baixo peso ao nascer..... | 38 |
| 5 ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA..... | 42 |
| 5.1 Óbitos Infantis e Óbitos de menores de 05 anos..... | 43 |
| 5.2 Taxa de natalidade..... | 45 |
| 6 ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE..... | 47 |
| 6.1 Natalidade de Mães Adolescentes..... | 49 |
| 7 ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MENTAL | 51 |
| 8 PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE DROGAS E ATENÇÃO AOS USUÁRIOS | 56 |
| 9 POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE..... | 59 |
| 9.1 EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 59 |
| 9.1.1 O Fazer Pedagógico na Educação Infantil | 61 |
| 9.1.2 O Lúdico na Educação Infantil | 61 |
| 9.1.3 Educação Infantil em Alagoas | 62 |
| 9.1.4 Educação Infantil em Santana do Ipanema | 65 |
| 10 ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 73 |
| 10.1 Educação em Santana do Ipanema..... | 77 |
| 11 ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS..... | 82 |
| 11.1 Aprendizado Adequado com Equidade..... | 89 |
| 12 ENSINO MÉDIO..... | 103 |
| 12.1 Escolas Estaduais do Município de Santana do Ipanema e modalidades de ensino ofertadas: | 107 |
| 13 INICIAÇÃO PROFISSIONAL | 113 |
| 14 CULTURA | 122 |

| | |
|--|-----|
| 15 ESPORTE E LAZER..... | 128 |
| 16 POLÍTICA SOCIAL DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO | 133 |
| 16.1 FORTALECIMENTO E ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS | 133 |
| 16.1.1 Plantão Social | 134 |
| 16.1.2 Complexo Nutricional Dr. Isnaldo Bulhões Barros | 135 |
| 16.1.3 Programa Ação e Cidadania | 135 |
| 16.1.4 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS | 136 |
| 16.1.5 Cadastro Único | 144 |
| 16.1.6 Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS | 145 |
| 17 ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE NEGLIGENCIA, MAUS TRATOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..... | 149 |
| 18 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL..... | 155 |
| 19 TRABALHO INFANTIL | 160 |
| 20 ATENÇÃO A ADOLESCENTES QUE PRATICARAM ATO INFRACIONAL | 163 |
| 21 A VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. | 167 |
| ALBUM DE FIGURAS..... | 172 |
| REFERÊNCIAS | 186 |



1 APRESENTAÇÃO

Garantir a primazia do atendimento à criança e ao adolescente pelas políticas públicas conforme determina a Carta Maior de nosso país, a Constituição Federal de 1988, exige avaliar a efetividade dos serviços prestados a esse público. A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Brasil passou a pautar-se por uma legislação desafiadora, que impulsiona o poder público, setor privado e a sociedade civil a encontrar soluções cada vez mais eficientes para assegurar, de fato, os direitos da infância e da adolescência brasileiras.

De acordo com o ECA em seu art. 7º “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Signatário de diversos pactos internacionais referentes a essa causa, o país responsabiliza-se também por cumprir a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovado em 1959, e, em nível continental, o Pacto de São José da Costa Rica, celebrado em 1969, que estabelece, em seu artigo 19, que “toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado”.

O Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência no Município de Santana do Ipanema traz uma compreensão sobre a rede de atenção e proteção as nossas crianças e adolescentes e aponta as diversas realidades e situações vivenciadas por esse público. Neste sentido, o presente documento detalha o contexto de avanços e desafios em que nos encontramos, constituindo-se como mais uma ferramenta de informações para a elaboração e o planejamento das ações do município destinadas à infância e adolescência.

As estatísticas e os dados revelados neste documento contribuem para a construção de políticas públicas mais eficientes, para a criação de metas e objetivos norteadores da aplicação de recursos públicos, bem como expõem os avanços na oferta de serviços, programa se projetos a essa prioritária parcela da população.

A partir deste documento, será possível agir com maior assertividade na busca de soluções para a promoção de efetivar direitos e melhoria da qualidade de vida da criança e adolescente, pontos fundamentais da atuação do Município, o que renova o nosso compromisso de garantir um futuro promissor para as novas gerações.

O presente Plano elaborado a várias mãos de forma organizada e obedecendo as normas estruturais do documento e dos setores envolvidos, a partir de suas demandas e perspectivas,

vislumbra a qualificação das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes de forma respeitosa e equânime.

O documento teve sua construção a partir de reuniões intersetoriais e intrasetoriais, com a participação das diferentes entidades como: Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social; Governo; Planejamento; Gerência Especial de Educação; Sociedade Civil e Setor Privado.

Considerando a relevância deste documento para o município de Santana do Ipanema, ele contempla vinte áreas temáticas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes e tem vigência de 10 (dez) anos, ou seja, 2023 a 2033 (dois mil e vinte e três a dois mil e trinta e três). Por conseguinte, ele será avaliado e monitorado anualmente por meio de fórum aberto aos Poderes Executivo e Legislativo; Sociedade Civil e Setor Privado.

2 POLÍTICA SOCIAL DE PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS



Fonte: SMS

Signatário de diversos pactos internacionais referentes a essa causa, o país responsabiliza-se também por cumprir a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovado em 1959, e, em nível continental, o Pacto de São José da Costa Rica, celebrado em 1969, que estabelece, em seu artigo 19, que “toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado”.

Alguns anos depois da criação do ECA, em 1994, testemunhamos a realização do primeiro diagnóstico no âmbito da Atenção Primária à Saúde para dar transparência à realidade de nossas crianças e adolescentes em Santana do Ipanema. Hoje, damos mais um importante passo na consolidação dos avanços ao apresentarmos à sociedade a publicação deste importante documento.

O Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência no Município de Santana do Ipanema, idealizado pela Diretoria de Atenção Primária à Saúde, em parceria com a Prefeitura de Santana do Ipanema, traz uma compreensão sobre a rede de atenção a nossas crianças e adolescentes e aponta as diversas realidades e situações vivenciadas por esse público.

O presente documento detalha o contexto de avanços e desafios em que nos encontramos perante esta temática, constituindo-se como mais uma ferramenta de informações para a elaboração e o planejamento das ações do município destinadas à infância e juventude. As estatísticas e os dados revelados neste documento contribuem para a construção de políticas públicas mais eficientes, para a criação de metas e objetivos norteadores da aplicação de recursos públicos, bem como expõem os avanços na oferta de serviços, programas e projetos a essa prioritária parcela da população.

No que tange às políticas de saúde, o Diagnóstico também contribuirá para o enfrentamento de violações de direitos, combatendo vulnerabilidades sociais em que vivem muitas de nossas crianças e adolescentes. A partir dele, será possível agir com maior assertividade na busca de soluções para a promoção à saúde, ponto fundamental da atuação do Município, o que renova o nosso compromisso de garantir um futuro promissor para as novas gerações.

2.1 Notas Metodológicas

Este é o segundo documento que integra o Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente do Município de Santana do Ipanema disponibilizados pela Diretoria de Atenção Primária à Saúde, contendo informações sobre a realidade de Saúde da criança e do adolescente residentes neste município.

Além de oferecer um retrato em números, este Diagnóstico permite identificar as diferenças entre os territórios do município, no tocante aos eixos de direitos preconizados pela Lei federal N. 8.080, de 1990.

Nos próximos itens desta nota metodológica está descrita a divisão territorial considerado no agrupamento e análise dos dados, a data de referência, a higienização ou tratamento dos dados brutos coletados, e a forma de apresentação dos resultados.

2.2 Divisão Territorial

A fim de facilitar o entendimento e organizar as informações, os indicadores e os resultados estatísticos complementares apresentados neste documento foram consideradas as 14 Equipes de Saúde da Família e 01 Equipe de Atenção Primária do município.

Utilizou-se esta divisão territorial com o objetivo de fortalecer as informações sobre o tema da criança e do adolescente de forma estruturada e regionalizada, e por estar bem alinhada com os objetivos deste Diagnóstico. No Quadro abaixo estão descritas as 15 unidades de saúde, identificadas pelos territórios de abrangência:

UNIDADES DE SAÚDE X TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA

| PSF | RUA / POVOADO / SÍTIO |
|----------------|-----------------------------------|
| SÃO PEDRO | R. PROFESSOR ENEAS |
| | R. JOSÉ EUCLIDES |
| | R. PROJETADA |
| | R. SÃO PEDRO |
| | R. E TRAV. BENEDITO MELO |
| | TRAV. TEREZA MARIA DE JESUS |
| | R. E TRAV. ANTÔNIO TAVARES |
| | R. NILO PECANHA |
| | R. DA PRAIA |
| | R. SÃO PAULO |
| | TRAV. SÃO PAULO |
| | TRAV. PROF. ENÉAS ARAÚJO |
| | R. EUCLIDES JOSE DOS SANTOS |
| | R. JOSE SOARES DA SILVA |
| | R. TEREZA MARIA DE JESUS |
| | R. PROF. ENÉAS ARAÚJO |
| | R. TEREZA MARIA DE JESUS |
| | R. LUIZ GONZAGA |
| | R. 13 DE MAIO |
| | R. SÃO JOÃO |
| | AL 130 |
| | RUA SANTA LUZIA |
| | 1º TRAV. SANTA LUZIA |
| | 2ª TRAV. SANTA LUZIA |
| | 3ª TRAV. SANTA LUZIA |
| | 4ª TRAV. SANTA LUZIA |
| | R. JOÃO SALUSTIANO |
| | 1ª TRAV. EDUARDO |
| | 2ª TRAV. EDUARD |
| | R. EDUARDO S. DOS PRAZERES |
| | TRAV. EDUARDO S. DOS PRAZERES |
| | RUA DURVALINA VIEIRA |
| | TRAV. EDUARDO S. PRAZERES |
| | CONJUNTO SANTO ANTÔNIO |
| LAGOA DO JUNCO | LOTEAMENTO SÃO LUCAS |
| | RIACHO DE BODE |
| | LAGOA DO JUNCO |
| | POVOADO BEBEDOURO |
| | CONJUNTO LEOPOLDO |
| | MANIÇOBA |
| | R. SÃO VICENTE |
| | CONJUNTO BRISA DA SERRA I |
| | CONJUNTO BRISA DA SERRA II |
| | CONJUNTO MONTE VERDE |
| | R. PROJETADA |
| | R. MARIA LILA CARVALHO |
| | R. PROF. ALOISIO ERNANDES BRANDÃO |
| | R. GILMAR PEREIRA DE QUEIROZ |
| | TRAV. PANCRÁCIO ROCHA |
| | R. PANCRÁCIO ROCHA |
| | TRAV. GILMAR PEREIRA DE QUEIROZ |
| | R. DR. AUGUSTO LEITE |
| | R. TERTULIANO NEPOMUCENO |
| | R. PANCRÁCIO ROCHA |
| | R. JOSÉ AMORIM |
| | R. ARTUR MORAIS |
| | ARTUR MORAIS |
| | R. BENJAMIN R. GAIA – 268 |

| | |
|------------------------|--------------------------------------|
| PSF BARAÚNA | TRAV. BARAÚNA |
| | R. SÃO MARCOS |
| | R. SANTO INÁCIO |
| | R. PEDRO GAIA |
| | R. SANTA SOFIA |
| | R. BELMIRA BRANDÃO |
| | RUA ACIOLI |
| | TRAV. BELMIRA BRANDÃO |
| | R. JOSEFA LEITE |
| | R. ROTARY |
| | TRAV. JOSEFA LEITE |
| | R. MINISTRO JOSÉ |
| | TRAV. SINHA RODRIGUES |
| | R. PROF. ALOISIO ERNANDES BRANDAO |
| | TRAV. PANCRÁCIO ROCHA |
| | R. SANTO ANTÔNIO |
| | R. SÃO JOSÉ |
| | R. PANCRÁCIO ROCHA |
| | R. JOÃO IVO |
| | R. PEDRO BRANDÃO |
| | TRAV. JOÃO IVO |
| | R. JOSÉ AMORIM |
| | R. PROJETADA |
| | R. SANTA ANA |
| | R. PROF. ALOISIO ERNANDES BRANDAO |
| | R. SANTO ANTÔNIO |
| | R. GERCINO CATOLÉ |
| ESF SÃO JOAQUIM | R ADJAILSON TELES |
| | R JOÃO YOYO |
| | R MARIA FRANCISCA DA SILVA |
| | R LUIZ ANTONIO PEREIRA SILVA |
| | R ADELSON ISAAC DE MIRANDA |
| | R JOSE ARNALDO DE ANDRADE |
| | R GUSTAVO ALVES DA SILVA |
| | R ARTUR VANDERLEI |
| | R LYONS |
| | R DOMICIO SILVA |
| | R MOVE TERRA |
| | R ELIANE GUIMARAES |
| | DNER |
| | R LYONS |
| | R SAYONARA MARQUES |
| | TRAV. SAYONARA 1 |
| | TRAV. SAYONARA 2 |
| | TRAV. SAYONARA 3 |
| | TRAV. SANTA SOFIA |
| | TRAV SANTA SOFIA A |
| | R SANTA SOFIA B |
| | R PANCRACIO ROCHA |
| | R VEREADOR JOÃO FRANCISCO CAVALCANTE |
| | R MANOEL MATIAS |
| | TRAV. MANOEL MATIAS |
| | R BOA VISTA |
| | R FRANCISCO JOSE ARAUJO DE FRANÇA |
| | R ARNON DE MELO - |
| | R MANOEL MATIAS |
| | R. ORMINDO BARROS |
| | R. BENÍCIO MENDES |

| | |
|-----------|---------------------------------------|
| SANT' ANA | R. JOSÉ CONSTANTINO |
| | TV. PRESIDENTE KENNEDY |
| | R. RICARDO SOBRINHO |
| | R. FRANCISCO DA SILVA |
| | JOSE PETRUCIO NOBRE |
| | R ABDON MARQUES |
| | AV. ADEILDO NEPOMUCEN |
| | R MARILEIDE BULHÕES |
| | AV. MARTINS VIEIRA |
| | TRAV. MARTINS VIEIRA |
| | R SEBASTIÃO PEREIRA |
| | R. DEP. SILOÉ TAVARES |
| | R. SÃO MARCOS |
| | R. TEREZINHA Mª DOS SANTOS PEREIRA |
| | R. SANTO INÁCIO |
| | R. CÍCERO GONZAGA LISBOA |
| | R GILVAN SOARES |
| | R. GENIVAL PEDRO BEZERRA |
| | R. DOMICIO JULIO SILVA |
| | BECO DA PEDRA |
| | BECO GILVAN SOARES |
| | RUA BENJAMIM RODRIGUES GAIA |
| | R. MARIA GAIA |
| | R. DELMIRO GOUVEIA |
| | R. SIQUEIRA CAMPOS |
| | R. CÔNEGO JOSE BULHÕES |
| | R. BARÃO DO RIO BRANCO |
| | R. VEREADOR JOÃO FRANCISCO CAVALCANTE |
| | R MANOEL PEREIRA DOS SANTOS |
| | R. SANTA ANA |
| | R. IRENE PEREIRA DOS SANTOS |
| | R. RENILDO SOARES DA SÍLVA. |
| | TRAV. TANCREDO NEVES |
| | R. SEVERIANO VIEIRA DA SILVA |
| | R. MARIA DOS PRAZERES |
| | R. MARIA DAS DORES DOS SANTOS |
| | R. CLEMÊNCIA PEREIRA DE QUEIROZ |
| | TRAV. CLEMÊNCIA PEREIRA DE QUEIROZ |
| | R. PRESIDENTE KENNEDY |
| | AV. NOSSA SENHORA DE LOURDES |
| | R. 26 DE JULHO |
| | R. ANDRÉ FERREIRA |
| | R. FRANCISCO ROSENDO |
| | R. MARINITA PEIXOTO NÓIA |
| | R. MANOEL AQUINO DE MELO |
| | R. MANOEL MACHADO BARROS |

| | |
|-----------------|--|
| | AV. NOSSA SENHORA FÁTIMA |
| | AV. DR. ARSÊNIO MOREIRA |
| | R. CORONEL LUCENA |
| | AV. DR. OTÁVIO CABRAL |
| | PR. SENADOR ENÉAS ARAUJO |
| | PR. DR. ADELSON ISSAC DE MIRANDA |
| FLORESTA | R. 13 DE MAIO |
| | R. COMPOSITOR JOSÉ CÂNDIDO |
| | R. LUIZ GONZAGA |
| | R. ABDIAS TEODÓSIO |
| | R. ESTUDANTE ALDO ARAÚJO |
| | 1ª TRAV. LUIZ GONZAGA |
| | 2ª TRAV. LUIZ GONZAG |
| | 3ª TRAV. LUIZ GONZAGA |
| | R. ALTO DO CRUZEIRO |
| | R. BENEDITO VIEIRA NEPOMUCENO |
| | TRAV. BENEDITO VIEIRA NEPOMUCENO |
| | R. JOSÉ TEODÓSIO DA SILVA |
| | LOTEAMENTO ALTO DA SERRA |
| | R. JOSÉ ADILSON DA SILVA |
| | RODOVIA AL-130 |
| | CONJUNTO MARINHO |
| | R. JOAO AGOSTINHO DOS SANTOS |
| | R. VANDETE ALVES DOS SANTOS |
| | 1ª TRAV. BENEDITO PACÍFICO DA SILVA |
| | R. PREF. JOEL MARQUES |
| | 5ª TRAV. LUIZ GONZAGA |
| | R. BENEDITO VIEIRA NEPOMUCENO |
| | R. LOURIVAL AMARAL |
| | R. ESTUDANTE ALDO ARAÚJO |
| | BECO SEM SAÍDA |
| | 4ª TRAV. LUIZ GONZAGA |
| | R. SANTO ANTÔNIO – 87 |
| | R. ABDIAS TEODÓSIO – 114 |
| | TRAV. VEREADOR JOSE GOMES (VILA DE LIRA) |
| | RESIDENCIAL MANOEL AUGUSTO DE AZEVEDO |
| | R. PEDRO PACÍFICO DA SILVA |
| | TRAV. BENEDITO PACÍFICO DA SILVA |
| | R. JOÃO AGOSTINHO DOS SANTOS |
| | R. CONEGO LUIZ CIRILO |
| | R. VER. JOSÉ GOMES |
| | R. PREF. JOEL MARQUES |
| | R. EDIVALDO FERREIRA DA SILVA |
| | R. JOSÉ BARBOSA DA SILVA |
| | R. SEM NOME (CONJ. SANTA QUITÉRIA) |
| | R. JOSÉ BARBINO FILHO |
| | R. ADAILTON NICOLAU DOS SANTOS |
| | R. SEM NOME (CONJ. STª QUITÉRIA) |
| | R. BARTOLOMEU BARBOSA CHAGAS |
| | R. 01 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. 02 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. 03 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. 04 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. 05 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. 06 SEM NOME (CONJ. CAJARANA) |
| | R. FLÁVIO CÉSAR SILVA MACHADO |
| | R. BRUNO SILVA SANTOS |

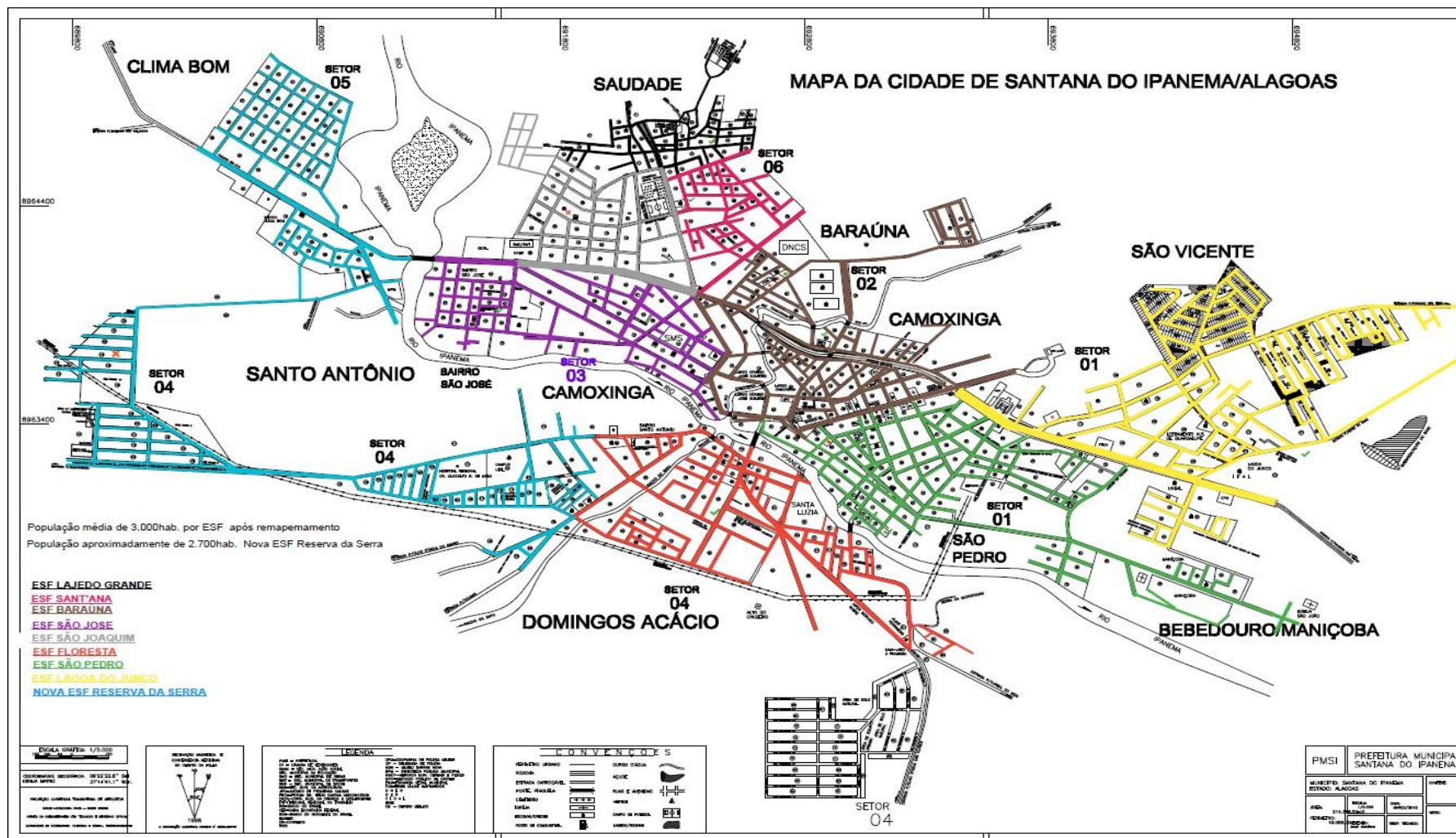
| | |
|----------------------|------------------------------------|
| | AV. PREF. JOEL MARQUES |
| | R. JOSÉ BALBINO FILHO |
| | R. JOÃO PEREIRA SILVA |
| | R. ARLINDA RODRIGUES SERRANEIRA |
| | TRAV. PREF. JOEL MARQUES |
| | CONJUNTO SANTA QUITÉRIA |
| SÃO JOSÉ | R. MAJOR JOÃO FARIAS |
| | R. MUNIZ FALCÃO |
| | R. CÔNEGO CAPITULINO |
| | R. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA |
| | R. DILERMANO BRANDÃO |
| | R. TIRADENTES |
| | R. FREI DAMIÃO |
| | TRAV. DELMIRO GOUVEIA I E II |
| | COHAB VELHA |
| | R. DELMIRO GOUVEIA |
| | R. JOSÉ SOARES CAMPOS |
| | R. JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA |
| | R. JOAQUIM FERREIRA E TRAV. I E II |
| | R. MARECHAL CASTELO BRANCO |
| | R. MANOEL MEDEIROS |
| | R. NAIR AMARAL |
| | TRAV. MANOEL MEDEIROS |
| | R. CÍCERO BEZERRA |
| | LOTEAMENTO FÉLIX |
| | R. JOSÉ PORFÍRIO PALMEIRA |
| | TRAV. JOSÉ PORFÍRIO |
| | TRAV. RICARDO LESSA |
| | R. DEP. PEDRO FERREIRA |
| | CLIMA BOM |
| LAJEDO GRANDE | COHAB NOVA QUADRA 5 |
| | COHAB NOVA QUADRA 6 |
| | COHAB NOVA QUADRA 7 |
| | COHAB NOVA QUADRA 8 |
| | R AGILSON RENATO DE AQUINO |
| | TRAV MAURÍCIO AMÂNCIO |
| | R MAURÍCIO AMÂNCIO |
| | R PROF. HILDA |
| | R SANTO INACIO |
| | R ELOI ROSENDO |
| | COHAB NOVA QUADRA 1 |
| | COHAB NOVA QUADRA 2 |
| | COHAB NOVA QUADRA 3 |
| | COHAB NOVA QUADRA 4 |
| | R SANTA MARTA |
| | TRAV. MAURÍCIO AMÂNCIO |
| | R SANTO EXPEDITO |
| | R PROJETADA |
| | TRAV PADRE CÍCERO |
| | R PADRE CÍCERO |
| | TRAV. SANTA SOFIA |
| | R TANCREDO NEVES |
| | R EST. MAURÍCIO AMÂNCIO |
| | TRAV. TANCREDO NEVES |
| | SÍTIO BARROSO |
| | SÍTIO MATA VERDE |
| | SÍTIO ÁGUA FRIA |
| | SÍTIO POÇO SALGADO |
| | TRAVESSA PADRE CÍCERO |

| | |
|------------------|-----------------------------------|
| CAMUXINGA | SÍTIO CAMUXINGA II |
| | SÍTIO CAMUXINGA I |
| | SÍTIO PINHÃOZEIRO |
| | SÍTIO MALEMBÁ |
| | SÍTIO PAU FERRO |
| | SÍTIO CAMONGA |
| | SÍTIO TIMBAÚBA |
| | SÍTIO BARRA DO TIGRE |
| | SÍTIO LOTEAMENTO IVAN |
| | SÍTIO PAU FERRO |
| | SÍTIO CAMONGA |
| | SÍTIO MUCAMBO |
| | SÍTIO MORCEGO |
| | SÍTIO FAZENDA ARAPIRACA |
| | SÍTIO SERROTE DOS ANGICOS |
| | SÍTIO LAGOA DO EXU |
| | SÍTIO VAGE DE DENTRO |
| | SÍTIO PEDRA D'ÁGUA DOS ALEXANDRES |
| | SÍTIO ALTO DO TAMANDUÁ |
| | SÍTIO SÃO SALVADOR |
| | SÍTIO LAGOA DO GARROTE |
| | SÍTIO SALOBINHO |
| | SÍTIO BAIXIO DO TAMANDUÁ |
| | SÍTIO POÇO GRANDE |
| | SÍTIO POÇO SALGADO |
| | SÍTIO SERRA DO POÇO |
| | SÍTIO SERRA NOVA |
| | SÍTIO CEDRO |
| | SÍTIO SERRA DOS MENINOS |
| | SÍTIO MALEMBÁ |
| BARRIGUDA | SÍTIO BARRIGUDA |
| | SÍTIO SÃO BARTOLOMEU |
| | SÍTIO ALTO DA EMA |
| | SÍTIO NOVO HORIZONTE |
| | SÍTIO BOM SUCESSO |
| | SÍTIO REMETEDEIRA I, II E III |
| | SÍTIO SERRA AGUDA |
| | SÍTIO OLHO D'ÁGUA DO AMARO |
| | SÍTIO CABECEIRO |
| | SÍTIO LAJES DOS BARBOSAS |
| | SÍTIO VÁRZEA DA EMA |
| | SÍTIO ARAÇÁ |
| | SÍTIO TINGUI |
| | SÍTIO SERROTE DOS FRANÇAS |
| | SÍTIO LAGOA DO ALGODÃO |
| | SÍTIO SERROTE DOS ANGICOS |
| | SÍTIO SALOBO |
| | SÍTIO LAGOA DO JUNCO |
| | SÍTIO LAGES DOS BARBOSAS |
| | SÍTIO SERROTE DOS BOIS |
| | SÍTIO INCÓ |
| | SÍTIO BATATAL |
| | SÍTIO LAGOA DO JOÃO GOMES |
| | SÍTIO CABACEIRO |
| | SÍTIO PEDRA D'ÁGUA |
| | SÍTIO SAMAMBAIA |
| | SÍTIO CAJUEIRO |
| | SÍTIO NOVO |

| | |
|----------------|----------------------------|
| | SÍTIO LAJEDO BONITO |
| | COLORADO |
| SÃO FÉLIX | SÍTIO JACARÉ |
| | SÍTIO SERRA DO COURO |
| | SÍTIO CALDEIRÃO DO MEIO |
| | SÍTIO CARACOL I |
| | SÍTIO SERRA DOS MACACOS |
| | SÍTIO SERRA DO JARDIM |
| | SÍTIO CARACOL II |
| | SÍTIO SERRA DOS MACACOS |
| | POVOADO ÓLEO |
| | SÍTIO AGROVILA |
| | SÍTIO ARAÇA |
| | SÍTIO BONIFÁCIO |
| | SÍTIO SERRA DO GUGI |
| | SÍTIO OLHO D'ÁGUA GRANDE |
| | SÍTIO ARAÇA |
| | SÍTIO BONIFÁCIO |
| | SÍTIO CEDRO DO GUGI |
| | SÍTIO GURGI |
| | SÍTIO ARAÇA |
| | SÍTIO VELHO AMARO |
| | SÍTIO POÇO DANTAS |
| | SÍTIO GRAVATÁ |
| | SÍTIO CAMONGA |
| | SÍTIO TERRA VERMELHO |
| | SÍTIO CEDRO DO GURGI |
| | SÍTIO OLHO D'ÁGUA MORTO |
| | SÍTIO SÃO FÉLIX |
| | POVOADO SÃO FELIX |
| | SÍTIO VELHO AMARO |
| | SÍTIO OLHO D'ÁGUA DA AREIA |
| | SÍTIO MULUNGU |
| | SÍTIO RIACHO DAS LAGES |
| | SÍTIO GROTÃO |
| RIACHÃO | SÍTIO CAMARÁ |
| | SÍTIO RIACHÃO |
| | SÍTIO MELANCIA |
| | SÍTIO SERRA DOS MACACOS |
| | SÍTIO CAITITU |
| | SÍTIO BALANÇA |
| | SÍTIO RIACHO DO MUCAMBO |
| | SÍTIO CALDEIRÃO DO MEIO |
| | SÍTIO JACARÉ |
| | SÍTIO CAITITU |
| | SÍTIO PEDRA RICA |
| | SÍTIO CAMARÁ |
| | SÍTIO MELANCIA |
| | POVOADO SÃO RAIMUNDO |
| | SÍTIO SÃO RAIMUNDO |
| AREIA BRANCA I | TRAV. SÃO JOÃO |
| | RUA JOAQUIM DE AMORIM |
| | RUA DO SOL |
| | TRAV. SÃO JOÃO |
| | RUA JOAQUIM DE AMORIM |
| | RUA SÃO SEBASTIÃO |
| | LOTEAMENTO |
| | RUA NILO GENUINO |
| | POVOADO AREIA BRANCA; |

| | |
|------------------------|-------------------------|
| | R. SÃO JOÃO; |
| | TRAVESSA SÃO JOÃO |
| | RUA SANTO ANTÔNIO; |
| | RUA MANOEL JOAQUIM |
| | RUA ISMAEL FERREIRA |
| | RUA JOÃO LOPES |
| | RUA MARIA AQUINO |
| AREIA BRANCA II | RUA ISMAEL FERREIRA |
| | SÍTIO ARAÇA |
| | SÍTIO MANGABA |
| | SÍTIO CAJUEIRO |
| | SÍTIO PUXINAN |
| | SÍTIO SACAÓ |
| | SÍTIO LAGOA DOS MORAES |
| | SÍTIO SERRA DA LAGOA I |
| | SÍTIO RIACHO FUNDO |
| | SÍTIO BAIXIO DO RAMALHO |
| | SÍTIO PUXINAN |
| | SÍTIO AREIA |
| | PARTE DO SÍTIO MARTINS |
| | SÍTIO CAJARANA |
| | SÍTIO SERRA LAGOA I |
| | SÍTIO GAMELEIRA |
| | SÍTIO ARAÇA |
| | SÍTIO MANGABA |
| | SÍTIO ROÇADINHO |
| | SÍTIO CUPIRA |
| JAQUEIRA | SÍTIO OURICURI |
| | SÍTIO PEDRA D'ÁGUA |
| | SÍTIO FEIJÃO |
| | SÍTIO ANJICO |
| | POÇO DA AREIA |
| | SERROTE DO AMPARO |
| | QUEIMADA DO RIO |
| | BARRA DO JOÃO GOMES |
| | SERRA DOS MACACOS |
| | CONDOMÍNIO ANGICO LEMOS |
| | SERRA DOS MACACOS |
| | SERROTE SEVERIANO |
| | SÍTIO CURRAL DO MEIO |
| | SÍTIO JAQUEIRA |
| | SÍTIO POÇO DA PEDRA |
| | SEMENTEIRA |
| | SÍTIO CIPÓ |

2.3 Mapa de Abrangência das Unidades Básicas de Saúde



Fonte: SMS

2.4 Período de Referência dos Dados

O projeto do Diagnóstico foi construído a partir de dados brutos referentes aos registros ocorridos no período compreendido entre 01/01/2019 a 31/12/2022, obtidos de Sistemas de Informações de Saúde do Ministério da Saúde.

Foi utilizado ainda, dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 (microdados e agregados) com o propósito de viabilizar futuras comparações censitárias a partir de 2023. É importante destacar que foram utilizadas todas as bases disponíveis e as mais completas para que este diagnóstico possa retratar com efetividade as realidades onde as crianças e adolescentes estão inseridas, dentro do eixo de direito à Saúde e a Vida.

2.5 Análise de Dados

Previamente a análise dos dados foi necessário realizar a padronização e correção das inconsistências em todas as bases de dados. Esse procedimento evitou registros duplicados e incompletos, bem como o agrupamento de dados em territórios incorretos.

Na análise dos dados foram utilizadas diferentes técnicas estatísticas:

- ✓ Análises descritivas (tabelas, gráficos e infográficos);
- ✓ Para cálculo dos indicadores utilizou-se percentuais, taxa por habitantes, sendo em alguns casos por mil habitantes e outros por cem mil habitantes, dependendo unicamente do indicador analisado. Quando utilizado o denominador por cem mil habitantes, este é informado em nota da tabela.

2.6 Apresentação dos Resultados

Saúde;

- Indicadores de saúde do município, no âmbito da Atenção Primária à Saúde;
- Análises estatísticas complementares;
- As considerações finais;
- E por fim a Matriz para o Plano Municipal para Infância e Adolescência.

Mapeamento da rede de atendimento, no âmbito da atenção primária à saúde (APS) relacionada ao eixo do direito à vida e à saúde.

Neste documento foram mapeados o conjunto de atores no âmbito da Atenção Primária à Saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Santana do Ipanema, atuantes nos eixos estratégicos de promoção do direito à vida e saúde.

Mapeamento da Rede de Atendimento da APS

| ESTABELECIMENTOS E/OU SERVIÇOS | Quant. |
|--|---------------|
| EIXO: Promoção | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| Centro de Saúde/Unidade Básica | 15 |
| Postos de Saúde (postos de apoio NA ZONA RURAL) | 14 |
| Equipe Multiprofissional (antigo NASF) | 02 |
| Academia da Saúde | 01 |
| Total de Estabelecimento e/ou Serviços | 32 |

3 ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA



Fonte: SMS

Todos os dias, aproximadamente 830 mulheres morrem por causas evitáveis relacionadas à gestação e ao parto no mundo e 99% das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento. A mortalidade materna é maior entre mulheres que vivem em áreas rurais e comunidades mais pobres e em comparação com outras mulheres, as jovens adolescentes enfrentam um maior risco de complicações e morte, como resultado da gravidez.

“É uma meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reduzir a taxa global de mortalidade materna para menos de 70 por cada mil nascidos vivos entre 2016 e 2030.” (Paho.org/pt/node/63100).

Reduzir a mortalidade materna no Brasil é um desafio para os serviços de saúde, pois as altas taxas representa grave problema de saúde pública, tendo uma expressão desigual por região e a prevalência nas mulheres das classes sociais mais desfavorecidas.

Em 2021, a razão de mortalidade materna alcançou 107.53 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, conforme informações preliminares. Em 2019, a razão era de 55.31 a cada 100 mil nascidos vivos.

Em 2020, foi de 71.97 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, o que já representou um aumento de quase 25% em relação ao ano anterior. O aumento do número total de mortes maternas foi de 77% entre 2019 e 2021. Os dados são do Ministério da Saúde e foram mapeados pelo Observatório Obstétrico Brasileiro.

O Ministério da Saúde, dentre as medidas para melhorar a qualidade do registro dos óbitos maternos, definiu através da Portaria GM/MS nº 1.172, de 15 de junho de 2004, definiu a vigilância epidemiológica da mortalidade materna como uma atribuição de municípios e estados, e em 2008, a Portaria GM/MS nº 1.119 de 5 de junho, regulamentou esta prática estabelecendo prazos e fluxos da investigação.

A taxa ou coeficiente de mortalidade materna é o indicador utilizado para conhecer o nível de morte materna (Laurenti, 1994). O indicador permite estimar a frequência de óbitos femininos atribuídos às causas em questão em relação ao número de nascidos vivos. Reflete também a qualidade da assistência à saúde da mulher (OPAS, 2002).

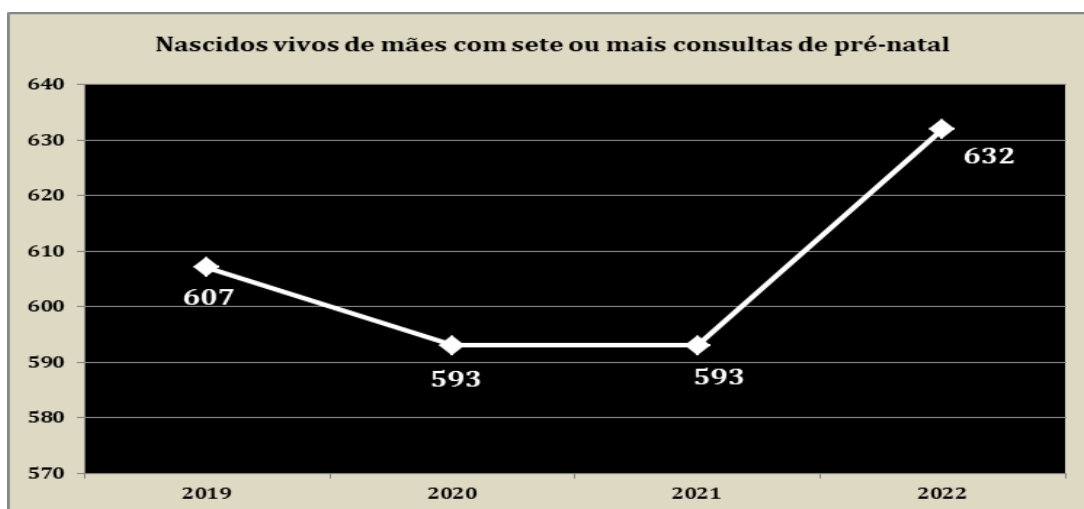
Em países/regiões desenvolvidos as taxas (ou coeficientes) podem variar entre 4 e 15 por 100 mil nascidos vivos (nascidos vivos) e em países/regiões subdesenvolvidos podem ter um mínimo de 80 por 100 mil nascidos vivos, podendo chegar a 500 mortes por 100 mil nascidos vivos, como no caso de alguns países africanos em 1996 (Laurenti, 1994 e 2000).



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023

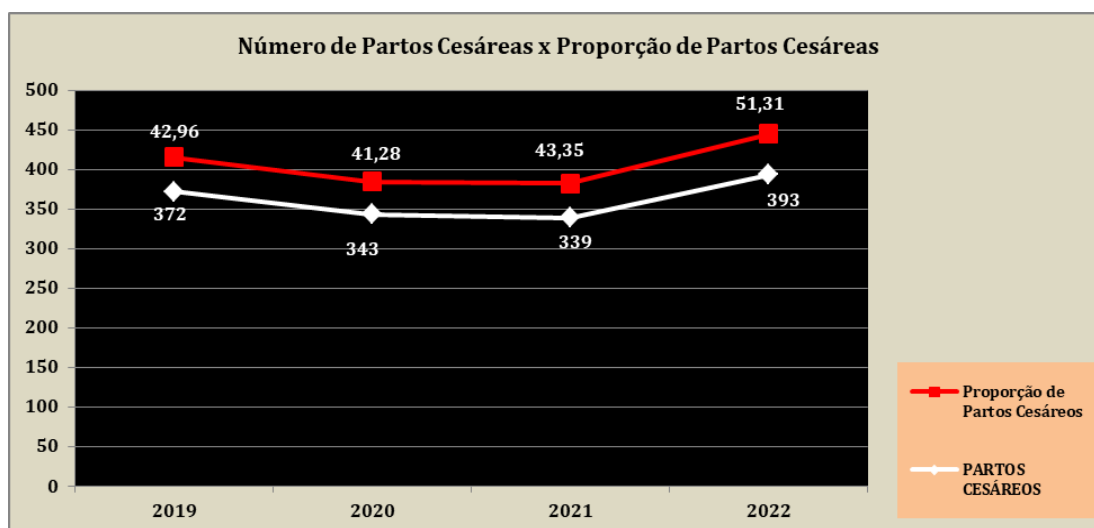
3.1 Consulta Pré-Natal

O percentual de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal, no ano de 2022 foi de 82,5%, enquanto o ano de 2019 teve o menor percentual, 70,09, seguido dos anos 2020 (71,36%) e 2021(75,83%).



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023.

3.2 Proporção de Partos Cesáreos



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023.

Este indicador avalia o grau de ocorrência de partos cesáreos em relação ao total de partos realizados. Observamos que no ano de 2022, 51,31% dos partos realizados foram cesarianos.

Este indicador permite avaliar a qualidade da assistência prestada, uma vez que o aumento do mesmo pode estar refletindo indicações equivocadas do parto cirúrgico em detrimento do parto normal.

| Área temática: Atenção à Saúde Materna | | | | | | | | |
|---|---|---|--|-------------------------------|-----------------|---------|--------------------|---|
| Problema central: Dificuldade no acesso aos serviços de atenção integral à saúde materna. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Expandir e qualificar os serviços de atenção integral à saúde materna. | | | | | | | | |
| ODS associados: | | | | | | | | |
| Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. | | | | | | | | |
| Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 100% de mulheres e crianças atendidas no período de gestação,puérpera e neonatal. | Percentual de mulheres e crianças acompanhadas. | Número de consultas realizadas por gestantes; número de crianças 0 a 6 anos acompanhadas pelas unidades; (E-SUS) - Número de mulheres no período puérpero sendo Acompanhadas pelas unidades | Ampliação da Cobertura dos serviços de atenção à saúde da mulher e da criança. | Secretaria Municipal de Saúde | 06/2023 | 06/2025 | FUS | Equipes de Saúde da Família Equipes de Atenção Primária à Saúde e Equipe E-Multi. |

4 ATENÇÃO ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA E AS DISFUNÇÕES ALIMENTARES

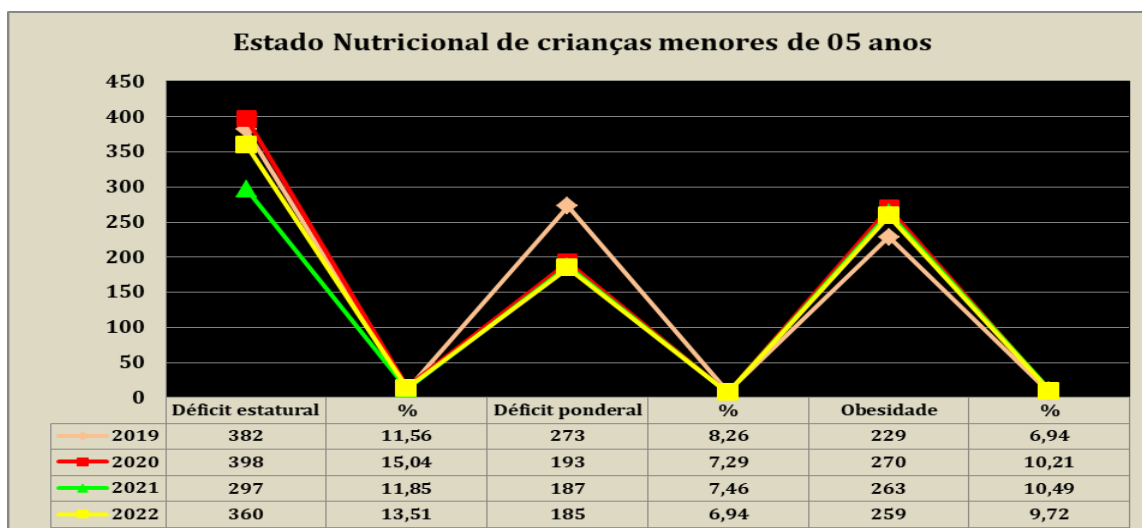


Fonte: SMS

comprometimento nutricional atual ou agudo dos pregressos ou crônicos. Este índice é contemplado na Caderneta de Saúde da Criança, que é distribuído em maternidades e em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.

Esse indicador serve para analisar variações geográficas e temporais na distribuição de crianças com déficit ponderal para a idade, identificando áreas e grupos populacionais de maior risco. Além, orienta a implementação de intervenções alimentares e nutricionais (vigilância, suplementação, orientação e educação) e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a população de menores de cinco anos de idade.

Analisando o gráfico a seguir, constatamos que **menos de 20%** das crianças na faixa etária de 0-5 anos foram avaliadas quanto ao **Estado Nutricional**. Observamos que das crianças avaliadas no **ano de 2022**, 360(13,51%) foram avaliadas com déficit estatural, 185 (6,94%) foram avaliadas com déficit ponderal e 259 (9,72%) foram avaliadas com obesidade.



Fonte: SISVAN.

4.1 Baixo peso ao nascer

Já no indicador de baixo peso ao nascer a diferença é muito pequena entre os anos analisados. O ano de 2019 tem a menor taxa (3,23%) e o ano 2022 com a maior taxa (5,48%).



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023.



| Área temática: Atenção às doenças prevalentes na infância e a disfunções alimentares (Desnutrição, sobrepeso, obesidade) | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|-----------------|---------|--------------------|--|
| Problema Central: Alto índice de mortalidade infantil por causas evitáveis (Afecções Perinatais, respiratórias, diarreias...) | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Reduzir a mortalidade infantil por causas evitáveis | | | | | | | | |
| ODS associados: Saúde e bem estar | | | | | | | | |
| Resultados esperados | Indicadores de Resultado | Meios de Verificação | Ações ou Projetos | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| Promoção do Aleitamento exclusivo | Aumento do número de mães com aleitamento exclusivo | Sistema de informação de produção dos profissionais. | - Promover a Semana do Aleitamento Materno - Realizar palestras sobre o Aleitamento materno - Orientação individual nas consultas de pré-natal | SMS | 07/2023 | 2033 | FUS | APS |
| 90% dos Pediatras do Hospital Regional Clodolfo Rodrigues de Melo, capacitados no atendimento às Afecções Perinatais. | Redução do número de mortes infantis por Afecções Perinatais | Verificação dos números de óbitos infantis no Sistema de Informação de Mortalidade-SIM | Capacitação para os Pediatras do Hospital Regional Clodolfo Rodrigues de Melo | SMS, Hospital Regional Clodolfo Rodrigues de Melo | 11/2023 | 11/2024 | FUS | APS, V.E, e Hospital Regional Clodolfo Rodrigues de Melo |
| 100% das gestantes orientadas sobre morte infantil por causas evitáveis | Gestantes orientadas sobre mortalidade infantil por causas evitáveis | Conferência de registros de palestras e prontuários. | Palestras sobre mortalidade infantil por causas evitáveis para gestantes | Secretaria Municipal de Saúde | | | | |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|-----|------|------|-----|--------|
| | | | <p>Orientações individuais na consulta de Pré-Natal</p> <p>Capacitação para os Agentes Comunitários de Saúde sobre Mortalidade Infantil por causas evitáveis</p> | SMS | 2023 | 2025 | FUS | APSV.E |
|--|--|--|--|-----|------|------|-----|--------|

5 ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA



Fonte: SMS

necessitando que o usuário procure para receber no atendimento de demandas espontâneas e/ou agendamentos.

O PNI do Brasil é um dos maiores do mundo, ofertando 45 diferentes imunobiológicos para toda a população com vacinas destinadas a todas as faixas-etárias e campanhas anuais para atualização da caderneta de vacinação. Dentre elas temos a BCG que previne contra formas graves de tuberculose, hepatite B para evitar a infecção pelo vírus da hepatite B, ambas para serem administradas nas crianças ao nascer, preferencialmente nas primeiras 12 horas de vida, para garantia de uma imunidade satisfatória é importante o alcance das coberturas vacinais de 90% para BCG e rotavírus – VORH, 80% influenza e HPV, 100% febre amarela, dTpa gestante e dupla adulto, as demais 95%.

Em Santana do Ipanema as coberturas vacinais vêm decrescendo ao longo dos anos, conforme tabela 1 as coberturas das vacinas BCG e hepatite B tiveram ascensão em 2022, visto que a cobertura passou de 91,34% em 2021 para 148,74% em 2022 e 89,49% em 2021 para 119,01% para 2022 respectivamente, as demais vêm sendo decrescente e até cobertura zero. Vale ressaltar que o sistema teve algumas mudanças e até transição para outros, comprometendo assim os dados de cobertura vacinal. Na vacinação de crianças e adolescentes se completarem esquema, na idade adulta irá necessitar apenas de doses de reforços de alguns imunobiológicos ou participação de alguma campanha nacional, se não

O PNI (Programa Nacional de Imunização) desde a sua existência, em parceria com as secretarias estaduais e municipais vem realizando um trabalho de redução da morbimortalidade causada por doenças imunopreveníveis. A administração das vacinas ocorre em salas de imunizações da Atenção Primária e hospitais, assim como, extramuros por meio de busca ativa, nos pontos de campanha e escolas,

completaram o esquema, necessitam se dirigir ao ponto de vacinação para garantir sua proteção.

| Cobertura vacinal Crianças | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BCG | 138,82% | 102,14% | 91,34% | 148,74% |
| Hep. B recombinante | 136,56 % | 101,38% | 89,49% | 119,01% |
| Poliomielite 1,2,3 (Vip – Inativada) | 93,34% | 89,20,% | 79,91% | 83,03% |
| Rotavírus humano G1P1 (VRH) | 91,83% | 90,58% | 80,60% | 83,51% |
| Penta (DTP+Hib+HB) | 88,19% | 94,60% | 78,98% | 82,79% |
| Pneumocócica 10-valente (PCV10) | 96,23% | 72,36% | 83,49% | 86,28% |
| Pneumocócica 10-valente (PCV10) Ref | 93,34% | 72,36% | 67,90% | 80,14% |
| Meningocócica C (Conjugada) | 95,85% | 86,18% | 80,02% | 83,75% |
| Meningocócica C (Conjugada) Ref | 95,85% | 92,21% | 80,02% | 83,75% |
| Febre amarela (Atenuada) | 0,75% | 0,38% | 0,35% | 7,82% |
| Febre amarela (Atenuada) Ref | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Poliomielite 1,2,3 (Vop – atenuada) 1º Ref | 82,79% | 76,76% | 63,16% | 78,70% |
| Poliomielite 1,2,3 (Vop – atenuada) 2º Ref | 63,83% | 62,23% | 56,25% | 76,51% |
| Sarampo Caxumba e Rubéola (SCR) D1 | 103,52% | 91,96% | 82,79% | 82,67% |
| Sarampo Caxumba e Rubéola (SCR) D2 | 89,45% | 73,49% | 64,90% | 70,28% |
| Varicela | 92,21% | 79,40% | 81,52% | 98,80% |
| Hep A | 88,96% | 78,89% | 75,06% | 79,18% |
| DTP | 51,51% | 96,73% | 74,60% | 78,10% |
| DTP REFORÇO | 38,69% | 60,51% | 66,00% | 77,02% |

Fonte: SIPNI DATASUS

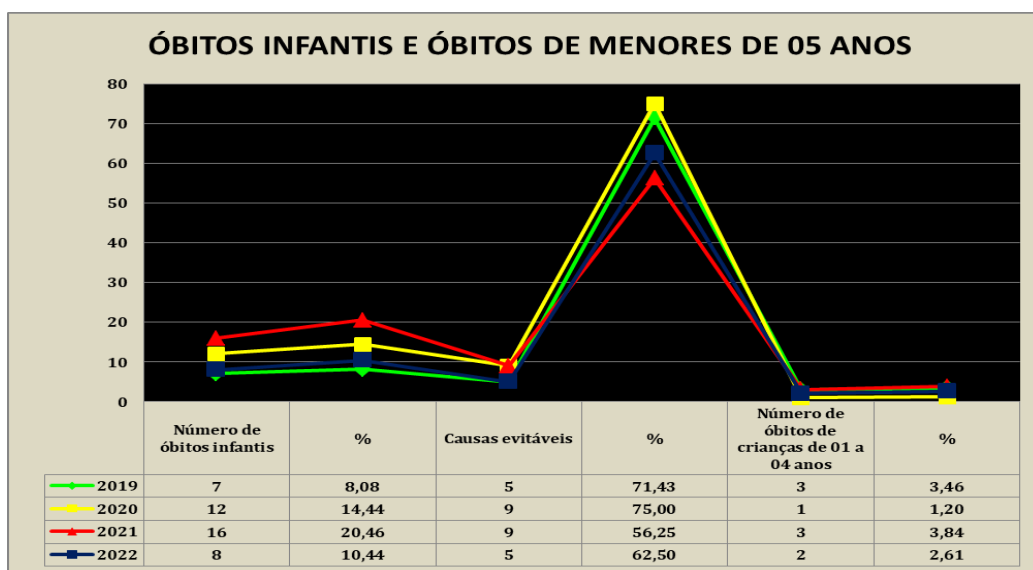
5.1 Óbitos Infantis e Óbitos de menores de 05 anos

A mortalidade infantil é um importante indicador de saúde e condições de vida de uma população. Com o cálculo da sua taxa, estima-se o risco de um nascido vivo morrer antes de chegar a um ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde e baixo nível de desenvolvimento social e econômico.

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 ou mais),

médias (20-49) e *baixas* (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico.

Altas taxas de mortalidade infantil e mortalidade de menores de 05 anos refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023

O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário. Não podemos deixar de ressaltar que, é influenciada pela composição da mortalidade no primeiro ano de vida (mortalidade infantil), amplificando o impacto das causas pós-neonatais, a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade. Porém, taxas reduzidas podem estar encobrindo más condições de vida em segmentos sociais específicos.

5.2 Taxa de natalidade

A taxa de natalidade de Santana do Ipanema no ano de **2022** foi de **15,99 nascidos vivos a cada mil habitantes** sendo o ano da série histórica (2019-2022) de menor taxa e o ano de **2019** a maior taxa, **18,08 nascidos vivos a cada mil habitantes**.



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Acesso em 22/03/2023.

| Área temática: Atenção à Saúde da Criança | | | | | | | | |
|--|---|--|---|-------------|-----------------|---------|--------------------|------------|
| Problema Central: Baixa cobertura vacinal | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Aumentar a cobertura Vacinal | | | | | | | | |
| ODS associados: Saúde e bem estar | | | | | | | | |
| Resultados esperados | Indicadores de Resultado | Meios de Verificação | Ações ou Projetos | Responsável | Datas Previstas | | Fontes de Recursos | Envolvidos |
| | | | | | Início | Término | | |
| 95% das crianças vacinadas conforme Calendário Vacinal vigente | Percentual de crianças vacinadas conforme o calendário vacinal | Monitorando a cobertura vacinal no Sistema de informação do Programa de Imunização | -Vacinação de rotina -Monitoramento através da caderneta de vacinação deste público - Fazer busca ativa de faltosos | SMS | 08/2023 | 12/2033 | FUS | V.E APS |
| 100% dos Técnicos de Enfermagem de Sala de vacina Atualizados em Procedimentos em Sala de vacina | Técnicos de Enfermagem de Sala de vacina atualizados em procedimentos em sala de vacina | Ata de comparecimento nos dias de atualização | Atualização sobre Procedimentos em Sala de vacina para os Técnicos de Enfermagem de Sala de vacina | SMS | 09/2023 | 09/2024 | FUS | APS V.E |

6 ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE



O direito à saúde é garantido a todo cidadão brasileiro pela Constituição Federal (CRFB/88), em seu art. 196, que dispõe:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos

Fonte: SMS e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

No que diz respeito à organização do serviço e à estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), o art. 198 da CRFB/88 prevê:

“As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – participação da comunidade.”

Se tratando de crianças e adolescentes, na perspectiva de indivíduos em fases de vida especiais e peculiares para o desenvolvimento físico e psicológico, atenção especial deve ser dada, como previsto no art. 6º da Lei federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

“Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Os demais direitos estabelecidos no ECA, na Convenção e nos instrumentos normativos nacionais e internacionais disciplinantes da Proteção Integral, só serão usufruídos plenamente a partir do conceito amplo de saúde como dever do Estado.

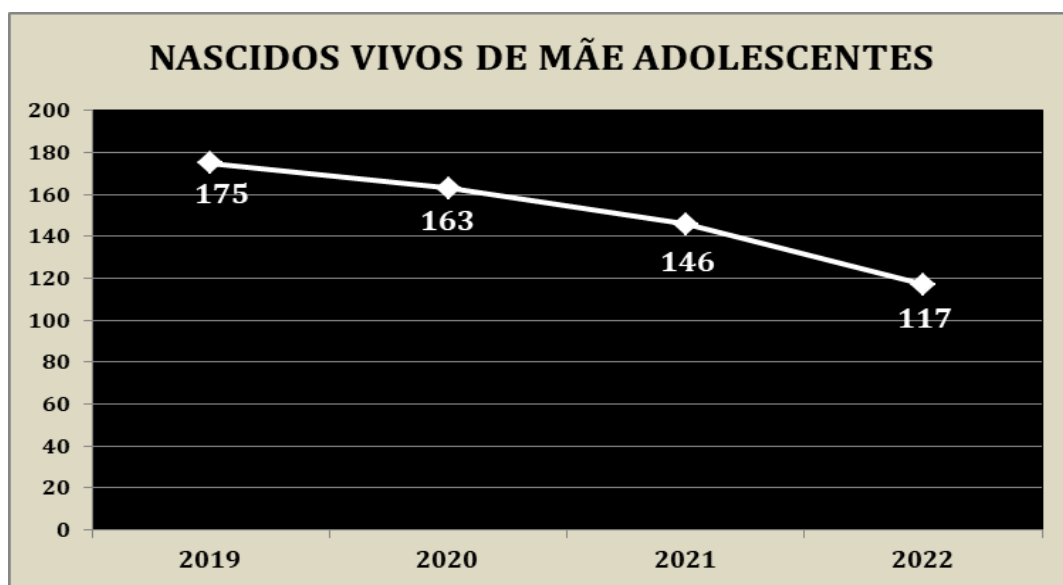
Nesse sentido, é fundamental que haja priorização da política de saúde como eixo estruturante da efetivação dos direitos sociais garantidos no arcabouço jurídico- institucional brasileiro. O ordenamento jurídico inovou ao incluir no ECA disposições respeito da fase gestacional, garantindo o direito ao pré-natal, parte puerpério. A Lei da Primeira Infância, promulgada ao final de 2016, voltou-se a ações políticas a serem efetivadas para melhor concretizar o que já havia sido conquistado formalmente no texto legal. Além disso, especificou mais detalhadamente os cuidados a serem concretizados desde a concepção até os 6 anos de idade, fase de maior vulnerabilidade física e psicológica do desenvolvimento infantil. A impossibilidade de se comunicarem adequadamente, de compreenderem os abusos cometidos contra si próprios e a incapacidade de se protegerem contra os seus cuidadores, com os quais têm relação de total dependência física e emocional, torna-os vítimas fáceis e inocentes pelo conjunto de circunstâncias presentes nessa fase da vida.

Assim, no que diz respeito aos anos vulneráveis de crianças e adolescentes, temos no ordenamento jurídico a legislação especial, voltada a disciplinar diferentes temas que têm interseção com o pleno desenvolvimento físico e psicológico saudável e envolvem o relacionamento familiar e comunitário, dentre eles os abusos sexuais; os maus-tratos; a exploração econômica, representada pelo trabalho infantil em suas diferentes modalidades, cujos riscos de prejuízo à saúde inspiraram a criação da Lista TIP; a dependência química de drogas lícitas ou ilícitas; a gravidez na adolescência; a obesidade infantil e o sedentarismo, muitas vezes originados pela ausência da atividade física, no viés que elevou o direito ao esporte, como prática que deve ser garantida a todos; a alimentação inadequada; a falta de higiene; a falta de moradia em condições salubres; as condições de insalubridade das unidades de privação de liberdade para adolescentes autores de atos infracionais; a alimentação inadequada para os internos, bem como para qualquer outra criança/adolescente em determinada instituição (escolar, de acolhimento, esportiva, etc.); a segurança alimentar; e crianças e adolescentes em situação de rua ou em contato com o lixo. Todos esses temas são amplos e certamente trarão reflexos nos indicadores da área da Saúde, deixando clara a necessidade de uma atuação inter e transdisciplinar para garantir e promover o direito à saúde das crianças e dos adolescentes.

Este Diagnóstico evidencia o perfil abrangente da realidade social e de saúde da infância e da adolescência no Município de Santana do Ipanema no que diz respeito ao direito à vida e à saúde.

6.1 Natalidade de Mães Adolescentes

No que diz respeito à taxa de natalidade de crianças filhas de mães adolescentes, o ano de 2022 configurou-se como o de menor taxa, com 2,44 nascidos vivos a cada mil habitantes. Já o ano de 2019, com a maior taxa, 3,65 nascidos vivos a cada mil habitantes.



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos

| Área temática: Atenção à saúde do adolescente | | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|---|---|--|-----------------|---------|--------------------|---------------------------------------|
| Problema central: Baixa quantidade de profissionais capacitados para atender as demandas de Adolescentes. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Ampliação do número de profissionais capacitados para atendimento de adolescentes. | | | | | | | | |
| ODS associados: | | | | | | | | |
| Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 100% dos profissionais da Rede de Atenção à Saúde capacitados para atender adolescentes. | Números de profissionais capacitados. | Lista de presença e fotos das capacitações. | Construção de um plano de capacitação continuada sobre adolescência para os/as profissionais da Rede de Atenção à Saúde do Município. | Diretoria da Atenção Primária a Saúde. | 2024 | 2025 | FUS | Diretoria De Atenção Primária À Saúde |

7 ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MENTAL



A deficiência é um tema de direitos humanos e como tal obedece ao princípio de que todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação.

Os direitos da Pessoa com Deficiência podem ser acionados tanto com base no direito fundamental do ser humano como com base nas características próprias desse

Fonte: SMS

segmento populacional. O paradigma da deficiência, no entanto, reforça a proteção de direitos das pessoas que já são contempladas e se estende aos grupos ainda não protegidos.

Estimativas sugerem que há pelo menos 93 milhões de crianças com deficiência no mundo, mas os números podem ser muito maiores. De acordo com dados do IBGE de 2010, o Brasil tem cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência. Destas, 3.905.235 são crianças de 0 a 14 anos e, com deficiência intelectual, também nessa faixa etária, são 391.266 crianças (IBGE, 2010).

Esse público muitas vezes está entre os membros mais pobres da população, são menos propensos a frequentar a escola, a acessar serviços médicos ou a ter suas vozes ouvidas na sociedade. Suas deficiências também as colocam em maior risco de abuso físico, e muitas vezes as excluem de receber nutrição adequada ou assistência humanitária em emergências (BRASIL, 2016).

A abordagem baseada na equidade é um dos alicerces da agenda do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para políticas e programas, tanto no desenvolvimento quanto na ação humanitária e desenvolver lideranças sobre os direitos das crianças com deficiência,

capacitação entre funcionários e parceiros (UNICEF, 2016).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, dispõe sobre os direitos a vida e a saúde, assegurado atendimento integral à saúde da às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, além do mais, atendimento especializado.

No município de Santana do Ipanema, AL, estimativas evidenciam que possuem 2.255 pessoas com algum tipo de Deficiência, cadastradas no Sistema E-SUS. Destes, 227 fazem parte da faixa etária de 0 a 14 anos, o que corresponde a 10% da população total do Município que possui diagnóstico para algum tipo de Deficiência, seja ela Física, Intelectual, Auditiva ou Visual.

Entre as Unidades vinculadas à Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência do Estado de Alagoas, podemos citar a Associação dos Amigos e Pais de Pessoas com Deficiência (AAPPE), situada no município de Santana do Ipanema – AL, com característica público – filantrópica, habilitada pelo Ministério da Saúde nas modalidades de Reabilitação (CER II) Auditiva e Intelectual.

A Instituição, há 14 anos, presta serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social às pessoas com deficiência do Município de Santana do Ipanema e os municípios pertencentes à 9ª Região de Saúde do Estado.

A AAPPE possui uma equipe multiprofissional composta por neurologista, psiquiatra, pediatra, otorrinolaringologista, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo e assistente social, além da realização de exames auditivos e diagnósticos. Atende a uma demanda de 115 usuários com faixa etária entre 0 a 19 anos, correspondendo a primeira infância e adolescentes com Deficiência Auditiva e Intelectual.

Outra Unidade Vinculada a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, é o Centro de Reabilitação Física Amaro Caetano Santos de Souza, habilitado com Serviço Intermunicipal de Reabilitação, que presta serviço ambulatorial de reabilitação motora, reabilitação neurológica, reabilitação respiratória, fonoaudiológica e serviço social e oferta fisioterapia motora, fisioterapia neurológica, fisioterapia respiratória com comprometimentos transitórios e ou definitivos.

Diante dessa problemática surge a necessidade da Implantação de um Centro de Referência Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II) no Município de Santana do Ipanema – AL, regionalizado de acordo com o que é preconizado pela Rede de Cuidados as Pessoas com Deficiência, instituída pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 793 de 24 de abril de 2012. A fim de que possamos ampliar os Serviços de Reabilitação física da nossa região e implantar o serviço de Reabilitação Visual aos Pacientes com baixa visão e cegueira,

promovendo uma melhoria no acesso aos serviços necessários, pois atualmente, esses pacientes precisam se deslocar numa distância de aproximadamente 210 km para que sejam atendidos em outros Centros.

De acordo com a portaria acima citada, o CER é um ponto de atenção ambulatorial especializada e responsável em realizar diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação de tecnologias assistivas. Cabendo realizar atendimentos de forma articulada com os demais pontos de atenção à saúde, constituindo-se em referência no território, envolvendo a equipe, o usuário e a família no Projeto terapêutico.

O Centro de Reabilitação encontra-se em funcionamento, sendo mantido com Recursos do Fundo Municipal de Saúde, o que não é suficiente para a implantação de novos recursos e para contratação de uma equipe multiprofissional que contemple um número maior de pacientes assistidos. Com a Habilitação do serviço, será possível oferecer uma assistência às pessoas com Deficiência Física e Visual de toda a região, a fim de que possamos promover uma melhora da assistência e da qualidade de vida, acessibilidade, através de Políticas públicas, melhoria da articulação dos serviços de atenção básica e especialidades, melhoria dos fluxos, protocolos e diminuição da demanda reprimida, possibilitando assistência necessária de forma articulada com outros serviços de saúde, através do Projeto Terapêutico Singular (PTS), para que o paciente vivencie de forma igualitária, do Processo de Reabilitação e Inclusão na Sociedade.

Com isso, vimos a necessidade de habilitar o Centro de Reabilitação Física Amaro Caetano Santos de Souza na modalidade CERII (Física e Visual), como consta no desenho do Plano Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Alagoas. Uma vez que a Unidade está em conformidade com a Portaria GM 793 de 24 de abril de 2012 e a Portaria GM 835 de 25 de abril de 2012 e está apta a se tornar Centro Especializado em Reabilitação – CER. Serviço este, já pactuado junto às Regiões de Saúde, Grupo Condutor Estadual e a Comissão Intergestora Bipartite, como ponto de Atenção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.



| Área Temática: Atenção a Crianças e Adolescentes com Deficiência Física e/ou Mental | | | | | | | | |
|--|---|---|---|-------------|-----------------|---------|--------------------|---------------------------------|
| Problema central: Dificuldade no acesso aos serviços de atenção a rede da pessoa com deficiência. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Ampliação do acesso aos serviços de atenção a rede de pessoa com deficiência. | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 75% dos usuários com acesso aos serviços a serem implantados | Número de usuários cadastrados/número de usuários acompanhados pelos serviços de atenção a pessoa com deficiência | Relatórios mensais através doProntuário eletrônico; E-SUS | Habilitar o Centro de Reabilitação para CER2 e Requalificaçã o da AAPPE de CER 2 para CER 3 | SMS | 06/2023 | 06/2024 | FUS | Diretoria da Média Complexidade |

8 PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE DROGAS E ATENÇÃO AOS USUÁRIOS



Fonte: SMS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a função de promover o direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, por meio do acesso universal e equânime às ações e aos serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, voltados para o público de gestantes, parturientes, nutrizes, recém-nascidos,

crianças e adolescentes até os 18 anos (artigos 7º e 11 do ECA, 1990).

Com isso, o SUS, por meio de suas Leis Orgânicas nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 e de suas diversas políticas, assumiu responsabilidades sanitárias para com crianças, adolescentes e suas famílias.

O uso e abuso de álcool e outras drogas representam um dos problemas mais severos de saúde pública atualmente e suas consequências são extremamente prejudiciais ao organismo do usuário, além de impactar nos vínculos familiares, sociais, trabalhistas, escolares, sobrecarregando o sistema de saúde e assistência social. Quando se trata de crianças e adolescentes, as consequências são ainda mais nesta fase pois, afetam o indivíduo em sua fase de formação, tanto neuro cerebral, quanto em termos de desenvolvimento psicossocial exigindo, portanto, um olhar mais atento da família, da sociedade e do Estado, motivo pelo qual, qualquer utilização de substâncias psicotrópicas, lícitas ou ilícitas, pela população infantojuvenil é considerada abuso e não uso, pelas entidades médicas mundiais (BRASIL, 2016). Destaca-se, ainda, que a utilização de substâncias psicotóxicas por crianças e adolescentes, seja esta lícita ou não, já caracteriza o uso abusivo, pois, conforme citado acima, o estágio de desenvolvimento em que se encontram, já ensejam os efeitos nocivos desta prática.

Para atender a população de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, o município de Santana do Ipanema conta com a participação efetiva na promoção de

saúde através das 15 Unidades Básicas de Saúde, do Centro de Diagnóstico, que atende a demanda do município e conta com pediatra, psiquiatra e psicólogos, entre outros profissionais que compõem a equipe multiprofissional do serviço e que realizam atendimentos voltados a demanda dessas crianças e adolescentes.

Além destes serviços, o município dispõe do CAPS Irmã Leontia que é referência para atendimento de pessoas que apresentam sofrimento psíquico ou transtorno mental, sendo composto por equipe multiprofissional com Psiquiatra, Enfermeira, Técnicos de Enfermagem Nutricionista, Assistente Social, Farmacêutica, Terapeuta Ocupacional, Apoiador Social e Educador Físico, no entanto, o público infantil não é acompanhado por este serviço.

A cidade de Santana do Ipanema também possui o CAPS AD III Dr^a Consuelo Figueiredo de Mariz, referência com atendimento 24h para quem apresenta sofrimento psíquico intenso em decorrência do uso de álcool e outras drogas, a equipe multiprofissional é composta por Médico Psiquiatra, Médico Clínico, Enfermeiros, Psicólogos, Educadores Físicos, Nutricionista, Psicopedagoga, Farmacêuticos, Técnicos de Enfermagem e Educadores Sociais, Além disso, o CAPS conta com duas Unidades de Acolhimento Masculina e Feminina.

Embora o município não possua um serviço específico que trate dessa problemática, bem como tratamento de crianças e adolescentes usuárias, tem-se uma rede de apoio como os serviços já citados que atendem a essa demanda.

No entanto, vê-se a necessidade de ações mais efetivas voltada para o atendimento dessas crianças e adolescentes, com equipe multiprofissional, empregando intervenções e estratégias de acolhimento efetivas. A prevenção e promoção da saúde devem estar além do que é realizado nos serviços de saúde e precisa envolver a sociedade, as famílias, os grupos onde essas crianças e jovens estão inseridas. A oferta de educação, lazer, esportes e outras alternativas também são fundamentais nessa prevenção, ou seja, os serviços, sobretudo de saúde, educação e assistência social devem permanecer com trabalhos em conjunto, o que agrega e aproxima as realidades de cada um num único objetivo.

| Área Temática: Prevenção do Uso Abusivo de Drogas e Atenção aos Usuários | | | | | | | | |
|--|---|---|--|-------------|-----------------|---------|--------------------|---|
| Problema central: Baixa oferta de qualificação dos servidores da rede municipal de atenção a crianças e adolescentes. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Servidores a rede municipal de atenção a crianças e adolescentes qualificados. | | | | | | | | |
| RESULTADO ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 80% dos profissionais da rede de atenção a crianças e adolescentes qualificados acerca do uso abusivo de drogas. | Nº de profissionais da rede/ Nº de profissionais qualificados. | Setor de Recursos Humanos das Secretarias Municipais. Profissionais que tem atuação direta com crianças e adolescentes. Frequência das capacitações. | Elaborar plano intersetorial de capacitação acerca da temática do uso abusivo de drogas. | SMS | 10/2023 | 12/2023 | FUS | Secretarias Municipais Educação, Assistência Social |

9 POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Fonte: SEMED

9.1 EDUCAÇÃO INFANTIL



Fonte: SEMED

A Educação Infantil por muito tempo foi renegada e não considerada importante no processo de desenvolvimento da criança, muito menos havia políticas públicas que assegurassem o direito de vagas e permanência nas instituições de ensino infantil. A qualidade que tanto se busca para os anos iniciais está sendo conquistados aos poucos, entretanto essa luta e reivindicações começaram algumas décadas atrás.

No Brasil são recentes as abordagens dadas em caráter pedagógico para a Educação Infantil. De acordo com Oliveira (2005) historicamente as primeiras instituições de ensino infantil foram

criadas em 1908 em Belo Horizonte, e em 1909 no Rio de Janeiro, mas na década de 20 e 30 surgiram novas escolas de Educação Infantil, que tinha como finalidade cuidar dos filhos pequenos para que suas mães pudessem trabalhar, que até então a educação

era total responsabilidade da família, girando principalmente em torno da figura materna. Essa nova configuração social surgiu em decorrência “do aumento da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estruturas das famílias” (FERRONATTO, 2006, p. 27).

Como no Brasil ainda era recente a criação de creches e pré-escolas modelos de educação norte-americano e europeu se tornaram referências no atendimento de crianças que frequentavam essas instituições, Oliveira (2005) explana que o projeto adotado na época tomava a criança como um indivíduo carente, que sofria de privações culturais e era função da escola sanar essas faltas que supostamente havia.

Oliveira (2005) afirma ainda que apesar de ser uma medida assegurada por lei, o acesso à educação infantil e sua permanência ainda estava em segundo plano dentro dos projetos de políticas públicas, entretanto na década de 90 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitiu-se a consolidação dos direitos das crianças adquiridos por meio da Constituição. Em 20 de dezembro de 1996 surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, baseando-se nos princípios norteadores da Constituição de 88, declarando no Título II, Seção II, Art. 29 a finalidade da Educação Infantil.

A Educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 12).

De acordo com a LDB (1996) a partir dessa nova lei a educação passa a ser considerada como uma das etapas da educação básica, tornando-se parte do sistema regular de ensino.

Com o passar dos anos a Educação Infantil passa por outros avanços em 2009 a Emenda Constitucional nº 59/2009, torna obrigatória a Educação Básica dos quatro aos 17 anos. A Educação Infantil, em específico, só vai aparecer como obrigatória em 2013, quando todas as crianças de quatro e cinco anos passam a, obrigatoriamente, estarem matriculadas em uma instituição de ensino infantil. Um último e importante passo nessa trajetória acontece em 2017, quando a Educação Infantil é incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integrando-a ainda mais à Educação Básica.

9.1.1 O Fazer Pedagógico na Educação Infantil

O fazer pedagógico na educação infantil deve ser criativo, flexível, atendendo às individualidades sem perder de vista o coletivo. Pensar sobre isto implica reinventar cotidianamente o fazer pedagógico, para que neles se deem as interações do sujeito com o mundo físico e social, oportunizando-lhe construir/desconstruir/reconstruir os conhecimentos necessários à sua condição de cidadão.

O educador infantil precisa compreender a Instituição de Educação Infantil como espaço coletivo, em parceria com a família e a comunidade, assumir que tem um papel fundamental no processo de inserção e acolhimento das crianças e de suas famílias na instituição, respeitar e valorizar os direitos e as necessidades das crianças em relação à educação e aos cuidados próprios desta faixa etária, organizar o trabalho com as crianças de acordo com suas especificidades e necessidades, considerar, no planejamento do trabalho, a formação humana da criança, integrando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, históricos e culturais, reconhecer o brincar como a principal atividade da criança e as suas múltiplas linguagens (musical, gestual, corporal, plástica, oral, escrita, etc.) como suas formas privilegiadas de interagir no mundo.

9.1.2 O Lúdico na Educação Infantil

A utilização do lúdico na Educação Infantil traz muitas vantagens para o sucesso das crianças, o lúdico impulsiona naturalmente a criança, motivando-a a alcançar os objetivos da aula de forma voluntária e espontânea, sendo assim, a aula que possui o lúdico como um dos seus métodos de aprendizagem, está voltada para o interesse das crianças, mas não pode fugir das regras do ensino-aprendizagem e nem dos objetivos pretendidos, pois é através das brincadeiras que a criança desenvolve seu raciocínio lógico, bem como instiga e compreende o mundo que a cerca.

De acordo com FREIRE (2002) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Sendo assim, através do lúdico o educador da educação infantil pode proporcionar essa produção e construção do conhecimento.

Com as brincadeiras na Educação Infantil as crianças passam a conhecer suas próprias

limitações e as relação recíproca que existe entre os outros, compreende o meio social, suas diferenças e seus comportamentos. Conhecem e identificam objetos em um contexto, isto, é fazem o uso cultural, visando o desenvolvimento da linguagem e da narrativa, para trabalhar com o imaginário. Usando o imaginário as crianças aprendem a inventar, brincar, correr, jogar mantendo um bom equilíbrio no mundo em que vive (SILVA, 2003).

O ato de brincar leva a criança à socialização, a interação e a se relacionar de maneira coerente no meio social, com outras pessoas que estão ao seu meio, como os brinquedos e consigo mesmo. Um dos objetivos das brincadeiras é levar uma educação, nova dinâmica e atraente, tendo a ludicidade como uma estratégia de ensino, que facilita a aprendizagem psicomotora afetiva e cognitiva da criança, desenvolvendo sentimentos e emoções bons. (SILVA, 2003).

Com a atividade lúdica que o educando desenvolve sua habilidade de subordinar-se a uma regra, mesmo quando um estímulo direto o impede a fazer algo diferente. “Dominar as regras significa dominar seu próprio comportamento, aprendendo a controlá-lo, aprendendo a subordiná-lo a um propósito definitivo” (SILVA, 2003, p.12).

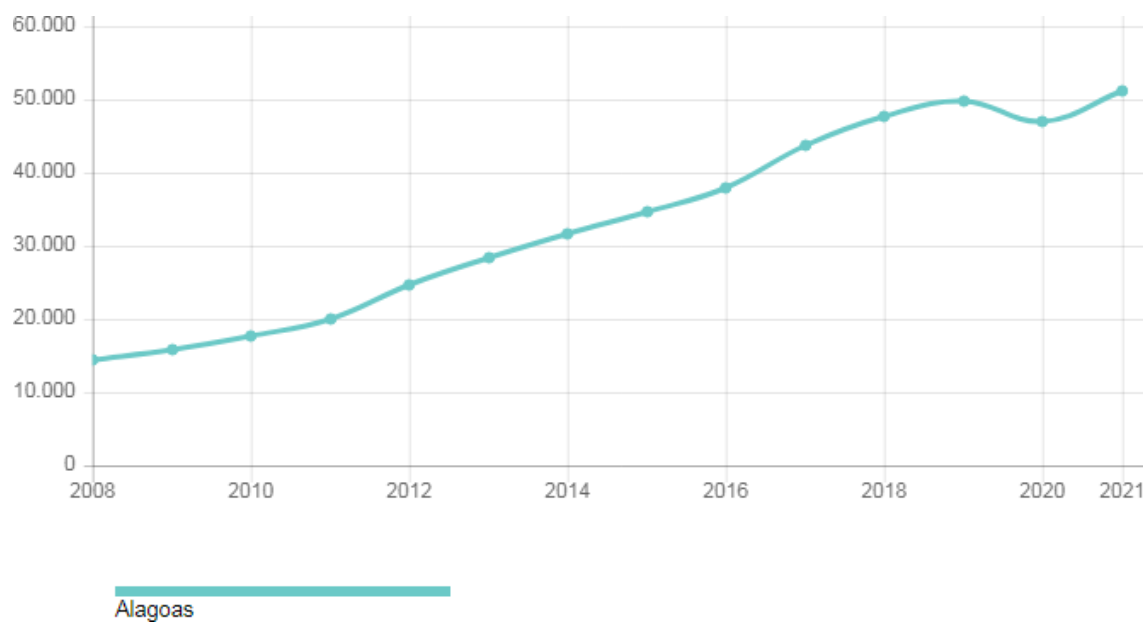
9.1.3 Educação Infantil em Alagoas

Silva (2009) e Martins (2014). De acordo com Silva, somente a partir de fins do século XIX a educação alagoana abarcou a educação infantil, que esteve, nos seus primórdios, quase que unicamente sob a responsabilidade dos conventos franciscanos existentes em Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atual Marechal Deodoro) e Penedo. A criação de creches públicas aconteceu apenas na década de 70 do século XX, tendo caráter assistencial. O Estado “somente mantinha duas escolas de Jardim de Infância experimentais” (SILVA, 2009, p.69).

Segundo a Fundação Maria Celia Souto Vidigal (2020), Alagoas conta com uma população de 303.500 crianças de 0 a 6 anos.

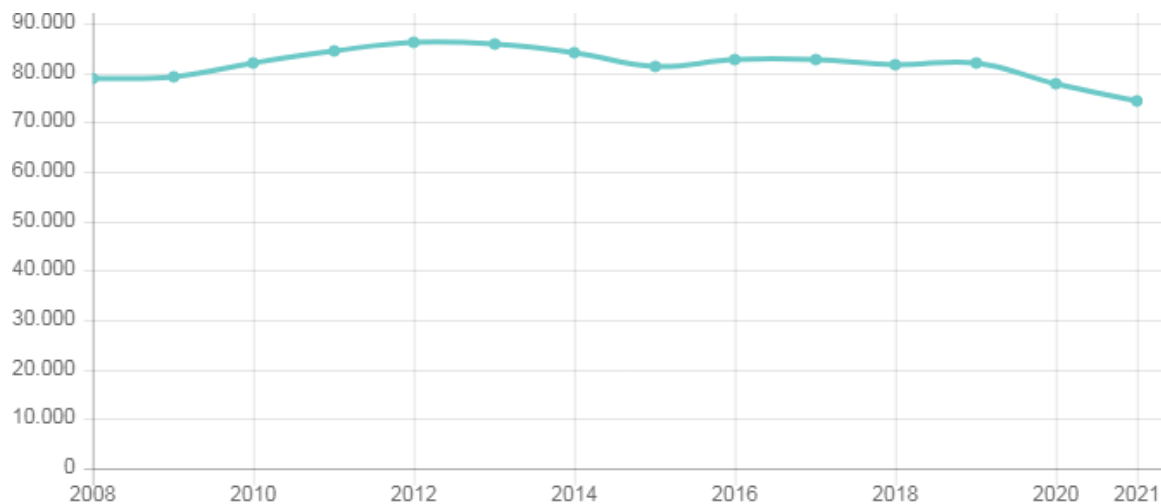
Podemos destacar no Censo escolar o percentual de matriculas na Educação Infantil em Alagoas no gráfico abaixo.

MATRÍCULAS DE CRECHES, BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS: GRUPOS ETÁRIOS DE 0 A 3 ANOS E 11 MESES



Fonte: IBGE

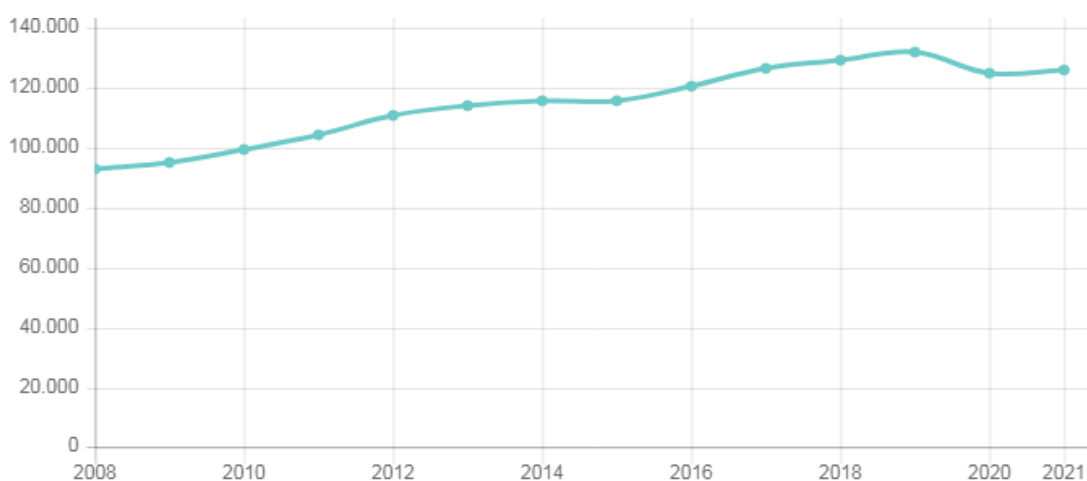
MATRÍCULAS DE PRÉ-ESCOLA, CRIANÇAS PEQUENAS: GRUPOS ETÁRIOS DE 4 A 5 ANOS E 11 MESES



Alagoas

Fonte: IBGE

GERAL DE MATRÍCULAS DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA: BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS: GRUPOS ETÁRIOS DE 0 A 5 ANOS E 11 MESES



Alagoas

Fonte: IBGE

Posição de cada UF no Ranking dos Estados do Nordeste com melhor cobertura de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche (Ranking Regional)

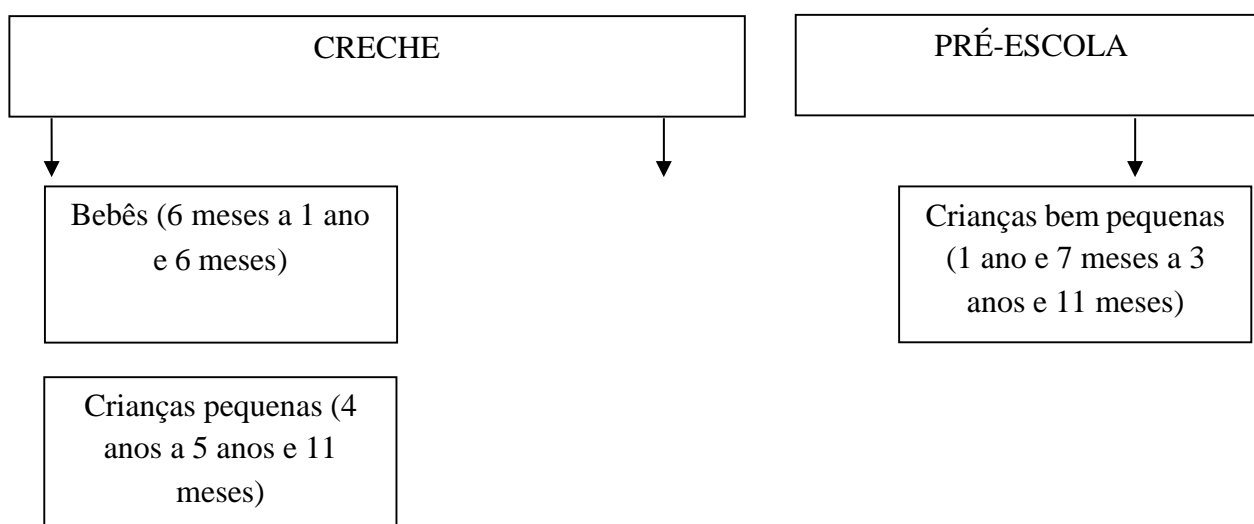
| UF | Posição atual | | Posição estimada | |
|---------------------|---------------|------|------------------|------|
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Alagoas | 7º | 7º | 2º | 1º |
| Bahia | 6º | 6º | 7º | 7º |
| Ceará | 1º | 1º | 1º | 2º |
| Maranhão | 3º | 3º | 4º | 4º |
| Paraíba | 5º | 5º | 6º | 6º |
| Pernambuco | 9º | 9º | 9º | 9º |
| Piauí | 4º | 4º | 5º | 5º |
| Rio Grande do Norte | 2º | 2º | 3º | 3º |
| Sergipe | 8º | 8º | 8º | 8º |

Fonte: Elaboração Secretaria da Primeira Infância do Estado de Alagoas. Dados coletados pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag.

9.1.4 Educação Infantil em Santana do Ipanema

O Município de Santana do Ipanema desenvolve uma Educação Infantil focado no desenvolvimento integral da criança, prepara a criança em todos os seus processos formativos complementando as ações da família e da comunidade. Com profissionais capacitados que planejam aulas pensando em desenvolver todas as habilidades necessárias das crianças.

O Município de Santana do Ipanema atende as seguintes etapas e é organizada com os seguintes grupos etários.



Fonte: Elaboração própria - SEMED

O mesmo oferta a Educação Infantil em 24 (vinte e quatro) unidades de ensino, conforme tabela abaixo.

| |
|--|
| CMEI Roberval M Dias |
| CMEI Tânia Maria Vieira |
| Creche Santa Quitéria |
| CMEI Dr. Isnaldo Bulhões Barros |
| CMEI Maria do Socorro Batista Oliveira |
| EMEB Antônio Rodrigues Damasceno |
| EMEB Benedito Melo |
| EMEB Cleodon Teodósio |
| EMEB Durvalina Cardoso Pontes |
| EMEB Francisca Angélica de Assis |
| EMEB Iracema Salgueiro Silva |
| EMEB Ismael F. de Oliveira |
| EMEB José Francisco de Andrade |
| EMEB M ^a do Carmo O. Araújo |
| EMEB M ^a José de Carvalho |
| EMEB Professora Sônia Pereira da Silva |
| EMEB Santa Sofia |
| EMEB São Cristóvão |
| EMEB São Raimundo |
| EMEB Senador Arnon de Melo |
| EMEB Senhora Santana |
| EMEB Ulisses Silva |
| EMEB Ver. João Francisco Cavalcante |

Fonte: Elaboração própria – SEMED.

Entre os anos de 2019 a 2023, o município oferece turmas de Creche e Pré-escola conforme tabela abaixo que informa o quantitativo de matrículas e ofertas da rede.

| Etapas da Educação Infantil | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | |
|--------------------------------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|-------------------------------------|---------|
| | 2 anos a 5 anos e 11 meses | | 2 anos a 5 anos e 11 meses | | 2 anos a 5 anos e 11 meses | | 1 ano e 6 meses a 5 anos e 11 meses | |
| Creche | Integral | Parcial | Integral | Parcial | Integral | Parcial | Integral | Parcial |
| | 294 | 22 | 336 | 41 | 313 | 41 | 514 | 110 |
| Pré-escola | - | 906 | - | 1.059 | - | 952 | - | 1.019 |
| Total de crianças matriculadas | 1.222 | | 1.436 | | 1.306 | | 1.643 | |

Fonte: Elaboração própria- SEMED. Dados coletados no Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira/Inep.

Os trabalhos pedagógicos realizado no município seguem os documentos legais que regem a Educação Infantil, como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - lei nº 9394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ano 2010, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica ano 2013, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2018, o Referencial Curricular de Alagoas- RECAL ano 2019, entre outros documentos.

O trabalho na Educação Infantil do município de Santana do Ipanema se dá por meio de projetos e sequências didáticas, relacionados com os interesses e curiosidades das crianças, respeitando a individualidade de cada um, instigando, questionando e pesquisando sobre suas inquietações.

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil também resgata o “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Brasil, 2009, p.12).

Nessa perspectiva, se destacam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reitera que as brincadeiras e as interações são eixos estruturantes e norteadores da prática pedagógica com vista à garantia de experiências individuais e coletivas que favoreçam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhece-se) e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de bebês e crianças.

O lúdico na Educação Infantil de Santana do Ipanema sempre está presente nas aulas, construindo um desenvolvimento sadio e evolutivo das crianças. Segundo Gera e Tassinari, esta prática desenvolve a inteligência, e com ela a criança aprende prazerosa e progressivamente a representar simbolicamente sua realidade, deixando o egocentrismo, além de aprender a conviver na sociedade em que está inserida.

Os planejamentos são flexíveis e organizados de acordo com os projetos em desenvolvimento e as atividades são planejadas de forma que contemple todos os momentos, desde a entrada da criança nas unidades de ensino até o momento de saída. Há momentos de atividades livres e outros de atividades dirigidas. Nos momentos livres, os professores observam e mediam as ações das crianças; nos momentos dirigidos, procura-se focar no conhecimento que se quer construir e ampliar, problematizando, questionando e registrando suas hipóteses. Durante as aulas temos o momento da roda de leitura para as crianças estimular o pensamento independente, desenvolver o raciocínio lógico, a criatividade, ampliem a imaginação, o vocabulário, desenvolva a oralidade e o gosto pela leitura. Os momentos de higiene e alimentação também fazem parte do planejamento pedagógico, essas atividades são realizadas com uma intencionalidade e não apenas de uma forma mecânica.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 2001, p. 57) dizem que “A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal”. A leitura é uma ferramenta precisa no processo de ensino-aprendizagem. Ela é a responsável pelo desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos. Por isso, é fundamental que o professor incentive nas crianças o hábito de ler.

Segundo o referencial, o desenvolvimento das aulas deve favorecer que as crianças desenvolvam uma imagem positiva de si, descubram o próprio corpo e suas capacidades; estabeleçam vínculos afetivos com outras crianças e com professores, respeitem as diversidades culturais, sejam motivados a manter a curiosidade sobre os acontecimentos ao

seu redor, tornem agentes transformadores do meio social em que estão inseridos, respeitem e preservem a natureza, tenham liberdade de se expressar transmitindo suas emoções, sentimentos, pensamentos, desejos, necessidades e utilizem as diferentes linguagens corporais.

Em 2021, o município implantou um sistema de avaliação para o acompanhamento contínuo das crianças da Educação Infantil da rede municipal de ensino, a SEMED realiza durante o ano 03 (três) avaliações diagnósticas nas unidades de ensino, sem o objetivo de promoção.

Em 2023 as unidades de ensino estão criando um portfólio, para o acompanhamento diário das crianças da Educação Infantil, com objetivo de acompanhar o processo de desenvolvimento da criança.

“A avaliação deve procurar abranger todos os aspectos do desenvolvimento da criança, não só o cognitivo, mas sim uma avaliação a partir do aluno, tendo ele como referência, como parâmetro de si mesmo. Deve ter uma ação também diagnóstica, que indique quais alterações na práxis do professor deve acontecer para facilitar a aprendizagem do aluno. Não é um procedimento que indique o ponto final de um trabalho, uma classificação, para depois resultar numa exclusão futura; deve mostrar ao professor o quanto o aluno avançou em um determinado tempo. O aluno precisa ser o autor da sua própria aprendizagem, tendo no professor um facilitador, um instrumento para interagir com ele na construção do seu conhecimento. Entretanto, qualquer que seja a postura, os educadores não podem avaliar somente para cumprirem uma exigência burocrática, deixando de explorar este instrumento poderoso que serve para redefinir a sua prática profissional” (SILVA, 2012, p. 2-3).

Podemos ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, no seu art. 31, que mostra a organização da educação infantil de acordo com as regras a seguir:

I- Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental, e temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II- utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III- a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV- documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V- a não retenção das crianças na Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular- BNCC, não aborda, especificamente, a questão da avaliação na Educação Infantil, mas registra a necessidade da intencionalidade educativa e do acompanhamento da prática. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens.

Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.” (p. 39, grifo nosso).

A criança que brinca se desenvolve em sua integralidade. Dessa forma, garantimos espaços lúdicos e propostas que incentivem as crianças a explorarem a criatividade, a curiosidade, as experiências com a natureza, ampliando assim seu conhecimento de mundo.

No contexto da Educação Infantil, podemos encontrar algumas problemáticas com relação à interação e as emoções de algumas crianças, um dos fatores que ocasionaram foi à pandemia com a chegada do coronavírus em 2020, o processo educacional, tornou-se desafiador e precisou ser reformulado, crianças de zero a cinco anos e 11 meses sem contato com o mundo ao seu redor, não podendo desenvolver, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da etapa da Educação Básica que são as interações e brincadeira, experiências nas quais as crianças não podiam construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, ações estas que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. Para reduzir os impactos a ser causado, o Ministério da Educação (MEC), buscou métodos para aproximar as instituições de forma online com os familiares, responsáveis das crianças e os professores. Mesmo com todos os esforços, a pandemia causou grandes impactos à educação emocional de algumas crianças e famílias. Os pequenos, tendo que aprendemos a lidar com tudo ao redor, tanto os aspectos positivos quanto aqueles que geram frustração, ansiedade, estresse e desconforto no dia a dia.

Portanto, a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

| Órgão implementador: Educação Área temática/ subtema: Educação Infantil (Creche / pré-escola) Problema Central: Expressiva presença de problemas emocionais entre crianças. Objetivo de Impacto: Reduzida presença de problemas emocionais entre crianças de 02 anos a 05 anos e 11 meses. ODS associado: Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas. / Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todas, em todas as idades. | | | | | | | | | | |
|--|---|--|---|--|------------|-----------------|---------|-----------------------------|---|--|
| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas ODS associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável Envolvidos | Envolvidos |
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Reduzir os problemas emocionais das crianças de 02 anos a 5 anos e 11 meses. | Assegurar educação, saúde e bem-estar as crianças de 02 a 5 anos e 11 meses, com de equidade e qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. | Reduzir 90 % o índice de crianças com problemas emocionais e de interação identificados pelos professores. | Relatório da equipe multiprofissional da educação. Monitoramento através de planilhas de acompanhamento. | Mutirões com Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas, para crianças e famílias. | A executar | 2024 | 2025 | Fundo Municipal de Educação | Diretoria pedagógica de Ensino e Coordenação da Educação Infantil | Equipes Saúde, Educação e docentes, gestores e diretores. Equipe multidisciplinar. |
| | | | | Criar Bancos de Dados na SEMED para acompanhamento de família e crianças. | A executar | 2024 | 2024 | Município | Diretoria pedagógica de Ensino e Coordenação da Educação Infantil | Equipes Saúde, Educação. |
| | | | | Acompanhamento mensal de crianças e famílias. | A executar | 2024 | 2033 | Município | Diretoria de gestão escolar e participação democrática e equipe multidisciplinar. | Equipes Saúde, Educação. |
| | | | | | | | | | | |

10 ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL



Fonte: SEMED

A educação brasileira passou por diversas mudanças em toda a sua estrutura: pedagógicas, físicas e também nas bases legais, para que chegasse ao modelo atual de educação vigente em nosso país. Na educação, essas reformas educacionais tinham exclusivamente o objetivo da

expansão da educação básica e a melhoria da qualidade do ensino. A década de 1980, foi marcada pela transição democrática e da busca pelo direito ao acesso à educação, com isso, tivemos nesse período um marco importante que foi a promulgação da segunda Constituição Federal de 1988 que vem garantindo e ampliando o acesso ao ensino público e com qualidade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (9.394/1996) de 1996, vem reafirmando que, a educação pública deve garantir pleno desenvolvimento da pessoa humana em todos os seus aspectos, sendo eles: cognitivo, físico, social e emocional. Além das leis mencionadas, temos o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), sancionada em 1990, marco na garantia de direitos e que apresenta um artigo direcionado à educação como direito assegurado às crianças, adolescentes e adultos.

O sistema educacional, segundo a Lei de Diretrizes e Bases está organizada em dois níveis: Educação Básica e Ensino Superior. A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Cada etapa de ensino tem seus objetivos de aprendizagens de acordo com as suas especificidades, seguindo os documentos orientadores das práticas pedagógicas, como a BNCC, PCNs, DCNs, que indicam e orientam os princípios, fundamentos e procedimentos pedagógicos.

Em 2006 o Ensino Fundamental passou por mudanças significativas, com a alteração do art. 32 da LDB, no qual o ensino passa a ser obrigatório iniciando-se aos 6 anos de idade, assim promulga a Lei nº 11.274. O prazo estabelecido pelo Ministério da Educação na época na qual a lei foi tornada pública, foi de até o ano de 2010 para que tudo fosse regularizado nas redes e sistemas de ensino.

O ensino fundamental passa a ser subdividido em duas fases, sendo anos iniciais e finais, o primeiro por sua vez, tem uma importância peculiar, é nele que o processo de alfabetização inicia e é consolidado, a criança passa então a ingressar um ano mais cedo como seguinte intuito: “[...] oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade” (BRASIL,2001).

O ensino de 9 anos traz a seguinte organização, em anos iniciais 1º ano 5º e anos finais do 6º ano 9º ano. Essa estrutura possibilita a inserção da criança um ano antes, muito embora não é garantia de aprendizado, faz-se necessário que haja um ensino sistematizado, que atenda as especificidades de cada sujeito para que cada etapa seja vencida assegurando o alcance dos objetivos propostos.

Fazendo um parâmetro a nível nacional entre os anos de 2019 a 2021, os seguintes dados são referentes ao IDEB (2019/ 2021), que dispõe de indicadores da qualidade do ensino calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática nos exames do Sistema de Avaliação da Educação (SAEB). Sabendo, pois, que a referida avaliação é aplicada a cada dois anos. A seguir, dados que norteiam as ações educativas do país entre os anos de 2019 a 2021.

TABELA1: IDEB - Metas e Resultados – Nível Brasil

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | |
|-------------------------------------|------|------|------|------|
| | META | 2019 | META | 2021 |
| IDEB-BRASIL | 5.5 | 5.7 | 6.0 | 5.8 |

Fonte: Portal do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A partir da análise dos dados da tabela acima, percebe-se que, ao longo dos anos o Brasil vem em uma constante busca pelas metas projetadas, fruto de ações importantes que vem sendo concretizadas no quadro da educação. Com os dados do último censo 2021, nota-se que não foi alcançada a meta de 6.0, sendo uma das problemáticas a pandemia da Covid-19 que acarretou o isolamento social, dificultando o acesso à educação com equidade e qualidade. Nessa perspectiva, espera-se que, com o novo cenário que vem sendo construído no tocante a educação, os resultados do próximo IDEB sejam alcançadas, ou seja, a meta projetada para 2023 que é de 6.0.

Na tabela abaixo, apresentam-se os dados com relação às matrículas entre os anos analisados. Analisar esses dados é de grande importância, pois, o quantitativo de matrículas é

um indicativo de que a educação a partir de sua universalização de acesso ao ensino, como também, as ações de permanência, garante uma crescente nesse quesito.

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| MATRÍCULAS | 12.139.338 | 11.977.816 | 11.919.578 |

Fonte: Portal QEDU, 2023.

Uma das problemáticas recorrentes ainda na educação é a distorção idade-ano, na qual acarretam diversas situações, pois, envolvem vários fenômenos, como a reprovação, abandono, as especificidades locais, contexto socioeconômico, emocional e familiar, desse modo, esses fatores influenciam diretamente na aprendizagem dos alunos, e que requerem ações permanentes. Como podemos observar, a tabela abaixo apresenta o panorama da distorção idade-ano no Brasil.

TABELA 3:Distorção idade- ano entre 2019 a 2021- Anos Inicias – Nível Brasil

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - Distorção idade- ano (mais de 2 anos) | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| DISTORÇÃO IDADE-SERIE | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1º | 2.9% | 2.4% | 2.3% |
| 2º | 4.6% | 4.5% | 3.5% |
| 3º | 13.4% | 11.7% | 6.2% |
| 4º | 17.9% | 16.3% | 11.4% |
| 5º | 20.1% | 19.3% | 16.8% |

Fonte: Portal QEDU, 2023.

De acordo com os dados apresentados acima, ao decorrer dos anos analisados, foi possível diminuir os percentuais de distorção. É importante observar que nos anos 4º e 5º há um maior percentual. Dessa forma, se faz necessário, ações pontuais como, currículos específicos de acordo com as particularidades de cada aluno, acentuar a busca ativa e envolver o aluno para que ele seja o protagonista de suas aprendizagens, dessa forma, é possível melhorar esses dados e diminuir as consequências educacionais e sociais dos estudantes.

A educação alagoana vem apresentando avanços significativos no que se refere a oferta e qualidade do ensino. Nota-se que o contexto educacional do estado se desenvolveu em meio a um cenário de grandes desigualdades sociais e econômicas, dentre outros fatores que dificultaram o avanço da educação no Estado. (Oliveira, 2010)

A educação como direito social foi garantida a partir de Leis, podemos citar as principais: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 8.069/90), dentro outras decunho Estadual, todas elas asseguram a educação com qualidade e para a sociedade. Nos últimos anos políticas públicas em âmbito educacional foram elaboradas e que se consolidaram ao longo desses últimos anos, com ênfase na recomposição da aprendizagem, distorção idade- ano, evasão e fluxo e os índices vem apresentando bons resultados, como indicam os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) comparados entre os anos de 2019 a 2021.

TABELA 4: IDEB - Metas e Resultados – Nível Alagoas

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| | META | 2017 | META | 2019 | META | 2021 |
| IDEB-ALAGOAS | 4.0 | 4.9 | 4.3 | 5.3 | 4.8 | 5.6 |

Fonte: Portal do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Desse modo, é de suma importância ressaltar que no estado de Alagoas, assim como os demais estados do Brasil, vem alcançando as metas estabelecidas pelo INEP, fruto de ações políticas públicas estaduais que em regime de colaboração com os municípios, visam sistematizar o ensino ofertado em toda a rede ofertando um ensino com equidade e qualidade.

Há um projeto de lei de em tramitação na câmara dos deputados que estabelece a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental aos municípios, cujo número é 1.351/2021 que altera o Art. 10, inciso VI e Art. 11, inciso V, na Lei de Diretrizes e Bases.

Pelo texto, os estados passarão a cuidar dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio. Atualmente, os estados devem priorizar o ensino médio, mas podem atuar, em parceria com os municípios, na oferta de ensino fundamental. (Fonte: Agência Câmara de Notícias)

Desse modo, mesmo ainda sendo algo em tramitação, percebe-se que os estados já estão organizando suas redes para tal modificação na lei, o estado de Alagoas por sua vez também segue a mesma linha, muito embora, caminha junto aos municípios propondo uma educação de qualidade aos alagoanos.

10.1 Educação em Santana do Ipanema

O município de Santana do Ipanema está localizado no médio sertão alagoano, com uma população estimada em 47.910 (IBGE, 2021) com a economia baseada principalmente na agricultura familiar e na prestação de serviços, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,591 e ficando aproximadamente 169.32 km da capital Maceió. Os municípios limítrofes são: Carneiros, Dois Riachos, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores, Olivença, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira, contando com vários povoados: São Felix, Olho D'Água do Amaro, Poço da Pedra, Óleo e Areia Branca, nessa perspectiva, Santana do Ipanema é considerada a principal cidade do sertão alagoano, de acordo com o IBGE (2020).

No que se refere à educação, o município conta com 24 escolas municipais que ofertam educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais e educação de jovens e adultos, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação. Em termos de avanço educacional o município vem se destacando significativamente, com as reformas das escolas, formação continuada para docentes, merenda de qualidade, transporte escolar e qualificação dos gestores e coordenadores, dando as condições necessárias para oferecer aos alunos, uma educação pautada na equidade e qualidade, promovendo assim, o desenvolvimento integral do educando.

Com as ações realizadas pelo município voltadas para a educação, tivemos a ampliação do atendimento a crianças pequenas em creches em tempo integral, garantindo os cuidados essenciais na infância e primeira infância. Tivemos também, as reformas estruturais das escolas, dando-lhes melhores condições físicas para alunos e funcionários, como também, merenda de qualidade, formação continuada de docentes, gestores e coordenadores. Todos esses fatores têm viabilizado condições de melhoria na qualidade educacional do município. Na tabela abaixo, observa-se os dados do IDEB anos iniciais do ensino fundamental entre os anos 2019 e 2021.

TABELA5: IDEB - Metas e Resultados – Anos iniciais- Nível Santana do Ipanema

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|
| | META | 2019 | META | 2021 | META |
| IDEB | 4.3 | 4.2 | 4.6 | 4.6 | 5.5 |

Fonte: Portal QEDU, 2023.

Ao analisar os dados, nota-se que, o município alcançou a meta estabelecida no último IDEB no que se refere aos anos iniciais. Contudo, é de grande relevância mencionar que a meta para 2023 é de 5.5 e que ações pontuais já começaram a serem desenvolvidas em todos os setores educacionais para o alcance dessa meta.

TABELA 6: IDEB - Metas e Resultados – Anos iniciais- Nível Brasil, Alagoas e Santana do Ipanema.

| IDEB- BRASIL, ALAGOAS E SANTANA DO IPANEMA | | | | |
|--|------|------|------|------|
| | META | 2019 | META | 2021 |
| IDEB-BRASIL | 5.5 | 5.7 | 6.0 | 5.8 |
| IDEB- ALAGOAS | 4.3 | 5.3 | 4.8 | 5.6 |
| IDEB- SANTANA DO IPANEMA | 4.3 | 4.2 | 4.6 | 4.6 |

Fonte: Portal QEDU, 2023.

Nessa perspectiva, fazendo uma análise da tabela acima de forma panorâmica do IDEB a nível Brasil, Alagoas e Santana do Ipanema nota-se que, apesar do Brasil não ter alcançado a meta, Alagoas e Santana do Ipanema alcançaram a meta projetada. Sabemos que, diversos fatores podem influenciar o alcance de metas. Podemos mencionar a Pandemia da Covid 19 (Iniciadas em 2020) sendo um dos fatores com maior impacto na educação, que desestruturou o funcionamento das escolas, afetando diretamente na oferta do ensino com qualidade e equidade, como também afetou diretamente os aspectos emocionais dos alunos e deixou ainda mais evidente as desigualdades e as vulnerabilidades sociais.

Desse modo, percebe-se que a defasagem da aprendizagem no que se referem à escrita, leitura e cálculos matemáticos se tornou uma das grandes problemáticas em todas as etapas da educação, ou seja entre crianças e adolescentes, sendo possível a análise e a compilação dos dados a partir de avaliações internas e das avaliações em larga escala, a exemplo o Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB que é o responsável por disponibilizar a partir de uma

avaliação de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e fluxo dados referentes ao nível de aprendizado dos alunos avaliados.

TABELA: Matrículas entre 2019 a 2022- Anos iniciais – Nível Santana do Ipanema

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| MATRÍCULAS | 3.189 | 2.720 | 2.780 | 2.734 |

Fonte: Portal QEDU, 2023 e Secretaria Municipal de Educação.

Observa-se que o quantitativo de matrículas oscila em meio aos anos de 2019 a 2021, isso deve-se a fatores variados, que segundo a Secretaria Municipal de Educação, vão desde transferências para outros estados e municípios, como matrículas em rede estadual e particular de ensino.

TABELA 7: Distorção idade - ano entre 2019 a 2022- Anos Iniciais- Nível Santana do Ipanema.

| ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - Distorção idade- ano (mais de 2 anos) | | | |
|---|-------|-------|-------|
| DISTORÇÃO IDADE-SERIE | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1º | 4.9% | 3.8% | 2.5% |
| 2º | 6.9% | 5.8% | 5.7% |
| 3º | 24.8% | 23.8% | 9.7% |
| 4º | 23.0% | 22.5% | 25.2% |
| 5º | 37.7% | 32% | 22% |

Fonte: Portal QEDU, 2023.

A partir dos dados compilados e apresentados na tabela acima, em 2019 cerca de 21,3% do quantitativo de alunos matriculados estavam em distorção idade-ano, ou seja, a cada 100 crianças, 21 estavam com atraso escolar de 2 anos. Comparando os dados de 2019 a 2021, tivemos uma redução dessas porcentagens, ou seja, em 2021 a cada 100 crianças, 14 apresentavam um atraso de 2 anos. (QEDU, 2023.) Portanto, nota-se que o município de Santana do Ipanema possibilita por meio da rede municipal de ensino, uma educação de qualidade, visando sempre o seu crescimento. Enquanto cidadão de direito, que tenha garantido o acesso e condições para seu pleno desenvolvimento.



Órgão implementador: EDUCAÇÃO
Área temática/subtema: Ensino Fundamental / Anos Iniciais
Problema Central: DEFASAGEM EM LEITURA, ESCRITA E CÁLCULOS MATEMÁTICOS
Objetivo de Impacto: REDUÇÃO DA DEFASAGEM EM LEITURA, ESCRITA E CÁLCULOS MATEMÁTICOS
ODS associado: OBJETIVO 4. ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS E TODOS.

| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas ODS associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável Envolvidos | Envolvidos |
|--|---|--|---|--|------------|-----------------|---------|-----------------------------|--|---|
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Expandir a proficiência em leitura, escrita e cálculos matemáticos. | Meta 4. 1- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. | Reduzir em 90% os índices de defasagem em leitura, escrita e cálculos matemáticos. Compilação dos dados em planilhas e/ou gráficos e tabelas da evolução da proficiência nos aspectos de leitura, escrita e cálculos matemáticos. | Monitoramento dos resultados e evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Plataformas Oficiais de avaliações. (PARC, CAED) Portal de dados educacionais (QEdu) Fontes e dados internos da SEMED. | Criar comitê específico de avaliação externa (Municipal). | A executar | 2024 | 2025 | Fundo Municipal de Educação | Equipe técnica pedagógica (SEMED) | Setor pedagógico (SEMED) |
| | | | | Criar banco de dados internos na SEMED. | A executar | 2023 | 2023 | Fundo Municipal de Educação | Equipe técnica / inspeção pedagógica (SEMED) | Setor pedagógico (SEMED) |
| | | | | Realizar formações continuadas mensais para professores, coordenadores e gestores com ênfase nas demandas de cada área de atuação. | A executar | 2023 | 2033 | Fundo Municipal de Educação | Diretoria do sistema de gestão pedagógica. | Institutos Formadores/ Docentes, coordenadores e gestores |
| | | | | Criar e implementar projeto municipal de participação da família na escola. | A executar | 2023 | 2024 | Fundo Municipal de Educação | Diretoria do sistema de gestão pedagógica. | Setor pedagógico (SEMED). Equipe multiprofissional. |

11 ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS



Fonte: SEMED

própria; compreende a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, no seguinte contexto:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência.

Assim, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (b) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; (c) atendimento

A educação no Brasil é composta pela educação básica, que compreende a educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e médio e a educação superior.

O dever do Estado com a educação é efetivado, nos termos do art. 208/CF, quando efetiva:

Educação Básica: obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade

educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (d) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (e) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (f) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; (g) atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Do ponto de vista organizacional, no contexto brasileiro, o ensino fundamental integra a educação básica, juntamente com a educação infantil e o ensino médio. Ou seja, por lei, o ensino fundamental é um nível de ensino responsável pela educação escolar de crianças e adolescentes de seis a quatorze anos, que se desenvolve, predominantemente, em instituições próprias (BRASIL, 1996).

Neste contexto, a lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, tornou obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, e a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade.

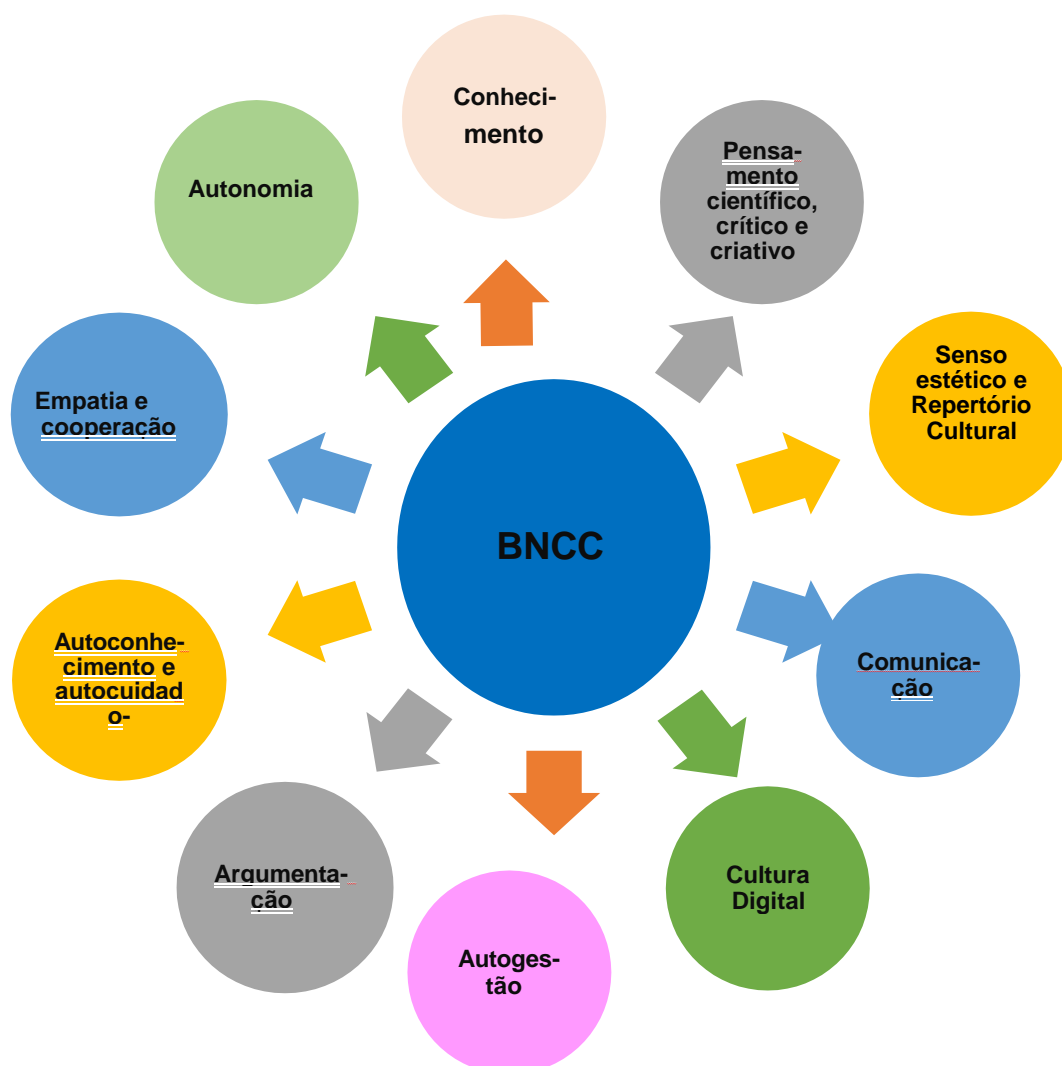
Conforme o Plano Nacional da Educação, a determinação legal, Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

A segunda etapa do Ensino Fundamental, nomeada como Anos Finais, compreende do 6º ao 9º Ano. O ideal é que a criança comece essa fase com 11 anos de idade e termine com 14, já no início da adolescência. Ou seja, essa é uma etapa de mudanças para o jovem, traz novos desafios, o que contribui para o ganho de independência e para a formação de um maior senso de responsabilidade.

Uma das principais mudanças no Ensino Fundamental dos Anos finais, ao longo de toda a Educação Básica, conforme a proposta da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, é a definição de um conjunto de 10 competências gerais.

As competências gerais são a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC).

Figura 1- Competências Gerais da BNCC (2017).



Fonte: Elaboração própria (SEMED), a partir dos dados da BNCC, 2017.

As competências foram definidas a partir de direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século XXI.

É nesta perspectiva que a Educação do Ensino Fundamental Anos Finais trilha no município de Santana do Ipanema-Alagoas. Uma proposta regida pelas leis que regem a educação brasileira, e norteadas pela Base Nacional Comum Curricular Nacional e o Referencial Curricular de Alagoas-ReCAL. Como defere:

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2017, p. 60). Em Alagoas, optou-se por um documento curricular para o território, denominado Referencial Curricular de Alagoas. Desta forma, falar de um documento que referencie processos didático-pedagógicos é referir-se a currículos declarados e ocultos, que se formam e ganham forma nas vivências e experiências históricas e diárias, a partir de referenciais como: povos, tradições, atividades, cultura e economia entre outros. (BRASIL, 2019, p. 23).

Nesta conjuntura, o Referencial Curricular de Alagoas garante e ratifica o que a Base Nacional Comum Curricular define como competências gerais para as três etapas de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) da Educação Básica, objetivando que o estudante tenha desenvolvido, através de toda sua trajetória.

Neste cenário, o município de Santana do Ipanema almeja uma educação de qualidade que forneça a todos os estudantes as capacidades de que precisam para se tornarem economicamente produtivos, desenvolvam meios de vida sustentáveis, contribuam para sociedades pacíficas e democráticas e melhorem o bem estar individual, como também, compreende que é uma responsabilidade compartilhada por governos, escolas, professores, estudantes e pais. Todos devem exercer o mesmo papel para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas salas de aula.

Os estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais têm suas peculiaridades. As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social.

O Município de Santana do Ipanema, atende 12 unidades escolares com a etapa do Ensino Fundamental Anos Finais, sendo 06 escolas na zona urbana e 06 escolas na zona rural.

Tabela 1. Unidades Escolares da Rede Municipal que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais, nos anos de 2020/2021/2022/2023.

| ZONA RURAL | ZONA URBANA |
|--|--------------------------------|
| EMEB Antônio Rodrigues Damasceno | EMEB Durvalina Cardoso Pontes |
| EMEB Cleodon Teodósio | EMEB Iracema Salgueiro Silva |
| EMEB Ismael Fernandes de Oliveira | EMEB José Francisco de Andrade |
| EMEB Maria Nepomuceno Marques | EMEB Santa Sofia |
| EMEB Prof. ^a Sônia Pereira da Silva | EMEB São Cristóvão |
| EMEB Ver. João Francisco Cavalcante | EMEB Senhora Santana |

Fonte: Inspeção Escolar da SEMEDSI, 2023.

Tabela 2. Quantitativos de estudantes nas unidades escolares da Rede Municipal nos anos de 2020/2021/2022/2023, no Ensino Fundamental Anos Finais.

| LOCALIZAÇÃO | ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ZONA RURAL | EMEB Antônio Rodrigues Damasceno | 128 | 121 | 115 | 133 | 123 |
| | EMEB Cleodon Teodósio | 88 | 79 | 65 | 68 | 59 |
| | EMEB Ismael Fernandes de Oliveira | 64 | 68 | 73 | 80 | 65 |
| | EMEB Maria Nepomuceno Marques | 392 | 384 | 372 | 381 | 393 |
| | EMEB Prof. ^a Sônia Pereirada Silva | 108 | 91 | 87 | 106 | 105 |
| | EMEB Ver. João Francisco Cavalcante | 316 | 326 | 341 | 381 | 338 |
| ZONA URBANA | EMEB Durvalina Cardoso Pontes ⁵ | ----- | 34 | 77 | 130 | 191 |
| | EMEB Iracema Salgueiro Silva | 55 | 54 | 89 | 67 | 103 |
| | EMEB José Francisco de Andrade | 127 | 141 | 166 | 144 | 146 |
| | EMEB Santa Sofia | 217 | 273 | 295 | 273 | 277 |
| | EMEB São Cristóvão | 152 | 138 | 153 | 136 | 127 |
| | EMEB Senhora Santana | 226 | 177 | 205 | 233 | 219 |
| TOTAL GERAL | | 1.873 | 1.996 | 2.038 | 2.132 | 2.146 |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>, 29/03/2023.

O processo de ensino e aprendizagem nas unidades escolares citadas, é garantida na consistência das legislações educacionais vigentes e ações pedagógicas concretas, na qual as teorias e políticas estão presentes sob forma prática.

Para o desenvolvimento das ações no processo de ensino e aprendizagem do município, a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, dar suporte no que estabelece conhecimentos, competências e habilidades para que os professores em sala de aula desenvolvam atividades significativas garantindo que todos os estudantes aprendam um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades em cada componente curricular da Base Comum e Diversificada, já o Referencial Curricular de Alagoas subsidia os professores no desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas ao território alagoano, enquanto o documento das Habilidades Prioritárias do ReCAL representa uma organização curricular possibilita a flexibilização do currículo e a progressão da aprendizagem. Diante destes aparatosas tabelas abaixo apresentam os resultados deste processo.

Tabela 3. Resultado do IDEB no município nos anos de 2017/2019/2021 para os Anos Finais.

| ETAPA | IDEB 2017 | | IDEB 2019 | | IDEB 2021 | |
|-------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | NOTA | PROJEÇÃO | NOTA | PROJEÇÃO | NOTA | PROJEÇÃO |
| ANOS FINAIS | 3,5 | 3,7 | 4,2 | 4,0 | 4,2 | 4,3 |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

A tabela 3, mostra os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB no Ensino Fundamental Anos Finais das Escolas Públicas da rede municipal de Santana do Ipanema, relativos ao período de 2017 a 2021. Percebe-se então, que no ano de 2017, a meta projetada não foi alcançada, gerando uma grande preocupação para o município, quanto ao baixo desempenho educacional dos estudantes. Já no ano de 2019, o IDEB teve um crescimento significativo de 2,0 pontos, isto é, a meta projetada foi de 4,0 e a referida etapa atingiu 4,2.

Neste sentido, pode-se mensurar a evolução da aprendizagem nas disciplinas avaliadas. Contudo, no ano de 2021, ano de retorno dos estudantes às aulas presenciais (segundo semestre) devido a pandemia da covid-19, os resultados não se mostraram satisfatório, com uma projeção para 4,3, a referida etapa não atingiu a média, apresentando 4,2, como resultado.

Tabela 4- Resultado por Unidades Escolares do Ensino Fundamental- Anos Finais.

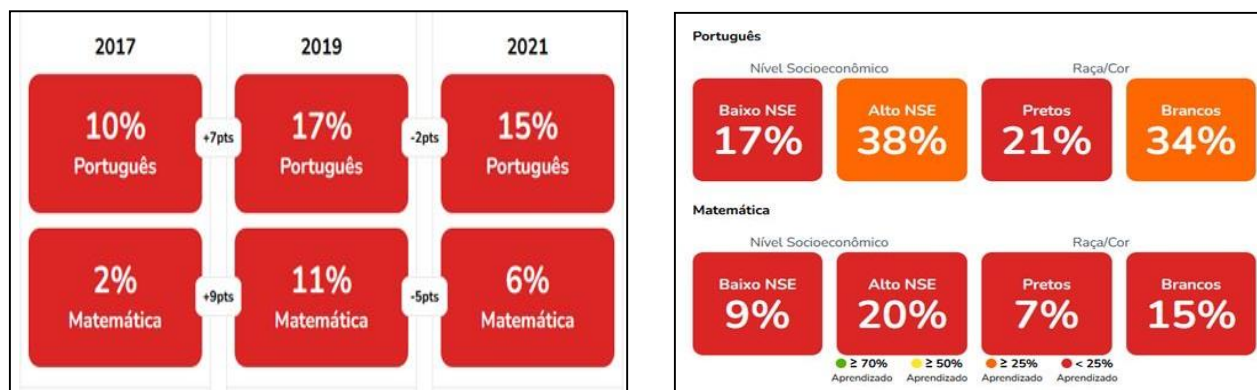
| ORDEM | ESCOLAS | IDEB 2017 | | IDEB 2019 | | IDEB 2021 | |
|-------|-------------------------------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | | NOTA | PROJEÇÃO | NOTA | PROJEÇÃO | NOTA | PROJEÇÃO |
| 01 | EMEB Cleodon Teodósio | -- | 3,3 | 4,2 | 3,5 | 4,9 | 3,8 |
| 02 | EMEB Antônio Rodrigues | 3,9 | 4,3 | 4,5 | 4,6 | 4,2 | 4,8 |
| 03 | EMEB José Francisco de Andrade | 4,3 | 3,1 | 4,2 | 3,3 | 4,1 | 3,6 |
| 04 | EMEB Santa Sofia | -- | 4,2 | -- | 4,5 | 4,0 | 4,7 |
| 05 | EMEB Professora Sônia Pereira | 4,0 | 4,1 | 3,6 | 4,3 | 4,0 | 4,6 |
| 06 | EMEB Maria Nepomuceno Marques | 3,6 | 3,3 | 3,3 | 3,5 | 3,9 | 3,8 |
| 07 | EMEB Ver. João Francisco Cavalcante | 4,0 | -- | 4,8 | 4,3 | 3,9 | 4,5 |
| 08 | EMEB Senhora Santana | 3,0 | 3,6 | 4,3 | 3,9 | 3,5 | 4,1 |
| 09 | EMEB São Cristóvão | -- | 3,8 | 4,1 | 4,1 | -- | 4,4 |
| 10 | EMEB Ismael Fernandes | -- | -- | 3,6 | -- | -- | 3,8 |
| 11 | EMEB Durvalina Cardoso | -- | 3,0 | -- | 3,2 | -- | 3,5 |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

A tabela 4, mostra o panorama geral do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, de 11 (onze) Escolas do Município de Santana do Ipanema que oferta o Ensino Fundamental Anos Finais, no período de 2017 a 2021. É notável que no ano de 2021, 05 (cinco) escolas, não atingiram a meta projetada, fator relevante para o município repensar suas estratégias didáticas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nesta etapa. E apenas 03 (três) escolas não apresentaram os resultados. Sendo, 02 (duas) escolas devido ao baixo número de estudantes em sala de aula, não atingindo o percentual exigido na Sistema Avaliação Educação Básica (SAEB), que é de 80% de presença dos alunos em sala de aula no momento da prova e a terceira escola por não ofertar o 9º ano naquele ano, (2021).

11.1 Aprendizado Adequado com Equidade

Tabelas 5. Aprendizados e equidades nos Anos Finais.



Fonte: <http://cdn.novo.gedu.org.br/>

Na tabela 5, deixa explícito as questões do aprendizado adequado e a equidade dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, no período de 2017 a 2021. Percebe-se que, no ano de 2017 para o ano de 2019, em Língua Portuguesa, o aprendizado teve um acréscimo considerável. Como também, na área de matemática, considerando os mesmos anos. Já no ano de 2019 para 2021, o aprendizado em Língua Portuguesa foi bastante apreensivo para o município, uma vez que teve uma redução 2%. E em Matemática, dos mesmos anos, teve uma redução considerada bastante crítica.

Neste contexto, entende-se que o grande desafio da qualidade educacional atualmente, é a promoção da eficácia e equidade. Na educação, equidade é reconhecer a pluralidade dos estudantes, que cada um tem formas distintas de aprendizado. Nesse sentido, seria necessário partir de uma proposta de ensino que, embora comum a todos, ainda possibilite a adequação ao desenvolvimento individual, com respeito aos limites e ao tempo de cada aluno. A Base Nacional Comum Curricular-BNCC é um exemplo de política pública que atua em nome dessa adequação.

A BNCC busca sistematizar e unificar os objetivos de ensino, organizados em competências e habilidades, ao mesmo tempo em que dá liberdade aos atores do sistema escolar para flexibilizar conteúdos e metodologias em função de cada real.

| 2019 | | | |
|-------------|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| ETAPA | REPROVAÇÃO | ABANDONO | APROVAÇÃO |
| ANOS FINAIS | 13,4%% (252 REPROVAÇÕES) | 2,8% (52 ABANDONOS) | 83,8% (1.569 APROVAÇÕES) |
| 2020 | | | |
| ETAPA | REPROVAÇÃO | ABANDONO | APROVAÇÃO |
| ANOS FINAIS | 0,0% (0 REPROVAÇÕES) | 0,5% (10 ABANDONOS) | 99,5% (1.876 APROVAÇÕES) |
| 2021 | | | |
| ETAPA | REPROVAÇÃO | ABANDONO | APROVAÇÃO |
| ANOS FINAIS | 1,9% (39 REPROVAÇÕES) | 0,7% (14 ABANDONOS) | 97,4% (1.985 APROVAÇÕES) |
| 2022 | | | |
| ETAPA | REPROVAÇÃO | ABANDONO | APROVAÇÃO |
| ANOS FINAIS | (160 REPROVAÇÕES) | (30 REPROVAÇÕES) | (172 REPROVAÇÕES) |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

Tabela 7. Detalhamento da Taxa de Rendimento Escolar dos Anos Finais

| SÉRIE/ANO | REPROVAÇÃO | | | ABANDONO | | | APROVAÇÃO | | |
|-----------|-----------------|-------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 6º Ano | 18% (109 rep.) | 0% (0 rep.) | 0,8% (4 rep.) | 3% (18 aband.) | 0,2% (1 aband.) | 0% (0 aband.) | 79% (477 ap.) | 99,8% (633 ap.) | 99,2% (541 ap.) |
| 7º Ano | 13,8% (72 rep.) | 0% (0 rep.) | 2,2% (14 rep.) | 3,9% (20 aband.) | 0,6% (3 aband.) | 0,6% (4 aband.) | 82,3% (429 ap.) | 99,4% (502 ap.) | 97,2% (609 ap.) |
| 8º Ano | 9,6% (38 rep.) | 0% (0 rep.) | 3,4% (16 rep.) | 1,9% (8 aband.) | 1,2% (5 aband.) | 1,8% (9 aband.) | 88,58% (350 ap.) | 98,8% (412 ap.) | 94,8% (450 ap.) |
| 9º Ano | 9,4% (33 rep.) | 0% (0 rep.) | 1,1% (4 rep.) | 1,8% (6 aband.) | 0,3% (1 aband.) | 0,8% (3 aband.) | 88,8% (313 ap.) | 99,7% (329 ap.) | 98,1% (384 ap.) |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

Ao analisar as tabelas 6 e 7, relacionadas ao rendimento escolar dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, no período de 2019 a 2022, percebe-se que o índice de reprovação escolar no município é considerado preocupante. Aprendizados defasado,

tornando-o inapto para avançar para os próximos níveis, sendo uma situação delicada, que quase sempre está relacionada a uma série de fatores que dizem respeito não só ao aluno, mas também às práticas de ensino.

A reprovação pode gerar uma sensação de fracasso da escola e de incapacidade do estudante, gerando sentimentos de desmotivação, desinteresse, baixa autoestima, dificuldade de socialização, evasão e abandono.

Tabela 8. Distorção Idade/Ano, nos anos de 2019/2020/2021.

| ETAPA | ANO | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------|--------|-------|-------|-------|
| ANOS FINAIS | 6º ano | 51,7% | 43,5% | 30,6% |
| | 7º ano | 50,7% | 51,3% | 43,4% |
| | 8º ano | 46,7% | 49,9% | 49,7% |
| | 9º ano | 35,8% | 44,2% | 46,8% |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

| ETAPA | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------|-----------|-----------|------|
| ANOS FINAIS | 47,4 % | 47,1 % | 42% |

Fonte: <http://cdn.novo.qedu.org.br/>

A tabela 8, indica distorção idade/ano dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais. Observa-se que no período de 2019, 2020 e 2021, os indicadores apontam a diferença entre a idade que o estudante tem, de fato, e a idade esperada para ano/série em que está estudando. Para o município é um fator de alerta, pois a defasagem na aprendizagem gera reprovação que por sua vez, gera abandono escolar. Tais causas também apontam para uma maior chance de evasão escolar definitiva, o que pode acarretar na desistência total do aluno e por vezes, resolve voltara escola já com uma distorção de idade/ano. Este fator que pode ter diversas causas, tem preocupado bastante professores e gestores que tentam levantar hipóteses para solucionar esse problema.

Órgão implementador: Educação.

Área temática/subtema: Ensino Fundamental Anos Finais

Problema Central: Evasão e Abandono

Objetivo de Impacto: Diminuir os índices de abandono e evasão.

Prioridade: Assegurando a permanência do estudante na escola, ou seu retorno a ela.

ODS associado: Educação de Qualidade.

| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas ODS associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas (anexo 3) | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável Envolvido | Envolvidos |
|--|--|--|--|---|------------|-----------------|---------------|--------------------|---|----------------------------------|
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Diminuir o abandono e evasão escolar dos estudantes no município. | Taxa de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental segundo dependência administrativa. | Números de estudantes com abandono e evasão anos finais do Ensino Fundamental. | Sistema Educacenso e mapeamento de abandono e evasão escolar in loco nas unidades escolares, pela equipe de Inspeção Escolar da SEMED. | Implementar o Programa Municipal de Acompanhamento Escolar. | A executar | Maio 2023 | Dezembro 2033 | Municipal | Equipe Ped. SEMED Equipe Insp. Escolar Gestão Escolar | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Realizar um diagnóstico para identificação das causas do abandono e evasão nas escolas do município. | A executar | Junho 2023 | Julho 2033 | Municipal | Comissão Central da SEMED e das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Identificar os estudantes que estão fora da escola. | A executar | Agosto 2023 | Agosto 2033 | Municipal | Comissão Central da SEMED e das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Mapear os estudantes propensos ao abandono e evasão escolar. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Comissão Central da SEMED e das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Monitorar a frequência dos estudantes por meio da ficha proposta no Programa Municipal de Acompanhamento Escolar. | A executar | Agosto 2023 | Dezembro 2033 | Municipal | Comissão Central da SEMED e das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|---------------|-----------|--|---|
| | | | | Oferecer múltiplos canais de atendimento para o estudante e família. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipes gestoras das Unidades Escolares municipais. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Fortalecer a relação escolar com as famílias por meio de diversas estratégias. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipes gestoras das Unidades Escolares municipais. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Promover discussões e uso de estratégias no contexto escolar, que propiciem a diminuição dos índices de abandono e evasão. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Comissão Central das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Viabilizar o retorno dos estudantes em risco de potencial abandono às escolas em tempo hábil possibilitando o aproveitamento do ano letivo. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Comissão Central das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Estabelecer estratégias intersetoriais de gestão como parceria para a busca ativa escolar. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Comissão Central das Unidades escolares do Prosseguir Prog. De Acomp. Escolar. | Secretaria Municipal de Educação e Setores Intersetoriais |
| | | | | Ofertar incentivos pedagógico, práticas voltadas às metodologias em que o aluno se torne protagonista de sua aprendizagem. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe de Formação Continuada da SEMED. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Adquirir equipamentos tecnológicos para todas as escolas fazerem uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação-TDIC, visando a melhoria das práticas pedagógicas dos docentes. | A executar | Maio 2023 | Dezembro 2033 | Municipal | Secretaria Municipal de Educação | Secretaria Municipal de Educação |

| Órgão implementador: Educação Área temática/subtema: Ensino Fundamental Anos Finais. Problema Central: Distorção Idade/Ano. Objetivo de Impacto: Reduzir a taxa de distorção idade/Ano dos estudantes. Prioridade: Corrigir a distorção da idade/Ano dos Estudantes. ODS associado: Educação de Qualidade | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--|---|------------|--|----------------------|--------------------|---|----------------------------------|
| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas ODS associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsáveis Envolvidos | Envolvidos |
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Redução da distorção idade-ano dos estudantes das escolas do município. | Taxa de distorção idade-ano no Ensino Fundamental | Números de Estudantes com distorção idade/ano nos anos finais do Ensino Fundamental. | Tabela com registro dos estudantes com distorção idade/ano (http://cdn.novo.qedu.org.br/) | Elaborar diagnóstico da situação de distorção idade-ano das escolas do município. | A executar | Fevereiro de cada ano Ação Contínua | | Municipal | Equipe da Inspeção Escolar da SEMED Equipe da Inspeção Escolar da Gestora da Unidade Escolar Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Realizar acompanhamento permanentemente do fluxo escolar, de modo a corrigir as distorções e garantir a aprendizagem de todos os estudantes. | A executar | Março de cada ano | Dezembro de cada ano | Municipal | Equipe da Inspeção Escolar da SEMED e Equipe gestoras das unidades escolares. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | | | Ação Contínua | | | | |
| | | | | Promover nas escolas municipais a organização de Classes de Aceleração assegurado da Lei 9.394/96, a r t . 24, a . verificação do rendimento escolar. | A executar | Fevereiro 2024 | Dezembro | Municipal | Equipe da Inspeção Escolar da SEMED e Equipe gestoras das unidades escolares. | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|-------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | Construir propostas pedagógicas para as Classes de Aceleração, visando os pressupostos básicos. | A executar | Agosto 2023 | Dezembro 2023 | Municipal | Equipe gestoras das unidades escolares. | Secretaria Municipal de Educação |
|--|--|--|--|---|------------|-------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|----------------------------|----------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | Realizar monitoramento, acompanhamento e avaliação da proposta para as classes de aceleração. | A executar | Maio | Dezembro | Municipal | Equipe da Inspeção Escolar da SEMED e Equipe gestoras das unidades escolares. | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | | | Durante o período ofertado | | | | |

Órgão implementador: Educação

Área temática/subtema: Ensino Fundamental Anos Finais.

Problema Central: Alto índice de rendimento insatisfatório em Língua Portuguesa e Matemática.

Objetivo de Impacto: Reduzir o índice de estudantes com desempenho insatisfatório em Língua Portuguesa e Matemática.

Prioridade: Elevar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

ODS associado: Educação de Qualidade

| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas OD S associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável Envolvidos | Envolvidos |
|--|--|--|--|---|---------------------------------------|----------------------------------|----------|--------------------|---|----------------------------------|
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Melhorar a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - anos finais do Ensino Fundamental. | Números de estudantes com defasagem de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. | Tabela com o número de estudantes com defasagem em proficiência em Língua Portuguesa e Matemática: (http://cdn.novo.qedu.org.br/) | Realizar diagnósticos de entrada com os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais em Língua Portuguesa e Matemática. | A executar | Abril | Dezembro | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | | | Cada ano letivo | | | | |
| | | | | | A executar | Março de cada Ano | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | A executar | Março de cada ano | Outubro de cada ano | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------------|--------------|--------------------|-----------|----------------------------|----------------------------------|
| | | | | Elaborar uma proposta com as habilidades prioritárias em Língua Portuguesa e Matemática, visando a consolidação das lacunas de aprendizagens dos estudantes por ano/turma. | A executar | Janeiro 2024 | Revisão a cada ano | Municipal | Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
|--|--|--|--|--|------------|--------------|--------------------|-----------|----------------------------|----------------------------------|

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|--|----------------------------------|
| | | | | Promover formação continuada para os docentes aplicando metodologias ativas que facilitem o processo de aprendizagem e melhore o interesse dos estudantes diante das dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática. | A executar | Ação Continua | Municipal | Equipe de Formação Continuada da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Realizar encontros de formação continuada com vistas a orientar os docentes acerca da Matriz de Referência do Saeb, do modelo de instrumento avaliativo, e da melhoria das taxas de proficiência em L P e M T d o s estudantes. | A executar | Ação Continua | Municipal | Equipe de Formação Continuada da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|---|------------|--|-----------|--|----------------------------------|
| | | | Promover a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes, mediante o desenvolvimento de competências e habilidades com foco nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | Estimular os docentes a considerar procedimentos, estratégias e ações didático-pedagógicas focadas em Língua Portuguesa e Matemática para melhoria do desempenho dos estudantes. | A executar | Ação desenvolvida de forma continuada durante a execução do plano. | Municipal | Equipe de Formação Continuada da SEMED Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |

Órgão implementador: Educação

Área temática/subtema: Ensino Fundamental Anos Finais.

Problema Central: Alto índice de reprovação escolar

Objetivo de Impacto: Reduzir a taxa de reprovação escolar.

Prioridade: Prevenir e diminuir a taxa de reprovação escolar.

ODS associado: Educação de Qualidade

| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos Metas ODS associadas (anexo 3) Indicadores de resultado Meios de verificação | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável Envolvido | Envolvidos |
|--|--|---|--|--|------------|-----------------|---------|--------------------|--|----------------------------------|
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Redução da distorção idade-ano dos estudantes das escolas do município. | Taxa de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental segundo dependência Administrativa. | Números de Estudantes com reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental. | Tabela com registro dos estudantes com reprovação (http://cdn.novo.qedu.org.br/) | Ofertar atividades complementares criativas para consolidar as habilidades não alcançadas. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Promover avaliações contínuas que reforcem a necessidade do estudo frequente dos estudantes. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Formar turmas flexíveis de acordo com as necessidades dos estudantes para recompor a aprendizagem. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Instigar os docentes para o monitoramento dos estudantes em risco de reprovação. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Estimular por meio de encontros periódicos a participação das famílias na educação dos filhos. | A executar | Ação Contínua | | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---------------------------------------|----------------------------------|
| | | | | Proporcionar palestras ou oficinas com os estudantes com vistas a baixa | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---------------------------------------|----------------------------------|

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | autoestima e desmotivação dos estudantes. | | | | Equipe de formação Continuada da SEMED | |
| | | | | Promover parcerias com cooperativas, ongs e empresas privadas para estimular a inserção dos alunos no mercado de trabalho. | A executar | Ação Contínua | ----- | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Promover ação interventiva no sentido de qualificar, atualizar e redirecionar as práticas pedagógicas dos docentes. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe de formação Continuada da SEMED Equipe gestora da unidade escolar | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Criar um canal para discussão dos problemas de cada turma, objetivando traçar estratégias para o aprendizado dos discentes com baixo desempenho escolar. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Promover plantão pedagógico para atendimentos individuais com os discentes propensos a reprovação escolar no intuito de sanar dúvidas dos conteúdos aplicados nas salas de aula. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | Intensificar o acompanhamento dos discentes com baixo rendimento escolar. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | Realizar Gincanas de Integração de conteúdo, visando melhorar a compreensão interdisciplinar da aprendizagem. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Promover métodos de avaliações que permitam fazer um acompanhamento próximo para gerar resultados melhores. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares Equipe Pedagógica da SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Proporcionar aula de campo para os estudantes, visando a correlação do que foi visto na teoria em sala de aula com a prática executada de forma extraclasse. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Equipe Gestora das unidades escolares | Secretaria Municipal de Educação |
| | | | | Ofertar as unidades escolares com maior número de reprovação escolar, a intervenção de um psicopedagogo institucional para tratar diretamente das principais causas que impedem o avanço no aprendizado dos estudantes. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Diretoria Pedagógica da SEMED Equipe de Gestão | Secretaria Municipal de Educação |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|
| | | | | Implantar equipes multiprofissional nas Escolas com problemas de evasão e reprovação. | A executar | Ação Contínua | Municipal | Diretoria Pedagógica da SEMED Equipe de Gestão | Secretaria Municipal de Educação |
|--|--|--|--|---|------------|---------------|-----------|---|----------------------------------|

12 ENSINO MÉDIO



Fonte: GEE

Ao considerar o assunto, é comum associar essa etapa à conclusão da última fase de formação escolar, que costuma coincidir com o início da vida adulta. Por isso, ele também é o início da construção do futuro dos jovens.

No entanto, também

é preciso entender como a instituição de ensino e a qualidade dos estudos influenciam a vida do aluno. A partir disso, é possível tomar decisões mais acertadas para construir uma carreira de sucesso.

Vale a pena reforçar alguns pontos sobre o papel que ele tem na formação pessoal e que demonstram a importância de uma educação de qualidade.

Acesso às universidades

A conclusão do Ensino Médio é um direito dos alunos e uma etapa obrigatória para que seja possível cursar uma graduação. A comprovação de conclusão da etapa, com apresentação de histórico escolar, são requisitos para a matrícula.

Mesmo quando não há intenção inicial de fazer faculdade, a conclusão dessa etapa escolar é importante para que, no futuro, você tenha a oportunidade. Embora seja possível concluir os estudos de maneira tardia, fazer isso pode atrasar a realização dos planos de concluir o Ensino Superior.

Aprovação no vestibular

O vestibular é a porta de entrada para muitas universidades. A prova é desenvolvida para medir o conhecimento dos alunos sobre os diferentes assuntos estudados durante a vida escolar, com regras e critérios específicos criados por cada universidade.

Como as vagas são limitadas e existem notas mínimas para aprovação, o bom desempenho e uma classificação alta se tornam essenciais para conquistar o sonho de cursar a faculdade. Nesse cenário, a qualidade do Ensino Médio pode fazer toda a diferença para o

aprendizado e melhor desempenho nas provas.

Vale destacar, ainda, que mesmo quando há dispensa do vestibular, é comum que sejam utilizados outros meios para medir a capacitação do aluno, como o resultado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou análises de histórico escolar — especialmente em uma segunda graduação.

Desenvolvimento de habilidades específicas

O Ensino Médio não se limita aos ensinamentos técnicos sobre as diferentes disciplinas. Ele também colabora com o desenvolvimento de habilidades e capacidades específicas, como maior autonomia e pensamento crítico.

A partir das aulas, o estudante também pode identificar áreas com as quais tem maior afinidade e que podem trazer ideias sobre possíveis carreiras, inclusive facilitando a realização de testes vocacionais. Por fim, a conclusão dessa etapa ainda traz motivação e satisfação pessoal.

Acesso às oportunidades do mercado

Ao divulgar vagas de emprego, as empresas listam critérios que devem ser cumpridos pelos candidatos. Aqui, a conclusão do ensino médio costuma ser um requisito comum, especialmente para as vagas que oferecem condições mais atrativas. Logo, ele tem um papel essencial na busca por uma boa colocação no mercado de trabalho.

Ademais, quem deseja fazer concursos públicos também precisará da conclusão do Ensino Médio para ter acesso às melhores oportunidades. Geralmente, quanto maior o grau de ensino, maior é o cargo e a remuneração paga. A conclusão de graduações e especializações também ajuda na progressão de carreira, trazendo mais benefícios.

Qual é o papel da instituição de ensino?

A instituição de ensino é a responsável por viabilizar um ensino de qualidade, que prepare o aluno não apenas em relação aos conhecimentos, mas para a próxima etapa da vida, englobando tanto a universidade quanto o trabalho.

Um dos problemas importantes: abandono e evasão escolar

Ao perceber este problema, Alagoas lançou iniciativa para frear o abandono e a evasão escolar na rede estadual desde 2021.

Entre as estratégias está o incentivo ao ensino técnico, criação de bolsas para quem continuar os estudos e para quem concluir o Ensino Médio.

Na rede de proteção a crianças e adolescentes, a escola desempenha papel fundamental. Quanto mais tempo meninos e meninas estão envolvidos nos estudos, maiores as garantias de distanciamento das violências sociais. Os benefícios são de curto e longo prazo — inclusive o de

essa juventude transformar suas comunidades e seus futuros.

Combater a evasão e o abandono escolar depende de ações realizadas agora. Pensando em como lidar com esse desafio, o governo de Alagoas lançou, uma série de iniciativas focadas no combate ao problema. Uma delas, o Cartão Escola 10, apresentada pelo secretário de educação de Alagoas, Rafael Brito, (2021), concedeu bolsa mensal de R\$ 100,00 para alunos e alunas da rede pública estadual que tiverem frequência mínima de 80% em sala de aula. Nos dias atuais, o aluno de tempo integral recebe R\$ 150,00. Além disso, há uma outra bolsa, de R\$ 500,00, voltada aos estudantes que retornaram às aulas presenciais e R\$ 2 mil para quem concluir o 3º ano do ensino médio.

Disparidade Nacional

As motivações para infrequência, desistência e evasão também tem relação com aspectos socioeconômicos que vão além da própria estrutura das escolas: falta de conexão dos conteúdos com os interesses oferecidos, gravidez, demanda de gerar renda, entre outras razões. Muitos jovens são engolidos pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, por exemplo, e com isso acabam deixando a escola.

Suporte Estadual

Outras ações de apoio à educação em Alagoas contribuem para o acesso e permanência do aluno na escola. As estratégias foram pensadas para abarcar diferentes estágios do ensino e até mesmo envolver a equipe docente.

O “Vem que dá tempo”, por exemplo, é uma iniciativa que vai focar no resgate e na aceleração da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa mesma etapa também recebe orientação e preparação para o mercado de trabalho com o “Educação para o Emprego”, que também quer incentivar os alunos da EJA ao empreendedorismo.

Um dos projetos também visa contemplar os professores, como é o caso do “Professor Mentor”, que concede mais de 11 mil bolsas para educadores e alunos, a fim de promover a pesquisa no ambiente escolar, o combate aos déficits de aprendizagem, a redução do abandono e da evasão escolar.

O mundo do trabalho, que é um dos fatores que levam o estudante à evasão, é uma das preocupações do projeto. O “Pontapé Educação” é outra proposta que criou cerca de 1,2 mil vagas para estágios em unidades de ensino da rede estadual para atuação de áreas como Direito, Nutrição, Ciências Contábeis e Educação Física, por exemplo.

Ensino Médio em Alagoas em 2023

Para o planejamento do ano letivo 2023, a comunidade escolar de Alagoas, conta com as Orientações Pedagógicas e de Gestão 2023, elas são apresentadas em um caderno: **Diretrizes**

de Gestão Escolar e Diretrizes Pedagógicas Operacionais para a organização e funcionamento do ano letivo 2023, da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. As Escolas da Rede pública Estadual de Ensino podem esclarecer e organizar rotinas e atividades, conforme a Portaria SEDUC/AL Nº 4.942/2023, por meio deste importante instrumento de gestão, que apoia o trabalho da equipe de gestão.

Neste ano letivo de 2023 que se inicia, é fundamental refletir sobre qual direção queremos trilhar e que comunidade escolar queremos construir!

Em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria/Seduc nº 4.942/2023, seguem as mudanças mais relevantes a serem aplicadas no ano letivo 2023.

1- Atividades complementares na modalidade EAD

2- Itinerário formativo (Trilhas de aprofundamento)

Sobre a estrutura curricular, o art. 20, inciso III, estabelece:

Art. 20

III - A estrutura curricular do Ensino Médio é composta por duas partes indissociáveis: a Formação Geral Básica (FGB) e o Itinerários Formativo (IF).

A Formação Geral propõe a aprendizagem das competências e habilidades definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando cada uma das Áreas do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares. Já o Itinerário Formativo compreende um conjunto de unidades curriculares que os estudantes podem escolher a partir do seu interesse para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional;

IV - Ao final do Ensino Médio, a Formação Geral Básica (FGB) deve contemplar o máximo de 1.800 horas e os Itinerários Formativos (IF) um mínimo de 1.200 horas.

V - No ano letivo de 2023, no Itinerário Formativo passam a ser ofertadas as trilhas de aprofundamentos na 2ª série do Ensino Médio.

A respeito da sistemática de avaliação

Art. 21 - A avaliação para a aprendizagem dos estudantes deve focar nos processos de ensino e aprendizagem, subsidiando o planejamento e replanejamento de todas as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas.

Parágrafo único - As Unidades de Ensino seguirão as orientações da Portaria 1.325/2016 que estabelece a Sistemática de Avaliação da Rede Estadual de Ensino de Alagoas.

Art. 22 - As Unidades de Ensino devem aferir, a partir da análise dos resultados e indicadores das avaliações diagnósticas realizadas ao longo de 2022, as defasagens ou proficiências de aprendizagem, cruzando com os conhecimentos prévios dos estudantes, suas condições sócio

emocionais e o contexto territorial, sistematizando assim, as habilidades e objetos de conhecimento a serem desenvolvidos e priorizados ao longo de 2023.

Das matrizes curriculares

Art. 33 - O Ensino Médio Diurno de tempo parcial permanece organizado em 3 (três) séries anuais, com no mínimo 1.000 horas anuais e carga horária mínima total de 3.000 horas, em consonância com a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Art. 34 - O Ensino Médio Noturno, inclusive o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em atendimento ao que preconiza a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, passa a ser organizado em 3 (três) anos, com carga horária total de 3.000 horas, para os estudantes ingressantes no ano letivo de 2023. A carga horária passa a contemplar até 30% (trinta por cento) das atividades na modalidade a distância, com acompanhamento de docente.

Parágrafo único - Os estudantes que ingressaram no Ensino Médio Noturno no ano letivo anterior ao ano letivo de 2023, continuarão na organização em que ingressaram, organizado em 4 (quatro) anos, com carga horária total de 3.000 horas, incluindo os sábados.

12.1 Escolas Estaduais do Município de Santana do Ipanema e modalidades de ensino ofertadas:

- ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALOÍSIO ERNANDE BRANDÃO

Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Parcial Profissional Integrado

- ESCOLA ESTADUAL AREIA BRANCA (POVOADO AREIA BRANCA)

Ensino Médio Parcial Profissional Integrado, EJA

- ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA LAURA MARIA CHAGAS DE ASSIS

Ensino Fundamental II Integral, Ensino Médio Integral

- ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR MILENO FERREIRA DA SILVA

Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integral

- ESCOLA ESTADUAL ORMINDO BARROS

Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Parcial Profissional Integrado, EJA

- ESCOLA ESTADUAL PADRE FRANCISCO CORREIA

Ensino Fundamental II, Ensino Médio Parcial Profissional Integrado

- ESCOLA ESTADUAL ROTARY



Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Parcial Profissional Integrado

As setes escolas estaduais do município de Santana do Ipanema, oferecem Ensino médio. Diante do panorama atual do mundo e do nosso país, quando a pandemia, fez repensar

o processo educacional vigente e diante de uma proposta de Novo Ensino Médio, vários problemas se descortinaram, prejudicando a aprendizagem dos alunos. Tais problemas trouxeram o maior deles em nossa concepção: o abandono escolar (evasão).

Problema Central: Adolescentes e jovens de 15 a 19 anos evadindo-se do ensino médio.

Dados de matrícula e abandono escolar, nas escolas do estado de Alagoas e Santana do Ipanema.

| <div><div></div><div>Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação e Cooperação com os Municípios - SEDECOM Superintendente de Cooperação com os Municípios - SUCOM Gerência Especial de Informações e Estatística - GEIE</div><div>ALAGOAS GOV. BRUNO COELHO</div></div> | | | | | | | | | | | |
|--|------------------|--------|--------------------------|--------|--------|---------------------|----------|-------|------|--|--|
| Quantidade de Matrícula_Abandono - todo Estado de Alagoas - Rede Estadual | | | QUANTIDADE DE MATRÍCULAS | | | | ABANDONO | | | | |
| ETAPA - ENSINO | Cod_Etapa_Ensino | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | | |
| Ensino Médio - 1º ano/1ª Série | 25 | 40122 | 33875 | 37518 | 42287 | Não foi consolidada | 2544 | 123 | 3507 | | |
| Ensino Médio - 2º ano/2ª Série | 26 | 30454 | 34120 | 28239 | 32559 | | 3802 | 75 | 1859 | | |
| Ensino Médio - 3ºano/3ª Série | 27 | 26203 | 25960 | 22539 | 27833 | | 2003 | 65 | 811 | | |
| Ensino Médio - 4ºano/4ª Série | 28 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Ensino Médio - Não Seriada | 29 | 19 | **** | **** | 87 | | **** | **** | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 1ª Série | 30 | 2611 | 2463 | 2569 | 5182 | | 127 | 2 | 95 | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 2ª Série | 31 | 1954 | 2322 | 1972 | 3810 | | 95 | 2 | 46 | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série | 32 | 1729 | 1859 | 1763 | 2898 | | 24 | 6 | 21 | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 4ª Série | 33 | **** | **** | **** | 1509 | | **** | **** | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) Não Seriada | 34 | **** | **** | **** | 28 | | **** | **** | **** | | |
| Ensino Médio - Modalidade Normal/Magistério 2ª Série | 36 | 39 | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Curso FIC Integrado na modalidade EJA - Nível Médio | 67 | 7646 | 2949 | **** | **** | | 311 | **** | **** | | |
| EJA - Ensino Médio | 71 | 17619 | 17888 | 24766 | 24517 | | 3434 | 740 | 3923 | | |
| Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada à Educação Profissional de Nível M | 74 | **** | 460 | **** | 124 | | 24 | **** | **** | | |
| Total - GERAL | ***** | 128396 | 121896 | 119366 | 140834 | 12364 | 1013 | 10267 | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 6ª Gerência Regional - Rede Estadual - Município - Santana do Ipanema | | | | | | | | | | | |
| Quantidade de Matrícula_Abandono - todo Estado de Alagoas - Rede Estadual | | | QUANTIDADE DE MATRÍCULAS | | | | ABANDONO | | | | |
| ETAPA - ENSINO | Cod_Etapa_Ensino | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | | |
| Ensino Médio - 1º ano/1ª Série | 25 | 672 | 452 | 635 | 666 | Não foi consolidada | 25 | **** | 31 | | |
| Ensino Médio - 2º ano/2ª Série | 26 | 526 | 601 | 456 | 461 | | 28 | 2 | 25 | | |
| Ensino Médio - 3ºano/3ª Série | 27 | 513 | 429 | 372 | 408 | | 24 | 1 | 14 | | |
| Ensino Médio - 4ºano/4ª Série | 28 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Ensino Médio - Não Seriada | 29 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 1ª Série | 30 | 62 | 93 | 131 | 91 | | **** | **** | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 2ª Série | 31 | 22 | 109 | 94 | 75 | | 1 | 1 | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série | 32 | 18 | 91 | 82 | 68 | | **** | 1 | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 4ª Série | 33 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) Não Seriada | 34 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Ensino Médio - Modalidade Normal/Magistério 2ª Série | 36 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Curso FIC Integrado na modalidade EJA - Nível Médio | 67 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| EJA - Ensino Médio | 71 | 378 | 175 | 199 | 206 | | 2 | **** | 2 | | |
| Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada à Educação Profissional de Nível M | 74 | **** | **** | **** | **** | | **** | **** | **** | | |
| Total - GERAL | ***** | 2191 | 1950 | 1968 | 1975 | 80 | 5 | 72 | | | |

Fonte: Censo escolar

As consequências da evasão escolar são extremamente negativas para os alunos, principalmente os da rede pública de ensino, que acabam ficando mais vulneráveis a casos de violência e outros problemas sociais.

Além disso, a evasão escolar afeta a economia do país e diminui a chance de os estudantes encontrarem boas oportunidades no mercado de trabalho a longo prazo.

Em outras palavras, quantos mais estudantes estiverem longe das salas de aula, maiores serão os problemas relacionados a:

- Aumento da desigualdade social;
- Perdas no desenvolvimento cognitivo, cultural e intelectual;
- Falta de qualificação profissional;

- Problemas de autoestima e depressão;
- Conflitos familiares;
- Perda do vínculo com colegas e professores;
- Dificuldades financeiras para as escolas;
- Mais casos de violência doméstica
- Maior acesso dos jovens à criminalidade

Vale destacar que, além da pandemia e das dificuldades financeiras das famílias, alguns fatores pedagógicos também vêm contribuindo para a evasão escolar ao longo dos últimos anos. Há uma necessidade, urgente de mapear as principais causas de evasão e aperfeiçoar o modelo de gestão da escola.

| Orgão implementador: Educação Área temática subtema: Ensino Médio Problema Central: Alto índice de evasão escolar Objetivo de impacto: Reduzir a taxa de evasão escolar Prioridade: Diminuir a taxa de evasão escolar ODS: Educação de qualidade | | | | | | | | | | |
|---|-----------------------|---|---|--|--------------|-----------------|---------|----------------------------|--|---|
| Resultados esperados | Metas ODS associadas | Indicadores de Resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável | Envolvidos |
| | | | | Descrição | Status | Início | Término | | | |
| Aumentar em 80% a taxa de frequência e permanência escolar dos adolescentes entre 15 e 19 anos. | Educação de qualidade | Oportunidade de Educação, trabalho e Formação Profissional para adolescentes e jovens | Planilhas do Conselho Participativo de Classe (ESCOLA); Planilha de registro de frequência (ESCOLA); Evolução de números de matriculados no turno e contraturno por ano (EDUCACENSO/SAGEAL - Sistema de Gestão Escolar Alagoas) | Fazer reuniões periódicas com as famílias para conscientizar a permanência dos alunos na escola; | Em andamento | 2023 | 2033 | MEC | SETOR PEDAGÓGICO/GEE (Gerência Especial de Educação) | GEE (Gerência Especial de Educação); GESTORES DA ESCOLA; ARTICULADORES ESCOLARES; COORDENADORES PEDAGÓGICOS; PROFESSORES. |
| | | | | Ampliar as possibilidades das atividades com instituições parceiras como: Casa da Cultura; Secretaria Estadual e Municipal de Esporte, Setor Qualidade de Vida da GEE (Gerência Especial de Educação). | Não iniciada | 2023 | 2024 | Fundo Estadual de Educação | SETOR GESTÃO/GEE (Gerência Especial de Educação) | SEDUC (Secretaria de Estado da Educação); GEE (Gerência Especial de Educação); SEMED (Secretaria Municipal de Educação – Santana do Ipanema). |
| | | | | Implementar uma proposta metodológica, com foco na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), projeto de vida no conceito de empreendedorismo e | Em andamento | 2023 | 2025 | Fundo Estadual de Educação | SETOR PEDAGÓGICO/GEE (Gerência Especial de Educação) | SEDUC (Secretaria de Estado da Educação); GEE (Gerência Especial de Educação); ESCOLAS |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|-----------------|------|------|--|---|--|
| | | | | iniciação qualificação/profession al que sejam mais adequadas e atrativas a faixa etária de adolescente, respeitando suas especificidades; | | | | | | ESTADUAIS. |
| | | | | Ampliar a busca ativa com visitas de conscientização sobre a importância da frequência as aulas; | Em andamento | 2023 | 2024 | MEC | CHEFIA DE REDE/ GEE (Gerência Especial de Educação) | SEDUC (Secretaria de Estado da Educação); GEE (Gerência Especial de Educação); ESCOLAS. |
| | | | | Priorizar um transporte de qualidade e permanente para alunos da rede; | Em andamento | 2023 | 2033 | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) /SEMED (Secretaria Municipal de Educação – Santana do Ipanema) | GEE (Gerência Especial de Educação) SEMED (Secretaria Municipal de Educação – Santana do Ipanema) /SEDUC | SEDUC (Secretaria de Estado da Educação); GEE (Gerência Especial de Educação). |
| | | | | Proporcionar professor mentor, por sala, para os alunos do ensino médio | Em andamento | 2023 | 2033 | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) /GEE (Gerência Especial de Educação) | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) / GEE (Gerência Especial de Educação) |
| | | | | Promover formações continuadas para os professores | Em andamento | 2023 | 2033 | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) | SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) /GEE (Gerência | MEC/SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) GEE (Gerência Especial de |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------------------------|-----------|
| | | | | | | | | | Especial de Educação) | Educação) |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------------------------|-----------|

13 INICIAÇÃO PROFISSIONAL



Fonte: SEMED

trabalho. (SANTANA DO IPANEMA, 2023). De outro lado, há críticas quanto à qualidade e efetividade dessas iniciativas, bem como a falta de oportunidades e políticas públicas adequadas para esse fim. (FREIRE, 2019). Lembrando que:

O cidadão com idade entre 15 e 18 anos é amparado legalmente na condição de adolescente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. E, também pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, qualificando a pessoa com essa faixa-etária como jovem, estendendo-se às pessoas adultas com 29 anos de idade. Essa lei integraliza os direitos **à educação e à profissionalização**, interligando-os em seu artigo 9º. (ALAGOAS, 2023).

Diante desta prerrogativa, Alagoas (2023) por intermédio da Gerência Regional de Educação (GERE) responsável pela 6ª Região demonstra que o artigo 9º da Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude – exorta que a prática de integralização entre os direitos da educação e da profissionalização, corrobora para a necessidade atual da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na inclusão dos educandos (adolescentes) como opção de itinerário de formação para a vida profissional.

De tal modo, o artigo 9º preconiza que os jovens (adolescentes acima de 15 anos): *“tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”*. (BRASIL, 2013, **grifo nosso**).

No entanto a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade de ensino que se situa no encontro de dois direitos fundamentais do cidadão: a educação e a profissionalização; devem ser garantidos com prioridade plena como prevê o artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao lazer, à **profissionalização**, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, **grifo nosso**).

Dito isto, a educação e a profissionalização têm estreita relação com os demais direitos humanos e são ratificados também na qualidade de primazia total no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ALAGOAS, 2023).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, **com absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao esporte, ao lazer, à **profissionalização**, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, **grifo nosso**).

Encontra-se também no artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a definição do ensino médio como a última etapa da educação básica, com duração mínima de 03 (três) anos, e terá como uma de suas finalidades “*a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores*” (BRASIL, 1996).

Uma vez que, a composição curricular do ensino médio, elencada no artigo 36 da LDB, incluirá a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e itinerários formativos, respeitando o contexto local e os sistemas de ensino: “*I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas; V - **Formação técnica e profissional.***” (BRASIL, 1996, **grifo nosso**). Além do quê, os parágrafos 3º e 8º do referido artigo, fundamenta respectivamente que: a) fica “*A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado*” (BRASIL, 1996); e, b) inclui além das quatro áreas de conhecimento, a formação técnica e profissional, que “*realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e*

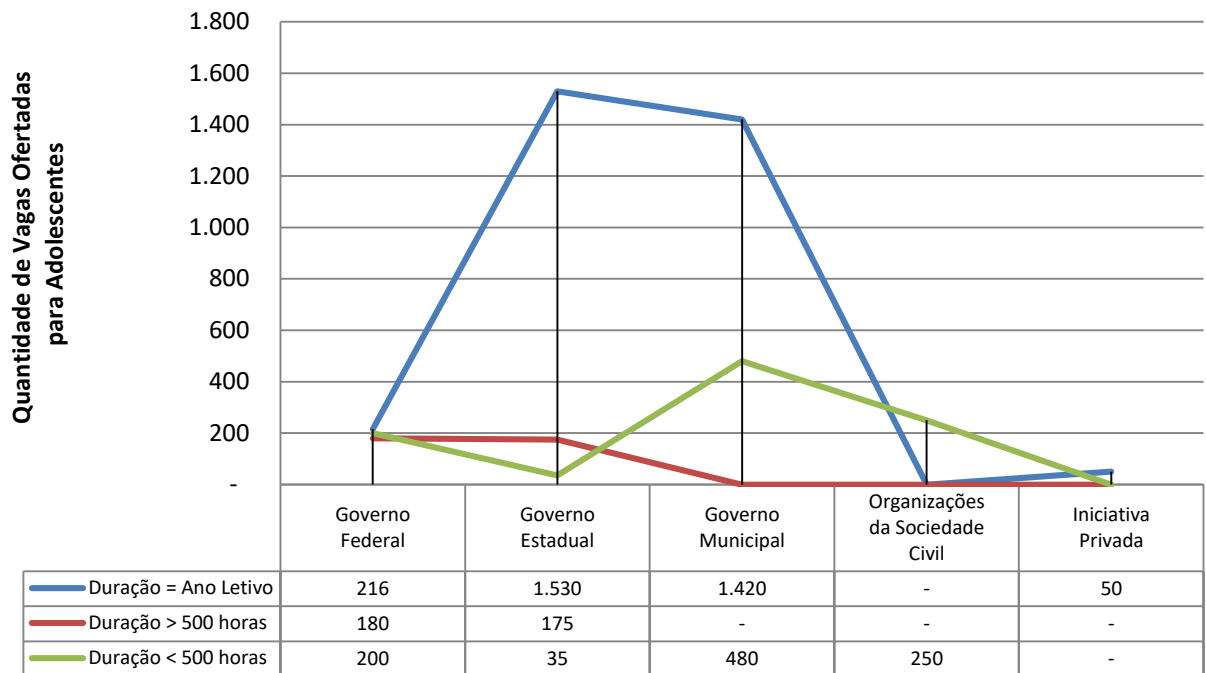
Certificada pelos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996).

Destarte, conforme previsto no artigo 39 da LDB, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se configura como parte integrante aos níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, contemplando a ciência e a tecnologia (BRASIL, 1996). Brasil (1996) também apresenta que os cursos da EPT poderão ser estruturados por eixos tecnológicos norteadores dos diferentes itinerários formativos, em consonância com as normas do respectivo sistema e nível de ensino, compreendendo cursos de “*I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio;*”.

Deste modo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio poderá ser desenvolvida nas formas **articulada e subsequente** (BRASIL, 1996, **grifo nosso**), sendo a primeira **integrada ou concomitante** a essa etapa final da educação básica (BRASIL, 2012, **grifo nosso**). Além disto, muitas outras instituições de iniciativa privada ou pública em formato de qualificações, treinamentos, formações continuadas, estágios, etc. Neste contexto, o município de Santana do Ipanema, pode-se utilizar do panorama previsto para o exercício do ano de 2023, preparado pela Secretaria Municipal de Planejamento. O estudo apresenta uma mostra, por estimativa, do perfil dos principais serviços públicos de itinerário de formação técnica e profissional gratuita ofertado para adolescentes.

Dito isto, ao visualizar o gráfico abaixo é notório o destaque do governo do Estado de Alagoas em quantitativo de oferta de Itinerários de Formação Técnica e Profissional para adolescentes, uma vez que a Ele cabe atualmente a responsabilidade pelo Ensino Médio – Período educacional que o educando inicia de maneira particular o itinerário definitivo da sua jornada para o mercado de trabalho.

Estimativa da oferta gratuita de Itinerário de Formação Técnica e Profissional para adolescentes em Santana do Ipanema/AL por duração de jornada e respectivo mantenedor (2023).

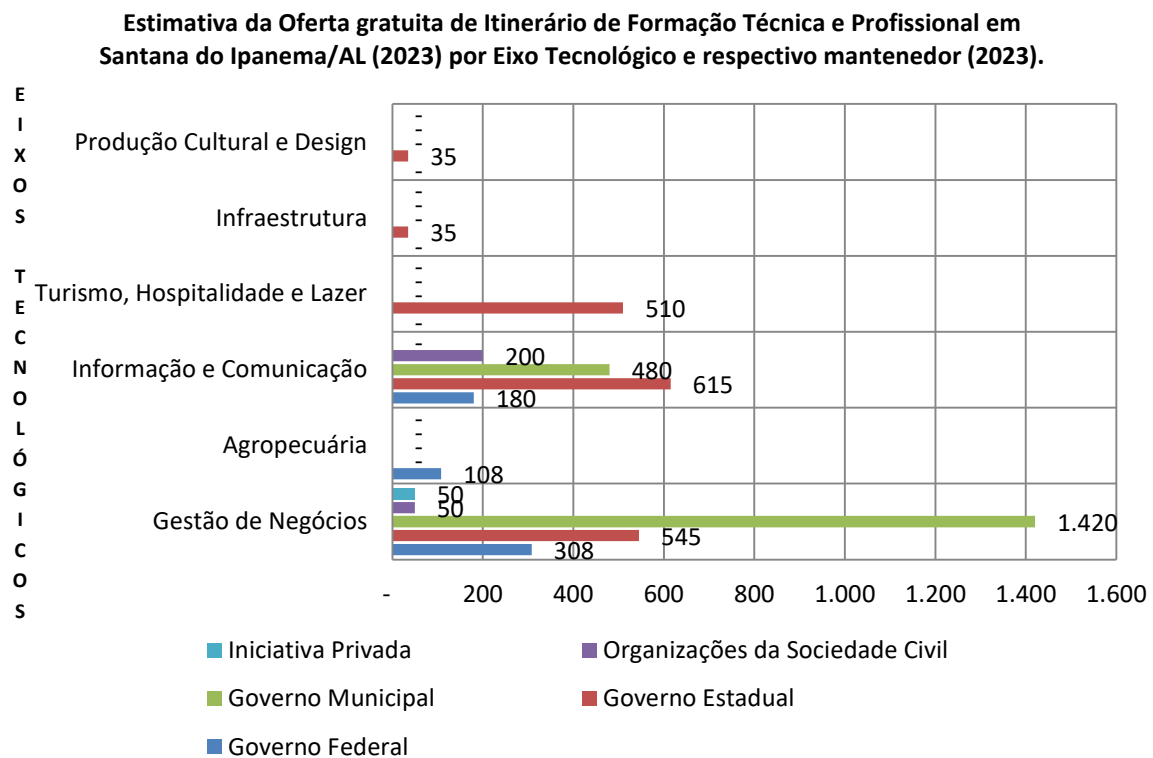


Fonte: Santana do Ipanema (2023).

Ainda em análise, o gráfico acima também destaca o Município de Santana do Ipanema por ofertar a disciplina de Empreendedorismo em sua grade curricular. E, ao mesmo tempo em que, por intermédio da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e da Casa do Empreendedor, executa políticas públicas de inclusão social capazes de fomentar o itinerário de formação continuada e profissional para os adolescentes santanenses mais vulneráveis, utilizando-se de palestras, cursos, oficinas, missões técnicas, plataformas digitais e formações profissionais que são executadas por sua equipe ou parceiros (diversos), por intermédio de cooperação técnica, consultoria ou instrutoria. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

Assim sendo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012, estabelecidas no artigo 12 descreve que a EPT de Nível Médio tem seus cursos “*organizados por eixos tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*”, possibilitando flexibilidade, diversidade e atualização aos itinerários formativos (BRASIL, 2012). Este Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um documento norteador da organização curricular e necessita manter-se em constante revisão para o desenvolvimento dos cursos da EPT. Em agosto de 2020, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SEPT/MEC) validou e encaminhou a uma proposta de atualização do catálogo ao Conselho Nacional de

Educação (CNE). Que, por conseguinte, aprovou **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Atualmente o catálogo em questão reúne 215 (duzentos e quinze) cursos técnicos, distribuídos em 13 (treze) eixos tecnológicos. (BRASIL, 2020). No gráfico abaixo se pode observar a oferta deste Itinerário de Formação em Santana do Ipanema.



Fonte: Santana do Ipanema (2023).

Dito isto, a estimativa de oferta gratuita de itinerário de formação técnica e profissional em Santana do Ipanema/AL por eixo tecnológico e respectivo mantenedor aponta que o eixo de gestão de negócios, acompanhado do eixo de informação e comunicação são os mais ofertados no município. Seguidos por turismo, hospitalidade e lazer; agropecuária; infraestrutura; produção cultural e design. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

No contexto a **Rede Estadual de Ensino**, no município de Santana do Ipanema, ofertou cursos profissionalizantes por intermédio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), utilizando-se de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira nas dependências da Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva; e, oferta própria integrada ao Ensino Médio na Escola Estadual Professora Laura Maria Chagas de Assis dos cursos de **Marketing, Manutenção e Suporte de Informática e Recursos Humanos**. A SEDUC está ofertando, 3 (três) cursos Técnicos e 5 (cinco) cursos de Formação Inicial e Continuada, nos eixos de **Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Turismo,**

Hospitalidade e Lazer, através do Programa Qualifica FTP, parceria com o MEC/IFAL/SENAI/SEST SENAT/ SEDUC. (ALAGOAS, 2023)

Neste cenário, já preparando o educando para o mercado de trabalho, uma das iniciativas do **Governo Municipal** por intermédio da Secretaria Municipal de Educação de Santana do Ipanema foi implementar na parte diversificada de sua grade curricular no ano de 2020, o componente curricular Projetos Integradores, enfatizando a Educação Empreendedora para os estudantes (adolescentes) do Ensino Fundamental que estão nos Anos Finais (6º ao 9º), sendo a proposta apresentada para as equipes escolares na I Jornada Pedagógica de 2020 e consolidada em dezembro de 2021 para efetivação das práticas pedagógicas dos docentes no ano de 2022. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

Realce, para a **Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI)** que em parceria como o Governo Municipal oferta o OxeTechLab – programa cujo propósito é interiorizar e popularizar a ciência, a tecnologia e a inovação através de cursos online gratuitos, bem como tem o intuito de garantir espaços moderno e organizados, com vistas a estabelecer uma maior absorção de conhecimento por parte dos alunos (crianças ou adolescentes) que fazem uso do programa. Em sua outra modalidade, OxeTechWork, o programa integra - de maneira direta - a capacitação de alunos com vagas de trabalho no mercado tecnológico e inovador, transferindo renda, gerando empregos e qualificando a população. Destarte, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, órgão também vinculado a SECTI, vem financiando bolsas e apoiando eventos de imersão focados na busca de soluções para a sociedade e/ou poder público tendo como protagonista o tema do empreendedorismo. Este utilizado como gatilho para o desenvolvimento local de maneira sustentável por intermédio da inovação e da criatividade dos adolescentes que participam no processo de construção de startups. Vale ressaltar também que nestas ações estão conectados todos os órgãos parceiros, pois constituem o ecossistema de inovação local, não existindo ação isolada. (ALAGOAS, 2023).

Outra iniciativa que tem dado resultado desde do ano de 2011, com um curso de capacitação que inclui adolescentes em itinerário de formação técnica e profissional, é a da **Associação Comercial de Santana do Ipanema (ACSI)**. O curso tem formato modular com duração de 6 meses e atende a partir de 16 anos. Tornando-se um elo de capacitação e integralização do adolescente ao mercado de trabalho. Além de abordar diversos temas como: marketing pessoal, relações interpessoais, comunicação, qualidade no atendimento, técnicas em vendas, técnicas administrativas e estágio prático nas empresas. (ACSI, 2023). As **organizações que integram os Clubes de Serviço e a Maçonaria** também desempenham um papel importante na realização de eventos que incluem adolescentes no âmbito de formar para o mercado de

trabalho. Ênfase para a Maçonaria que disponibiliza laboratório de informática e atende 200 (duzentos) anualmente em diversos cursos na área de informática, com ciclo semestral. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

As Organizações Não Governamentais e de Representação de Classes, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também atuam em conjunto com a Prefeitura de Santana do Ipanema na oferta de cursos nas diversas áreas. Destacam-se as áreas da Cultura, Agropecuária, Turismo e Esporte. Quanto a estágios profissionalizantes a Prefeitura de Santana do Ipanema tem parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) que é uma organização que tem como objetivo promover a integração entre empresas e instituições de ensino e oferece programas de estágio e aprendizagem para adolescentes a partir de 14 anos, visando oferecer oportunidades de formação profissional e inserção no mercado de trabalho. (SANTANA DO IPANEMA, 2023)

A Iniciativa Privada também se faz presente quando recebe estágios para iniciação profissional ou quando é protagonista desta política pública, quando esta parceria se dá com o CIEE se dá por intermédio do Programa Aprendiz Legal, programa oferecido pelo CIEE em parceria com empresas, que visa oferecer formação profissional a jovens entre 14 e 24 anos. O programa oferece cursos de formação técnica e teórica, além de experiência profissional em empresas parceiras. Ênfase para o Grupo Nobre que gerencia o projeto Qualificar para Transformar em Santana do Ipanema. A ação atende atualmente 40 (quarenta) jovens e está em seu primeiro ano de atuação. O projeto possui seis oficinas em sua programação. Elas trazem características que vai despertar o potencial empreendedor: a) Relações Humanas; b) Viagem ao Mundo do Empreendedorismo; c) Comunicação e Marketing; d) Laboratório de Ideias; e) Empreendedorismo Digital e profissões do futuro; e, f) Projeto de Vida. Além de que a proposta inclui o acompanhamento da equipe de gestores do grupo aos adolescentes beneficiados com a ação.

Por fim, Santana do Ipanema (2023) atenta que se pode elencar alguns programas que estão sendo desenvolvidos no **município de Santana do Ipanema** e que estão inclusos no rol das Políticas Públicas do Governo Federal:

1. **Aprendiz Legal**: é um programa que tem como objetivo oferecer formação profissional a jovens entre 14 e 24 anos. O programa é oferecido por diversas empresas e instituições parceiras e oferece cursos de formação técnica e teórica.
2. **Jovem Aprendiz**: é um programa que tem como objetivo oferecer formação profissional a jovens entre 14 e 24 anos. O programa é regulamentado pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e exige que as empresas tenham uma cota mínima de jovens aprendizes em seus quadros de funcionários.

De tal modo, ao receberem uma formação adequada, essas crianças e adolescentes podem adquirir conhecimentos técnicos específicos, como informática, línguas estrangeiras, gestão, marketing, entre outros. Além disso, podem desenvolver habilidades como trabalho em equipe, comunicação, liderança e pensamento crítico. Assim, este itinerário de formação técnico para iniciação profissional desde cedo pode ser muito importante para crianças e adolescentes, pois ela pode ajudá-los a desenvolver habilidades e competências essenciais para o mercado de trabalho. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

Essas habilidades são importantes não apenas para a inserção no mercado de trabalho, mas também para a vida pessoal e acadêmica dos jovens. A formação para iniciação profissional pode ajudar os jovens a descobrir suas habilidades e interesses, e a definir um caminho profissional que esteja alinhado com seus objetivos. Santana do Ipanema já trabalha com 3.243 crianças no ensino fundamental tendo noções de empreendedorismo. (SANTANA DO IPANEMA, 2023).

A **Prefeitura de Santana do Ipanema** acredita na formação de profissionais qualificados para um novo tempo, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir de então se pode estabelecer uma correlação entre o itinerário de formação tecnológica e profissional e pelo menos cinco **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, dos quais: 1 (Proteção Social), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades). Destacam-se dois na estratégia do governo municipal: o ODS 4 - Educação de Qualidade; e, o ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Todavia, é necessário que sejam adotadas políticas públicas adequadas e que sejam superadas as limitações e desafios enfrentados atualmente pelas iniciativas existentes (NAÇÕES UNIDAS, 2023).

| Órgão Implementador: Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. | | | | | | | | |
|---|--|---|--|--|--|---|-----------------|----------|
| Área temática /subtema: Itinerário de Formação Técnica e Profissional para Crianças e Adolescentes. | | | | | | | | |
| Problema Central: Qualidade e efetividade de itinerários de formação técnica e profissional adequados ao mercado de trabalho. | | | | | | | | |
| Objetivo de Impacto: Aumentar substancialmente o número de adolescentes que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. | | | | | | | | |
| ODS associados: | | | | | | | | |
| Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. | | | | | | | | |
| Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. | | | | | | | | |
| Resultado esperado | Indicadores de resultados | Meios de verificação | Ações ou Projetos | Responsável | Envolvidos | Fontes de Recursos | Datas previstas | |
| | | | | | | | Início | Término |
| Aumento do número de adolescentes com habilidades relevantes | Número de adolescentes matriculados em cursos de itinerário de formação técnica/profissional | Registros de matrícula dos cursos | Estabelecer parcerias com instituições ou entidades de formação profissional | Secretaria Municipal de Educação e Casa do Empreendedor e Diretoria da Juventude | Instituições ou Entidades de formação profissional, escolas, ONGs, etc. | Orçamento do município e parcerias com empresas, instituições ou entidades de classe local. | 01/01/23 | 01/01/30 |
| Aumento do Número de adolescentes que concluem com êxito os cursos | Registros de conclusão dos cursos | Relatório de programas de mentoria e apoio aos alunos durante o curso | Instituir programa de itinerário de formação técnica e profissional com mentores e voluntários | Alunos matriculados nos cursos assistidos pela Secretaria Municipal de Educação, Casa do Empreendedor e Diretoria da Juventude | Secretaria Municipal de Educação, Casa do Empreendedor e Diretoria da Juventude | Orçamento do município e parcerias com empresas, instituições ou entidades de classe local. | 01/01/23 | 01/01/30 |
| Maior taxa de empregabilidade dos adolescentes após a conclusão dos cursos | Pesquisa de emprego para acompanhar o destino profissional dos graduados | Número de parcerias com empresas locais para oportunidades de emprego | Fortalecer cooperação técnica com Instituições ou entidades de formação técnica e profissional articuladas com empresas locais | Alunos formados nos cursos ofertados e assistidos pela Casa do Empreendedor | Instituições ou entidades e formação técnica e profissional, empresas locais, agências de emprego e Casa do Empreendedor | Orçamento do município e parcerias com empresas, instituições ou entidades de classe local. | 01/01/23 | 01/01/30 |
| Maior número de crianças e adolescentes envolvidos em atividades empreendedoras | Registro de adolescentes acompanhados por programas de empreendedorismo | Relatórios de monitoramento dos programas de empreendedorismo | Fomento a programas de Inovação e empreendedorismo. Parceria com incubadoras de negócios locais. | Adolescentes formados nos cursos ofertados e assistidos pelo Centro de Inovação e Criatividade ou Casa do Empreendedor | Centro de Inovação e Criatividade e a Casa do Empreendedor | Orçamento do município e parcerias com empresas, instituições ou entidades de classe local. | 01/01/23 | 01/01/30 |

14 CULTURA



A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) compreende a cultura como um direito a ser preservado. Desse modo, a cultura é discutida a nível supranacional, através de organizações e documentos internacionais.

No ano de 2004, foi elaborado um documento chamado Agenda 21 da Cultura, que visa o comprometimento dos

Fonte: SEMED governos locais em se tratando do desenvolvimento cultural e na formulação de políticas públicas culturais. A Agenda 21 tem como foco a descentralização de tais políticas e de seus recursos. O documento ainda traz a recomendação de que as nações destinem no mínimo 1% de seu orçamento nacional para a cultura.

Em âmbito nacional, a Constituição de 1988 em seu Art. 215 ressalta que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Desse modo, todo cidadão brasileiro deve ter direito à cultura.

De acordo com o Art. 70 da Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema de 06 de abril de 1990: “O Município apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à história de Santana do Ipanema, à sua comunidade e aos seus bens” (Santana do Ipanema, 1990, p.1). De tal modo a priorizar a formulação e implantação de políticas públicas visando a excelência na preservação do patrimônio histórico cultural, no estímulo a literatura, produção artística e cultural, na garantia de acesso aos bens culturais para a população em toda a sua diversidade, usando como ferramentas a Casa da Cultura, Biblioteca Breno Accioly e Museu Darras Noya, de modo a garantir a todas as crianças e adolescentes o total acesso à cultura do município.

O ambiente da Casa da Cultura dispõe da realização de exposições culturais, literárias, entre outros, bem como, está sempre à disposição para dar suporte aos artistas municipais, a mesma organiza uma vez ao mês a feira do artesanato, intitulada de “Quarta do Artesanato” o qual disponibiliza tendas e espaço para que os artesãos e artesãs do município possam expor e vender suas artes. No prédio também está situada a Biblioteca Municipal Breno Accioly, onde ocorre a realização de visitas escolares, contação de história, o qual conta com um espaço aconchegante e adequado para estudos e leituras, o mesmo encontra-se aberto ao público em geral.

O Museu Darras Noya, foi criado pela Lei Municipal nº 190, de 12 de setembro de 1959. O prédio passou por total reformulação em 2008. O Museu Histórico e de Artes tem como objetivo reavivar a vida antiga da cidade, os costumes daqueles que construíram esta civilização às margens do Rio Ipanema e tornar conhecida à capacidade artística cultural, mediante a realização de visitas guiadas, expondo os itens e a história das peças que ali se encontram.

De acordo com ECA, o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer é um direito de toda criança e adolescente. Porém, o município não dispõe de centros culturais disponíveis. Outra Problemática é a ausência de salas de cinema na cidade, pois a Constituição Federal de 1988 (CF/88) assegura a todos os cidadãos acesso a fontes de cultura nacional, garantindo, assim, acesso igualitário ao bem cultural. Contudo, 91% dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema e 60% dos jovens nunca foram ao cinema, segundo o IBGE. Ressaltando como principal fator o baixo investimento na área cultural e a falta de entendimento do cinema como cultura.



| Área temática/subtema: Cultura Problema Central: Baixa oferta de projetos culturais. Objetivo de Impacto: Ampliar a oferta de projetos culturais. Prioridade: Ampliação das atividades culturais ODS – associado. | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|--|------------|-----------------|------------|--------------------|-------------|--|
| Resultados esperados e metas associados aos objetivos imediatos | Metas ODS associadas | Indicadores de resultado | Meios de verificação | Ações ou projetos | | Datas previstas | | Fontes de recursos | Responsável | Envolvidos |
| 80% das crianças e adolescentes participando de atividades culturais no município. Garantir recursos, continuidade e apoio para o desenvolvimento das atividades culturais no município. | Aumento do número de crianças e adolescentes ingressantes e participantes nos projetos culturais ofertados. | Número de participantes nos projetos culturais ofertados. | Cadastro das crianças e adolescentes nos projetos culturais no município; Frequência das crianças efetivamente cadastradas, relatórios mensais e registros fotográficos. | Descrição | Status | Início | Término | | SEMEDSI | Secretario, diretores e coordenadores. |
| | | | | Mapear as necessidades das comunidades em relação a atividades culturais, por meio de pesquisa e consultas públicas. | A executar | 15/01/2023 | 30/12/2023 | Municipal | | |
| | | | | Incentivar a prática cultural | A executar | 01/01/2023 | 30/12/2023 | Municipal | SEMEDSI | |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------------|--|--|----------------------------------|---------|--|
| | | | | desde a infância, por meio de programas de incentivo cultural em escolas e comunidades. | | | | | | Secretario, diretores e coordenadores. |
| | | | | Estabelecer parcerias com escolas, clubes e outras entidades. | A executar | | | Municipal Estadual Privado | | Secretario, diretores e coordenadores. |
| | | | | Realização de oficinas de arte gratuitas para adolescentes de baixa renda. As oficinas incluem pintura, escultura, | A executar | | | Municipal | SEMEDSI | Secretario, diretores e coordenadores. |

15 ESPORTE E LAZER



As políticas públicas voltadas ao esporte para a infância e a adolescência devem incluir a promoção de atividades físicas e esportivas seguras e saudáveis, acesso a instalações esportivas de qualidade, programas de treinamento e educação esportiva, além de incentivos para a participação em competições esportivas. É

Fonte: SEMED importante, incluir ações para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua origem étnica, gênero, classe social ou condição financeira. Dessa forma, com relação às crianças e adolescentes, o Art. 59. da Lei n.º 8.069/1990 (ECA) dispõe que “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.”

O esporte e o lazer são direitos sociais inseridos na Constituição Brasileira de 1988, onde consta que:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

§ 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (Brasil, 1988)

De acordo com o ECA, no Art. 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Os esportes e o lazer são importantes para a saúde e o bem-estar da infância e da adolescência, ajudando a melhorar a saúde física, mental e social, além de desenvolver habilidades sociais, como trabalho em equipe, liderança e resolução de problemas, reduzirem o estresse, aumentar a autoestima, divertirem e se manterem ativos.

Os projetos e ações esportivas e de lazer são planejados e executados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência Tecnologia e Inovação, com o objetivo de proporcionar oportunidades para que elas desenvolvam habilidades físicas, sociais e emocionais importantes para sua formação como indivíduos saudáveis e equilibrados.

A baixa oferta de projetos esportivos para crianças e adolescentes é uma realidade que afeta o município. Essa falta de incentivo pode ter diversas consequências negativas para as pessoas que vivem nessas áreas, como o sedentarismo, a falta de socialização e a violência. As associações esportivas e clubes enfrentam dificuldades para captar recursos e, por isso, acabam não conseguindo desenvolver atividades de qualidade. Muitas vezes, as crianças e adolescentes não se envolvem com os projetos esportivos oferecidos, seja por falta de interesse ou por falta de informação. Para combater esse problema, é necessário que o município invista em projetos esportivos e lazer em todas as comunidades, especialmente as mais carentes. As escolas também podem desempenhar um papel importante na promoção do esporte e do lazer. É fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que incentivem a prática de esportes e que haja um esforço conjunto para promover a inclusão social por meio do esporte e do lazer.

As escolas oferecem aulas de Educação Física no currículo, onde os alunos podem aprender sobre diferentes tipos de esportes e praticá-los. As escolas da rede municipal e estadual realizam os Jogos Internos onde alguns esportes são mais comuns do que outros, como futsal, atletismo, dama e queimado. O objetivo é proporcionar as crianças e os adolescentes à vivência da prática esportiva por meio de diversas modalidades, promovendo interação social, lazer, inclusão e um estilo de vida saudável e ativo. De acordo com a Lei Pelé – Lei 9615/98: Art. 3 °

I — desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hiper competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação é o órgão responsável em promover os Jogos escolares das Escolas Municipais com a finalidade de promover a integração dos alunos de diversas escolas, incentivando o esporte como forma de inclusão social e estimulando a participação dos alunos em atividades esportivas, além de identificar e desenvolver talentos esportivos. O esporte amador tem desenvolvido um grande trabalho voltado à prática esportiva realizando anualmente competições que atendem adolescentes e jovens, como, competições de futsal, futebol de campo, futebol society, Liga Santana do Ipanema de Futebol de campo, Campeonato de futebol feminino de campo, Liga Santana do Ipanema de Futsal e Copa Rural de Futebol de campo, valorizando atletas e mobilizando torcidas.

A Diretoria da juventude realiza desde 2021 no mês de agosto a Semana da juventude, oportunizando aos adolescentes de 15 a 17 anos a prática esportiva através de torneios esportivos (Torneio Jovem de futsal, voleibol, basquete), Corrida Jovem e Trilha Jovem com o intuito de estimular o processo de inclusão dos adolescentes nas políticas públicas, garantindo-lhes os direitos à formação humana, social e cidadã, contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Atividades esportivas são destinadas a crianças de 07 a 14 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Na promoção de atividades educacionais, sociais e esportivas na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o CMDCA desenvolve o Projeto “Educando pelo Esporte – Transformando vidas”, onde atende 200 crianças e adolescentes e tem como meta prioritária, afastar as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, dos problemas pertinentes as drogas e marginalidade e problemas na sociedade e na família, utilizando-se do Esporte para concretizar os objetivos.

Além disso, a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema firmou convênio com a instituição esportiva Sport Club Agrimaq desde 2022 beneficiando 80 crianças e adolescentes assistidos pelo CAACA, essa parceria tem caráter social e educacional que visa formar atletas, revelar talentos, fortalecer o esporte e promover saúde e qualidade de vida.

| Área temática/subtema: Esporte e Lazer | | | | | | | | |
|--|--|---|---|-------------|--|--------------------|-----------------|---------|
| Problema Central: Baixa oferta de projetos esportivos e de lazer. | | | | | | | | |
| Objetivo de Impacto: Ampliar a oferta de projetos esportivos e de lazer. | | | | | | | | |
| ODS associado: | | | | | | | | |
| Saúde e bem-estar – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. | | | | | | | | |
| Resultado esperado | Indicadores de resultados | Meios de verificação | Ações ou Projetos | Responsável | Envolvidos | Fontes de Recursos | Datas previstas | |
| | | | | | | | Início | Término |
| 70% das crianças e adolescentes participando de atividades esportivas e de lazer no município. | Número de participantes nos projetos esportivos ofertados. | Cadastro das crianças e adolescentes nos projetos esportivos e de lazer no município; | Mapear as necessidades das comunidades em relação a atividades esportivas. | SEMED | DIRETORIA DE DESPORTO, TURISMO E LAZER. | Municipal | 06/2023 | 06/2033 |
| | | Frequência das crianças efetivamente cadastradas; Relatórios mensais e registros fotográficos. | Incentivar a prática de esportes desde a infância, por meio de programas esportivos em escolas e comunidades. | SEMED | DIRETORIA DE DESPORTO, TURISMO E LAZER. COORDENAÇÃO DE ESPORTES NAS ESCOLAS. PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. | Municipal | 06/2023 | 06/2033 |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|---|-------|--|-----------|---------|---------|
| | | | Criar eventos esportivos para incentivar a competição saudável entre atletas. | SEMED | DIRETORIA DE DESPORTO, TURISMO E LAZER. COORDENAÇÃO DE ESPORTES NAS ESCOLAS. | Municipal | 06/2023 | 06/2033 |
| | | | Oferecer capacitação para profissionais do esporte, como treinadores e árbitros, para melhorar a qualidade das atividades esportivas. | SEMED | SEMED | Municipal | 06/2023 | 06/2033 |
| | | | Promover eventos esportivos inclusivos para pessoas com deficiência e outras limitações físicas. | SEMED | DIRETORIA DE DESPORTO, TURISMO E LAZER. COORDENAÇÃO DE ESPORTES NAS ESCOLAS. | Municipal | 06/2023 | 06/2033 |

16 POLÍTICA SOCIAL DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO



Fonte: CRAS

16.1 FORTALECIMENTO E ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS



Fonte: CRAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza a Política de Assistência Social no Brasil, é um sistema descentralizado e participativo que regulamenta, no território nacional, a oferta de serviços, programas e projetos de assistência social e a concessão de benefícios. Isso garante proteção social e tem

como um dos seus eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar.

A Assistência Social é uma política pública de Seguridade Social não contributiva, instituída na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 1993, voltada ao atendimento as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de risco pessoal e social e de violação de direitos, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública estatal e não estatal. A partir da Constituição

Federal de 1988 — que a reconhece como política social de direitos, juntamente com a saúde e a previdência social — e da LOAS, a Assistência Social tem se distanciado da lógica assistencialista e passa a ser tratada como direito do cidadão (PNPI, 2020).

A vulnerabilidade social dificulta o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar. Petrini (2003), afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

Pois bem, para diminuir os índices de vulnerabilidade social das famílias do município são imprescindíveis o acesso a serviços básicos como moradia digna, transferência de renda e políticas de inclusão social que promovam a igualdade e o trabalho social com famílias, para assim prevenir a ocorrência de situações de risco social, como também é necessário investir na estruturação e fortalecimento dos serviços de assistência social voltados para a infância e juventude. Esses serviços devem ser acessíveis, acolhedores e capacitados para atender às demandas específicas dessa faixa etária.

Os serviços são desenvolvidos através da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social que consiste no trabalho social com famílias, de serviço continuado, com a finalidade de apoiar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo das famílias.

16.1.1 Plantão Social

O Plantão Social tem por objetivo acolher, promover e incluir a população em situação de vulnerabilidade social do município, encaminhando para os programas desenvolvidos pelo poder público, com a finalidade de possibilitar uma melhor qualidade de vida, contribuindo para o resgate da dignidade, minimizando os fatores de risco pessoal e social. Dentre suas atribuições está o encaminhamento, quando necessário para outros setores que pertencem à rede socioassistencial, como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Conselho Tutelar, Programa Bolsa Família (cadastro único).

16.1.2 Complexo Nutricional Dr. Isnaldo Bulhões Barros

Obra idealizada pelo então prefeito Dr. Isnaldo Bulhões, construída em parceria com o Governo do Estado de Alagoas, por meio do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP e contrapartida da Gestão Municipal para o custeio de equipamentos, insumos e recursos humanos.

As atividades do Complexo Nutricional estão em execução plena desde abril de 2022, e sua implantação foi de suma importância para o município de Santana do Ipanema, considerando a contribuição no combate à fome das famílias atendidas. Trata-se de um importante instrumento que vem integrando e socializando 200 famílias, e garantindo uma melhor qualidade de vida e bem-estar social dos seus beneficiários, através de ações estruturantes de promoção de segurança alimentar e nutricional.

O programa também possibilita garantia ao acesso de condições mínimas necessárias a uma vida digna de seus beneficiários. O seu principal objetivo é ofertar diariamente a alimentação nutricional balanceada, garantindo a segurança alimentar desde o recebimento, até o alimento pronto, certificando aos beneficiários a entrega de alimentos com qualidade e da mesma forma assegurando a importância do valor nutricional da refeição ofertada. Com o atendimento de segunda à sexta, são fornecidos 400 litros de alimentação e 800 pães, atendendo 200 famílias vulneráveis que se enquadram na perspectiva de superação da cadeia de combate ao desemprego e a fome.

Uma vez que, cerca de 90% das famílias que estão sendo atendidas encontram-se abaixo da linha de pobreza, divididas entre as comunidades de Maniçoba, Bebedouro, Conjunto Leopoldo e adjacências, a missão do Complexo Nutricional é garantir a refeição, saúde e dignidades de todas os indivíduos componentes das famílias beneficiárias que deste necessitarem.

16.1.3 Programa Ação e Cidadania

O Programa Ação e Cidadania partiu da iniciativa da prefeitura de Santana do Ipanema, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e tem como principal eixo de atuação uma extensa rede de política de Assistência Social, como também, as demais políticas que norteia a gestão pública municipal.

Em 2022 o programa consolidou seus trabalhos atendendo o maior número de famílias que se encontram na linha de pobreza e extrema pobreza em nosso município.

A nossa proposta é “cuidar” daqueles que mais precisam, por meio de:

- Distribuição de alimentos (zona urbana e rural);
- Visitas domiciliares;
- Orientações às famílias e encaminhamentos quando necessário;
- Convivência e fortalecimento de vínculos, da infância à pessoa idosa, dentre outros.

Ações realizadas:

Fevereiro

Nos dias 24 e 25 - Carnaval Solidário.

Realizamos a entrega de 4.000 (quatro mil) cestas básicas para famílias santanenses em situação de vulnerabilidade social

Março

Busca ativa das famílias residentes na Maniçoba, Bebedouro, Alto da Boa Vista, Conjunto Leopoldo e Conjunto Habitacional Francisco Ferreira de Melo a serem inseridas no Programa de Segurança Alimentar, por meio do Complexo Nutricional. Cuidar daqueles que mais precisam tem sido uma marca na administração da Prefeita Christiane Bulhões.

Abril

Peixe da semana santa, foram 8.500 famílias beneficiadas (zona urbana e rural);

Junho

São João Solidário – 6.000 famílias beneficiadas

Agosto

Durante uma semana realizamos a entrega de 5.000 cestas básicas, (zona urbana e rural);

Setembro – Foi realizado a distribuição de 4.000 cestas básicas às famílias residentes na zona urbana do nosso município.

Dezembro

Finalizamos o ano com a distribuição de 7.500 cestas básicas, atendendo famílias em estado de vulnerabilidade social, residentes na zona urbana e rural do nosso município

16.1.4 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

O CRAS SITA GOMES DE AQUINO em Santana do Ipanema localizado no bairro camoxinga na zona urbana é um equipamento público no qual são oferecidos serviços, programas e benefícios com o objetivo de prevenir situações de risco e de fortalecer os vínculos

familiares e comunitários. Ele constitui-se como uma referência para a comunidade, um espaço de convivência e a porta de entrada para os serviços da Assistência Social no SUAS. Objetivo principal do CRAS é desenvolver as potencialidades, o protagonismo e a autonomia dos indivíduos.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso dos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos, relacionados e de pertencimento social (discrição etárias, étnicas, de gênero ou deficiências); ela previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A palavra-chave que define o Centro de Referência é a prevenção, pois é nesse equipamento que a população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade, mas ainda com vínculos familiares preservados, é atendida.

De acordo com a LOAS, O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e a prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (BRASIL, 2011).

É preciso ter sempre em mente que, no âmbito dos serviços, e dada sua capilaridade nos territórios, o CRAS se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. O CRAS também possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Importante lembrar que o CRAS tem, dentre as ações sob sua responsabilidade, a articulação de rede socioassistencial, bem como a promoção da articulação intersetorial, visando à gestão territorial, possibilitando desta forma a constituição de redes de proteção social nos territórios. Assim, a articulação de englobar os serviços das diferentes políticas, buscando o compartilhamento de olhares e saberes para uma intervenção no território que vise à construção de fluxos referenciados.

Visando materializar o trabalho com as famílias o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuando, com finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social continuando do

PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (BRASIL, 2009).

O PAIF, de acordo com Brasil (2012, p. 11), integra o nível de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo: “prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Ou seja, atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. Destaca-se assim o PAIF por sua capacidade de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, deste modo a ofertando às famílias uma forma de atendimento protetivo, visando a qualidade de vida, proporcionando acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inclusão das famílias na rede de proteção social de assistência social e Contribuir para famílias que possuem, necessidades de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

O PAIF é fundamental e se caracteriza como eixo essencial para a política de assistência social que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da PNAS em 2004, ou seja, como política pública, dever do Estado e direito de cidadania (BRASIL, 2012).

O município oferecendo serviços sócios assistenciais destinados a infância à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, o direito ao convívio é assegurado, por meio de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e à acolhida de famílias cujos vínculos familiares e comunitários precisam ser protegidos. Em ações desenvolvidas através dos eixos norteadores: Convivência social, direito de ser e participação. Entre as atividades realizadas então às oficinas de esporte, coral, dança, violão, maculelê, percussão e recreação. Essas oficinas são estratégias para incentivar a participação do público alvo, portanto, são atividades complementares aos grupos, onde ofertamos orientações sociais para promover a reflexão sobre temas, de forma lúdica e descontraída. É composto por cerca de 696 usuários, distribuídos nas seguintes localidades sede do CRAS, Núcleo Bebedouro, Núcleo rua da praia, Núcleo São Vicente, Núcleo Floresta e na zona rural, Núcleo Areia Branca, Núcleo Baixio do Tamanduá e Núcleo povoado Óleo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que é um serviço de proteção social básica, ligada ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, realizado em grupos, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento humano de seus usuários. O SCFV parte da concepção de que seus os ciclos de vida familiar estão ligados aos ciclos de

vida das pessoas. Trata-se de uma ação continuada e deve estar relacionada ao trabalho social com as famílias, visando ainda à prevenção de situações de vulnerabilidades e risco social.

Com a aprovação da tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, o SCFV foi organizado por faixa etária, são elas:

- Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos;
- Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos;
- Pessoas idosas; a partir de 59.

O objetivo do SCFV é promover o convívio familiar e comunitário, estimular e fortalecer os aspectos culturais das famílias, e trabalhar a questão do pertencimento e da identidade dos usuários, propondo-se ainda a assegurar espaços de convívio e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, incentivar a participação comunitária, o protagonismo no território e a valorização da família e comunidades locais pelo resgate de sua cultura e a promoção de vivências lúdicas.

- Infância/ Adolescência e Direitos Humanos e Socioassistenciais;
- Infância/ adolescência e Saúde;
- Infância/ adolescência e Meio ambiente;
- Infância/ adolescência e Cultura;
- Infância/ adolescência e Esporte, Lazer e Ludicidade;
- Infância/ adolescência e Trabalho;
- Idosos - Convivência Social e Intergeracionalidade;
- Idosos – Envelhecimento Ativo e Saudável;
- Autonomia e protagonismo;

O Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.

Segundo Sposati (1995), é preciso destacar que a Assistência Social é responsável por ações de prevenção, de proteção social e pelo provimento de um conjunto de garantias ou seguranças sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanente decorrentes de problemas pessoais ou sociais de famílias e indivíduos.

Assim sendo, essas garantias se efetivam pela construção de uma rede de proteção social, ou seja, um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à proteção social e ao atendimento de necessidades sociais da população usuária dessa política. O trabalho em rede traduz um novo paradigma para a atuação do Estado em conjunto com setores organizados da sociedade. A proposta de uma ação integrada e em rede está na base desse paradigma.

Serviços oferecidos pelo CRAS:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- Programa Criança Feliz – PCF;
- Programa Criança Alagoana – CRIA.

| Ano 2019 | Total |
|-----------------------------|--------------|
| Visitas Domiciliares | 296 |
| Atendimentos | 2.550 |
| Benefícios Eventuais | 227 |

| Ano 2020 | Total |
|-----------------------------|--------------|
| Visitas Domiciliares | 216 |
| Atendimentos | 1.199 |
| Benefícios Eventuais | 648 |

| Ano 2021 | Total |
|-----------------------------|--------------|
| Visitas Domiciliares | 429 |
| Atendimentos | 2.953 |
| Benefícios Eventuais | 1.096 |

| Ano 2022 | Total |
|-----------------------------|--------------|
| Visitas Domiciliares | 647 |
| Atendimentos | 5.938 |
| Benefícios Eventuais | 1.111 |

Fonte: Registro mensal de atendimentos – RMA CRAS.

Ainda funcionando na sede do CRAS está o Programa Criança Feliz que é um programa do Governo Federal e foi instituído por meio do Decreto nº8.869, consolidado pelo Decreto nº9.579, de 22 de novembro de 2018, e tendo como fundamento a Lei nº13.257, de 08 de março de 2016, que tratou do Marco Legal da Primeira Infância. O Programa Criança Feliz foi implantado nesse município no dia 25 de setembro de 2017.

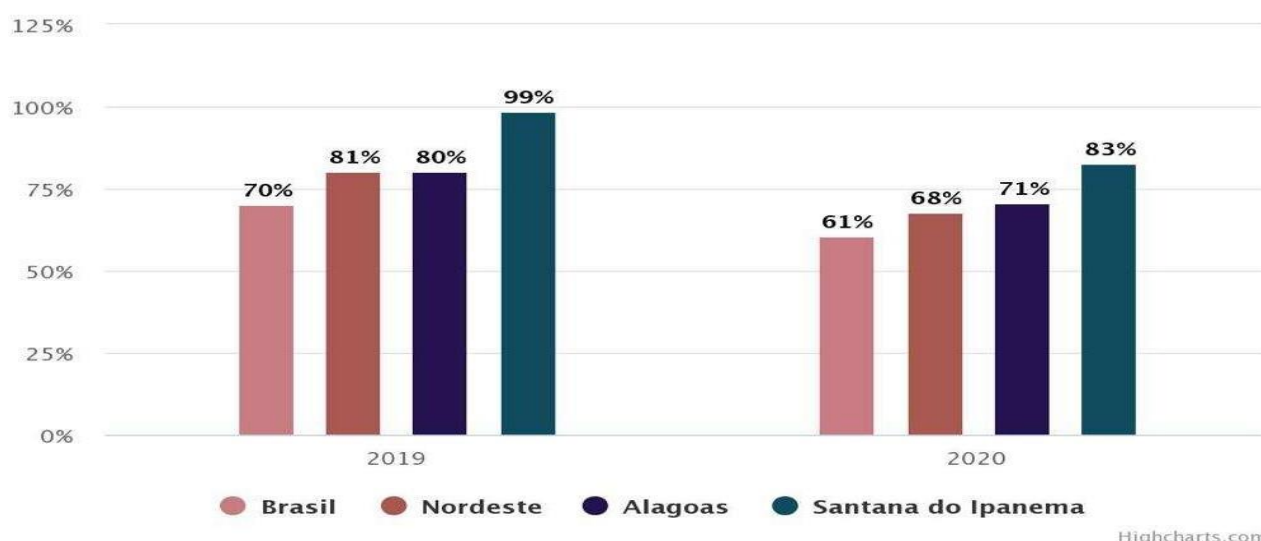
No município, o referido programa atende a 300 famílias, entre gestantes, crianças de até trinta e seis meses (03 anos) e suas famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; crianças de até setenta e dois meses (06 anos) e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC; crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que perder a mão menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da COVID-19.

Nas visitas realizadas às crianças, as atividades são desenvolvidas juntamente com o cuidador principal. Essas atividades geralmente são oriundas de produtos recicláveis, o que facilita a elaboração por parte também dos cuidadores, em que estes recebem orientação e apoio para continuar realizando atividades que ajudam no desenvolvimento da criança. No que se refere às gestantes, elas são acompanhadas quinzenalmente e recebem orientações quanto à chegada do bebê, a relação afetiva familiar e o apoio da rede socioassistencial (caso necessite).

No ano de 2019 (pré-pandêmico), iniciamos o ano com 135 famílias atendidas — a meta do Programa nesse ano era de 150 —, sofrendo alteração em sua meta no mês de abril de 2019, no qual passou a ter meta de 300 famílias. Concluiu-se o ano com 303 famílias acompanhadas. No ano seguinte, 2020 (ano pandêmico), iniciamos com 308 famílias em janeiro e concluímos com 270 famílias acompanhadas. Os acompanhamentos não pararam, porém, devido ao período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) de corrente da COVID-19: houve a mudança para visitas remotas em grupos de WhatsApp e, para as famílias sem acesso à internet, eram realizadas ligações telefônicas. Dessa forma, garantiu-se o vínculo com a família e o andamento do Programa.

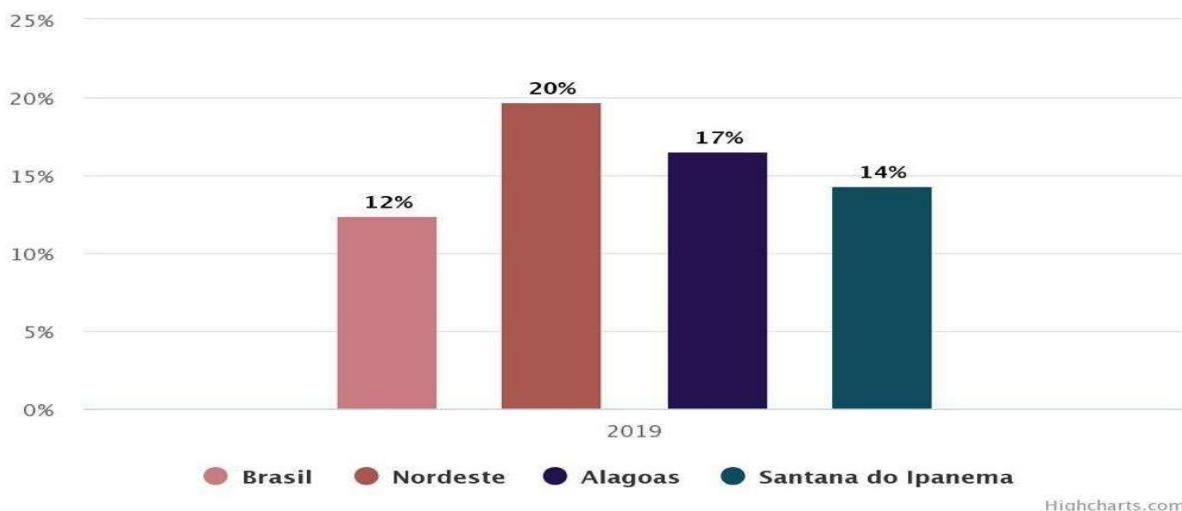
No ano de 2021 (período ainda pandêmico), iniciamos o ano com 274 famílias, as visitas ainda remotas, depois passando a ser de forma híbrida, ou seja, uma semana remota e na outra presencial, tomando todos os cuidados ainda necessários. No mês de agosto, iniciamos as atividades presenciais e finalizamos o ano com 305 famílias acompanhadas.

Proporção indivíduos visitados pelo Programa Crianças Feliz em relação à meta pactuada



Fonte: Observatório do Marco Legal da Primeira Infância

Proporção de crianças de 0 a 5 anos com deficiência beneficiárias do BPC inseridas no Programa Criança Feliz



Fonte: Observatório do Marco Legal da Primeira Infância

No mês de janeiro de 2022 iniciamos com 309 beneficiários no sistema PCF. As visitas já normalizadas de forma presencial, iniciamos o ano com o acolhimento nas primeiras visitas, de forma que as famílias se sintam realmente acolhidas e familiarizadas com o programa e as visitadoras. Esse elo deve ser mantido até o desligamento da família no sistema, bem como, posteriormente, pois temos outros serviços assistenciais, os quais englobam as crianças e suas famílias que no momento não faz mais parte do referido Programa.

As famílias assistidas pelo Programa Criança Feliz recebem a visita para acompanhamento e relatam que as crianças apresentam um desenvolvimento significativo em relação a idade, essas famílias acompanhadas pelo programa recebem esse feedback principalmente no momento em que as crianças passam a estudar. Pois o acompanhamento visa o desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor entre outros benefícios. Finalizamos o ano de 2022 com 304 beneficiários assistidos pelo programa.

| ANO | FAMÍLIA | VISITAS |
|------|---------|---------|
| 2019 | 358 | 11.252 |
| 2020 | 402 | 11.649 |
| 2021 | 413 | 14.207 |
| 2022 | 434 | 14.398 |

Fonte: Sistema e-PCF – Programa Criança Feliz, Ministério da Cidadania.

O Programa Criança Alagoana – CRIA, instituído pela Lei 7.967/2018 de nível estadual, está inserido no CRAS, e é direcionado para a primeira infância e busca melhorar as condições de vida das famílias, faz parte do Programa, o Cartão CRIA, um cartão de transferência de renda no valor de R\$ 150.00 pago mensalmente, através da Caixa Econômica Federal. Seu objetivo é melhorar as condições de vida das famílias através de um auxílio financeiro, possibilitando, oferecer melhor alimentação e cuidados para as gestantes e crianças na primeira infância.

Tem como público alvo famílias inscritas no Cadastro Único que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham gestantes, crianças de até 6 anos com a síndrome congênita do Zica vírus ou qualquer outra criança de até 5 anos incompletos.

Os cadastros iniciaram em março de 2020, onde foram inseridas 203 famílias no sistema, em consequência da pandemia do Covid-19 o programa ficou parado durante um ano, voltando a realizar os cadastros em fevereiro de 2021. Durante todo o ano de 2022 foram inseridas no sistema 652 beneficiárias. Até o momento estão inscritas no Programa 3.023 famílias.

16.1.5 Cadastro Único

No município de Santana do Ipanema, há 10.227 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente a 49% da população total do município, e inclui 4.505 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de março de 2023 foram transferidos R\$ 6.831.599,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 668,19 por família. A cobertura do programa atualmente é de 168% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Santana do Ipanema já alcançou a meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício não tenham o pagamento interrompido.

Quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, quais sejam: saúde e educação. No município, há 9.637 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. Dessas, foram acompanhadas 6.162. o que corresponde a uma **cobertura de acompanhamento de 63,9% na educação**. O resultado nacional de

acompanhamento foi de 66,9%.

Na área da Saúde, 15.789 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e as mulheres. O município conseguiu acompanhar 13.375 beneficiários(as), o que corresponde a uma **cobertura de acompanhamento de 69,5% na saúde**. O resultado nacional de acompanhamento foi de 72,7%.

O município já vem realizando as atividades de cadastramento no Cadastro Único e possui:

- **14.732** famílias inseridas no Cadastro Único;
- **11.553** famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- **13.243** famílias com renda até ½ salário mínimo;
- **10.779** famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

16.1.6 Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS

O CREAS Gildete de Oliveira Barros, localizado no bairro da Floresta, é um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)., atua como um equipamento social promotor de ações que previnem o agravamento das situações atendidas. Funciona no município desde 2007, atendendo tanto na zona urbana, quanto rural.

O CREAS desenvolve um conjunto de ações na perspectiva da redução dos efeitos e consequências das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivenciadas pelos indivíduos. Este espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalece vínculos familiares e comunitários, por meio de estratégias pedagógicas, psicológicas, sociais e jurídicas, realizados pela equipe multiprofissional, priorizando a reconstrução das relações dentro do contexto social do indivíduo, devendo focar no fortalecimento dos serviços para a superação da situação apresentada.

Suas atividades são fomentadas por intermédio do **Programa de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)**, que tem como objetivo prevenir a reincidência de violações de direitos por ocorrência de negligência/abandono, maus

tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, afastamento do convívio familiar aplicado ao serviço de medidas socioeducativas, situação de rua, entre outras.

As principais ações desenvolvidas inerentes ao setor:

- Entrevista de acolhida e avaliação inicial, mediante denúncias e encaminhamentos;
- Atenção às famílias;
- Visitas domiciliares;
- Visitas institucionais;
- Convivência em grupo;
- Encaminhamentos para serviços socioassistenciais;
- Orientação jurídico-social;
- Serviços de orientação e acompanhamento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida – LA.

Atende às demandas do Conselho Tutelar, do Serviço de Denúncias dos Direitos Humanos – Disque 100, encaminhamentos da justiça (Varas e Juizado), Promotorias de Justiça, Defensoria Pública, recebimentos de denúncias no próprio CREAS (demanda espontânea), escolas, hospital, delegacia, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e da própria rede de Assistência Social. Realiza também a busca ativa em casos de denúncias de pessoas em vulnerabilidade, abandono ou situação de rua e acompanha adolescentes encaminhados pela justiça para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à comunidade (PSC), encaminhadas através da Vara Infância e Juventude da Comarca de Santana do Ipanema/AL.

Além dos serviços acima mencionados o CREAS realiza campanhas educativas sobre temas de prevenção e combate aos diversos tipos de violação de direitos, dentre elas a campanha de **Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, “Maio Laranja”**.

Por fim, o acompanhamento contínuo é essencial para garantir que as famílias em situação de vulnerabilidade recebam o suporte necessário ao longo do tempo. Isso pode incluir visitas regulares, avaliações periódicas e ajustes no plano de ação, sempre levando em consideração a evolução e as necessidades da família.



| Area temática: Fortalecimento e Assistência às Famílias | | | | | | | | |
|---|--|--|---|---|-----------------|---------|---|--|
| Problema central: Alto índice de famílias em situação de vulnerabilidade social. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Redução do índice de famílias em situação de vulnerabilidade social. | | | | | | | | |
| ODS associados: Erradicação da pobreza | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 70% das famílias em situação de vulnerabilidade social do município atendidas pela rede de proteção social. | Número de famílias atendidas pelos serviços, programas e benefícios da Assistência Social. | Registrado Mensal de Atendimento; Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC; Cadastros Internos dos programas e serviços. | Realização de busca ativa para inserção das famílias no Cadastro Único; | Coordenação do Cadastro Único | 2024 | 2033 | FNAS – Índice de Gestão Descentralizada | Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Plantão Social. |
| | | | Ampliação das equipes dos serviços socioassistenciais; | Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. | 2024 | 2024 | | |
| | | | | | | | | |

17 ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA, MAUS TRATOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Atenção às crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência doméstica é um tema de extrema importância na sociedade atual. Infelizmente, essas situações de violência são muito comuns e afetam milhares de crianças e adolescentes em todo o mundo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública que pode ter consequências graves, tanto a curto quanto a longo prazo. Os efeitos negativos incluem desde problemas de saúde mental e física até dificuldades de aprendizado e desenvolvimento cognitivo. O número de violências contra crianças e adolescentes registradas pelo Disque 100 no primeiro semestre de 2021 é alarmante. Dos 50.098 casos denunciados, 81% ocorreram dentro da casa da vítima, ou seja, próximas ao convívio familiar, como a mãe, o pai, o padrasto ou a madrasta. É assustador pensar que o lar, que deveria ser um ambiente de proteção e acolhimento, é o local mais perigoso para muitas crianças e adolescentes. Esse dado nos alerta para a importância de identificar sinais de violência nas relações familiares e de prestar ajuda às vítimas.

A situação de crianças e adolescentes em situação de desproteção social e vítimas de violência é extremamente preocupante e requer ações imediatas para garantir a proteção e o bem-estar desses indivíduos vulneráveis.

Existem várias medidas e recursos disponíveis para lidar com essa questão. A maioria dos países possui leis específicas que visam proteger crianças e adolescentes contra a violência e o abuso. Essas leis podem abranger áreas contra os diversos tipos de violência.

No Brasil, a proteção de crianças e adolescentes contra negligência, maus tratos e violência doméstica é regida por diferentes leis e códigos. O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990, é a principal legislação que protege os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Ele estabelece os princípios e diretrizes para a proteção e o desenvolvimento integral de menores de 18 anos. O ECA abrange uma ampla gama de questões relacionadas à proteção infantil, incluindo negligência, maus tratos, violência doméstica, exploração sexual, trabalho infantil, entre outros, como também, prevê a responsabilização dos agressores e busca garantir assistência e a proteção adequada para as vítimas.

É fundamental fornecer serviços de assistência adequados para crianças e adolescentes em situação de desproteção social e vítimas de violência. Além disso, é preciso que a sociedade como um todo se mobilize para prevenir a violência e promover ambientes saudáveis e

protetores para crianças e adolescentes.

A gravidade dos efeitos da violência doméstica na infância e adolescência é imensurável, além dos danos imediatos, como agressões físicas e traumas psicológicos, a violência pode afetar o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, prejudicando sua formação como indivíduos saudáveis e habilidosos socialmente.

É importante que a sociedade e as instituições estejam atentas a essa problemática e trabalhem para prevenir e combater qualquer tipo de violência, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para as crianças e adolescentes, pois o artigo 18º do Estatuto da Criança e Adolescente preconiza que: “É dever de todos velar pelo domínio da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, p.16).

Pois bem, o artigo estabelece a responsabilidade de todas as pessoas em garantir a proteção de crianças e adolescentes contra qualquer forma de violência ou tratamento desumano, o que reforça a importância de prevenir a violência doméstica e outros tipos de violência. O combate aos maus-tratos e à proteção de crianças e adolescentes deve ser uma preocupação de toda a sociedade, e não apenas das instituições responsáveis pela garantia dos direitos das crianças. É preciso uma abordagem multidisciplinar que envolva a família, a escola, a comunidade e os profissionais de saúde e assistência social, para que juntos possamos prevenir e enfrentar essa grave violação dos direitos humanos.

Uma grave violência que assola nossas crianças e adolescentes é a violência doméstica, afetando muitas crianças e adolescentes em todo país. Essa forma de violência pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental das vítimas, bem como na sua saúde física e mental. As diferentes formas de violência, incluindo a negligência, o abuso emocional, a violência física e a violência sexual, são muitas vezes inter-relacionadas e fazem parte de um padrão complexo de relacionamentos familiares disfuncionais.

Pois bem, é necessário que esse público receba atenção especializada e cuidados adequados para superar os traumas e evitar que a violência se perpetue. Nesse sentido, o Conselho Tutelar de Santana do Ipanema, desenvolve suas atribuições com a finalidade de promover uma atuação mais efetiva e eficiente, a fim de garantir a proteção e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em consonância com as legislações desempenha suas atribuições visando cumprir o princípio da prioridade absoluta, garantindo e zelando os direitos das crianças e adolescentes do Município em questão, segue a sequência dos passos de como é feito os procedimentos legais

deste órgão:

1. O atendimento começa com a recepção do caso pelo Conselho Tutelar. Isso pode ocorrer por meio de uma denúncia, uma solicitação de apoio.
2. O próximo passo é a triagem do caso, onde o conselheiro tutelar responsável verifica se o caso está dentro das atribuições do Conselho Tutelar e se há evidências suficientes para iniciar uma intervenção.
3. Se o caso for considerado válido, o Conselho Tutelar entra em contato com as partes envolvidas, como a criança ou adolescente em situação de risco, a família, a escola, os serviços de saúde ou assistência social, entre outros.
4. Durante o atendimento, os conselheiros tutelares devem ouvir as partes envolvidas, analisar as circunstâncias e identificar as necessidades de proteção e promoção dos direitos da criança ou adolescente.
5. Com base nas informações coletadas, o Conselho Tutelar pode decidir por medidas de proteção serão apropriadas para cada caso e encaminhamento para a rede de proteção.
6. Após a intervenção, o Conselho Tutelar deve acompanhar a situação da criança ou adolescente e garantir que seus direitos sejam respeitados e promovidos. Caso necessário, novas medidas de proteção podem ser tomadas.
7. Ao final do processo, o Conselho Tutelar deve encerrar o caso e elaborar um relatório, que deve ser encaminhado aos órgãos competentes, como o Ministério Público ou o Poder Judiciário, quando necessário.

No município de Santana do Ipanema, de acordo com os registros do acervo interno do Conselho Tutelar nos anos de 2019 a 2022, foram identificados os seguintes casos de negligência, maus tratos e violência doméstica. É importante ressaltar que esses números refletem apenas os incidentes que foram devidamente notificados, portanto, não incluem aqueles que não foram relatados. A seguir, apresentamos os registros.

| ANO | NEGLIGÊNCIA | MAUS TRATOS | VIOLÊNCIA DOMÉSTICA |
|-------------|-------------|-------------|---------------------|
| 2019 | 228 | 85 | 56 |
| 2020 | 99 | 45 | 0 |
| 2021 | 85 | 40 | 04 |
| 2022 | 45 | 44 | 02 |

Fonte: SMTADS

Esses dados são fundamentais para compreender a magnitude dos problemas relacionados à proteção e bem-estar das crianças e adolescentes em nossa comunidade. No entanto, é necessário reconhecer que esses números não representam a totalidade dos casos ocorridos, já que muitas situações não chegam ao conhecimento das autoridades competentes.

Em consonância com os mesmos dados temos o diagnóstico dos casos de violência sexual dos respectivos anos 2019 a 2022.

| ANO | VIOLÊNCIA SEXUAL |
|-------------|------------------|
| 2019 | 45 |
| 2020 | 20 |
| 2021 | 21 |
| 2022 | 20 |

Fonte: SMTADS

Ainda visando oferecer serviços especializados e apoio às crianças e adolescentes em situação de desproteção social e vítimas de violência, incluindo casos de negligência, maus tratos e violência doméstica contra crianças e adolescentes o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Santana do Ipanema, desempenha um papel importante na proteção e no atendimento das vítimas. Algumas das principais ações realizadas pelo CREAS nesses casos:

1. Atendimento e escuta qualificada: O CREAS recebe e atende crianças, adolescentes e suas famílias em situação de negligência, maus tratos ou violência doméstica. A equipe técnica do CREAS, composta por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, realiza entrevistas e escuta

qualificada para entender a situação, acolher as vítimas e fazer as devidas orientações.

2. Avaliação e diagnóstico: O CREAS realiza uma avaliação da situação de cada caso, identificando os riscos, danos e necessidades das vítimas. Isso envolve analisar a gravidade dos maus tratos, negligência ou violência doméstica e identificar os recursos disponíveis para a proteção e assistência.

3. Orientação e encaminhamento: Com base na avaliação, o CREAS orienta as vítimas e suas famílias sobre seus direitos, recursos e serviços disponíveis. Isso pode incluir informações sobre como denunciar, buscar assistência médica, obter proteção legal e acessar programas de apoio social e psicológico.

4. Medidas de proteção e acompanhamento: O CREAS pode tomar medidas para garantir a proteção imediata das vítimas, como encaminhamentos para o acolhimento em abrigos ou o encaminhamento para programas de proteção e cuidados alternativos. Além disso, o CREAS realiza acompanhamento periódico dos casos, verificando o progresso, as necessidades emergentes e a eficácia das intervenções.

5. Articulação com outros serviços e instituições: O CREAS trabalha em conjunto com outros órgãos e serviços, como conselhos tutelares, poder judiciário, ministério público, delegacias especializadas, escolas, serviços de saúde, entre outros. Essa articulação visa garantir uma resposta integrada e efetiva aos casos, promovendo a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores.

Portanto, diante de tudo exposto é essencial que as instituições e a sociedade em geral trabalhem juntos para prevenir e enfrentar todos os tipos de violências ao qual as crianças e adolescentes estão submetidos. Através da educação, conscientização e intervenções apropriadas, é possível promover um ambiente seguro e saudável para as crianças e adolescentes, permitindo que eles cresçam e se desenvolvam plenamente.

| Area temática: Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos e violência doméstica | | | | | | | | |
|--|---|--|---|---|------------------|---------|---------------------------------------|--|
| Problema central: Crianças e adolescentes em situação de desproteção social, vítimas de violência e violação de direitos. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes protegidas de todas as formas de violências e violação de direitos. | | | | | | | | |
| ODS associados: Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATAS PREVISITAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 100% dos casos de violência contra crianças e adolescentes notificados pela rede socioassistencial. | Número de casos de violência contra crianças e adolescentes identificados pelo Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Sistemas da Saúde e Delegacia. | SIPIA; RMA; SINAN e dados fornecidos pela delegacia. | Construção de fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência física. | Centro de Referência Especializado de Assistência Social. | 2024 | 2025 | Fundo Municipal de Assistência Social | Secretaria de assistência social. Conselho tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. |
| | | | Construção do fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. | Centro de Referência Especializado de Assistência Social | 2024 | 2024 | Fundo Municipal de Assistência Social | Secretaria de assistência social. Conselho tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. |

| | | | | | | | | |
|--|---|--|--|---|------|------|---------------------------------------|--|
| 80% dos profissionais da rede socioassistencial que atendem crianças e adolescentes capacitados acerca dos fluxos de atendimentos a crianças e adolescentes. | Número de profissionais capacitados acerca dos fluxos de atendimento a crianças e adolescentes. | Frequência e registros fotográficos das formações. | Realizar capacitação para os profissionais da rede de atendimento às crianças e adolescentes (Assistência Social, Saúde e educação, Rede proteção) acerca dos fluxos de atendimento a crianças e adolescentes. | Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social. | 2024 | 2024 | Fundo Municipal de Assistência Social | Secretaria de assistência Social. Conselho Tutelar |
|--|---|--|--|---|------|------|---------------------------------------|--|

18 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



Fonte: Casa de Acolhimento Regional Maria Nanete de Oliveira Silva

A Casa do Menor São Miguel Arcanjo é uma ONG (Organização Não Governamental), que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA art. 101),

em função do abandono ou cujas

famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidados e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço oferece aspectos semelhantes à de uma residência, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Ofertando atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Fundada há 13 anos, a Instituição dedica sua causa ao desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social, através de diversos programas sociais. Localizada na Rua Adjailson Teles, 322, Bairro Camoxinga, CNPJ: 32.011.876/0018-78; Santana do Ipanema-Al.

No contexto envolve:

1. acolhida em casas lares: 02 casas lares onde atendemos 20 crianças e/ou adolescentes.
2. acesso a arte e cultura: através de oficinas de percussão, esporte, violão, ballet, xadrez e reforço escolar onde atendemos semanalmente crianças e adolescentes.
3. qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho onde realizamos cursos de confeitaria.

Como forma de organização interna a CMSMA está dividida por gestões regionais afim

de descentralizar a execução dos serviços acima citados. Desta forma, atualmente a instituição está assim organizada:

A população atendida pela Casa do Menor São Miguel Arcanjo, nas casas-lar São José e Santa Clara, são crianças de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de vulnerabilidade social, vítimas do abandono, negligência e maus tratos, oriundas de famílias fragilizadas ou inexistentes.

Garantir os Direitos da Criança e do adolescente, que vive em situação de risco social conforme preconiza o ECA, em conjunto com a rede de prevenção ao uso de drogas, secretarias de saúde, educação, Assistência social, arte e cultura, visando o desenvolvimento psicossocial das crianças e/ou adolescentes e possibilitando a reinserção dos mesmos no convívio social.

- Acolher e garantir proteção integral a criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono;
- Proporcionar atendimento personalizado, respeitando a individualidade de cada um;
- Promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família de origem;
- Acolher e oferecer cuidados individualizados em ambiente familiar;
- Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
- Possibilitar a convivência comunitária e o acesso a rede de políticas públicas;
- Apoiar o retorno da criança e adolescente a família de origem ou substituta;
- Contribuir para prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Reestabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Promover acesso a rede socioassistencial, aos demais órgãos do sistema de garantia de direitos e as demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Inserir as crianças e adolescentes em projetos socio educativos e profissionalizantes;
- Possibilitar contatos diretos ou indiretos das crianças e adolescentes abrigados às suas respectivas famílias (por telefone, correspondência, videochamadas, visitas, etc.);
- Estabelecer com as crianças e adolescentes normas que possibilitem uma boa convivência dentro da casa-lar;

- Realizar atendimento grupal com as crianças e adolescentes para discussão de temas emergentes do cotidiano;
- Realizar visitas domiciliares as famílias para acompanhamento psicossocial e elaboração de relatórios psicossociais;
- Fortalecer a rede de prevenção do município de Santana do Ipanema-Al;
- Alimentação completa dos abrigados;
- Qualificação e manutenção dos serviços de acolhimento residencial transitório.

Atualmente com um quantitativo de 17, crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, com idades entre 04 e 16 anos de ambos os sexos. No ano de **2022** tivemos 15 acolhimentos, 04 reintegrações familiar e duas transferências.

Equipe:

| | |
|--|-----------|
| Pai e mãe social: | 06 |
| Educador social: | 02 |
| Psicóloga: | 01 |
| Assistente Social: | 01 |
| Coordenação/ coordenação Pedagógico | 02 |
| Assistente administrativo: | 01 |

Fonte: SMTADS

A Casa de Acolhimento Regional Maria Nanete de Oliveira Silva, tem como principal objetivo promover o acolhimento de crianças e/ou adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. Possui características residenciais, ou seja, um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos acolhidos e cumprir os requisitos previstos nos regulamentos para a oferta do serviço de acolhimento, promovendo condições de acessibilidade, alimentação, educação, saúde, higiene, salubridade, segurança e privacidade.

O serviço de Acolhimento institucional, que é o caso da Casa de Acolhimento Regional Maria Nanete de Oliveira Silva, é semelhante ao de uma residência e deve ser inserido em áreas residenciais. Todavia, não podem ser identificados com placas, a fim de evitar a estigmatização dos acolhidos. O abrigo também deve promover o uso dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local aos usuários acolhidos. No caso de crianças e adolescentes, entre 0 e 18 anos incompletos, que estejam em situação de risco pessoal e social,

o acolhimento deve ser ofertado seguindo as medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e as orientações técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. É permitido no máximo 20 crianças e adolescentes em cada unidade, mas nesta Casa de Acolhimento temos vaga para 16 crianças e adolescentes.

Os acolhimentos institucionais ocorrem por determinação do Poder Judiciário ou por requisição do Conselho Tutelar, devendo ser comunicado à autoridade competente conforme previsto no Art. 93 do ECA, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade momentânea de cuidado e proteção por sua família.

O afastamento da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. O acolhimento é voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes e tem por objetivo viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela).

A casa de acolhimento regional Maria Nanete de Oliveira Silva, situada em Santana do Ipanema/AL, foi inaugurada em seis(06) de dezembro de 2022 e tem como objetivo atender e abrigar temporariamente, crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades de zero a dezessete anos e onze meses, que tiveram seus direitos violados e precisaram sair do convívio familiar, residentes nos Municípios de Santana do Ipanema, Dois Riachos, Poço das Trincheiras, Maravilha, Ouro Branco, Senador Rui Palmeira, Carneiros, Olho d'Água das Flores e Olivença. Com iniciativa do Ministério Público, instituída pela Lei Municipal nº. 1.158, de 02 de agosto de 2022, e com sede na Rua Presidente Kennedy, nº. 638, Bairro Monumento, Santana do Ipanema - Alagoas, é uma unidade pública municipal de prestação de serviços de proteção social subordinada à Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. A Casa conta com uma estrutura para acolher 14 crianças e/ou adolescentes e 02 bebês.

Em 2022, a Casa de Acolhimento Regional acolheu apenas uma (01) criança, que foi devidamente assistida nos âmbitos assistenciais, psicológicos, saúde e nutricional. A equipe da Casa iniciou trabalho junto a família do acolhido para analisar uma possível reintegração do menor à sua família.

A problemática encontrada em sua maioria é a ausência e dificuldade em encontrar os familiares ou família extensa aptos em acolher as crianças gerando ausência de informações

suficientes e necessárias para a construção do PIA; Apresentação de relatório rico de informações pelo Conselho Tutelar. A justiça e/ou ministério público poderiam oficiar os familiares a comparecer nas instituições acolhedoras para apresentar as informações que a equipe da instituição necessita para realizar trabalho de reintegração familiar, capacitar ou orientar os conselhos tutelares a coletar o máximo de informações possíveis em relação aos acolhidos, seus familiares e motivos que levaram ao acolhimento institucional.

| PROFISSIONAIS | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------|
| Coordenador(a) | 01 |
| Assistente Social | 01 |
| Psicólogo(a) | 01 |
| Cuidador(a) | 06 |
| Cozinheiro(a) | 01 |
| Auxiliar de limpeza | 01 |

Fonte: SMTADS

19 TRABALHO INFANTIL



Fonte: CRAS

finalidade de propor algumas ações de enfrentamento ao trabalho infantil no município, tendo como objetivo alertar a comunidade sobre os malefícios causados pelo trabalho infantil. Ações como: 1) palestras nos núcleos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). 2) Blitz na feira de agricultura de alimentação familiar para panfletagem e orientação sobre o PETI. 3) Busca ativa em feira livre e comércio, identificando crianças em situação de trabalho infantil.

O trabalho infantil é um descumprimento dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes à vida, à saúde, ao brincar, à educação, ao lazer e à convivência familiar. De acordo com o Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 “Todas as formas de trabalho infantil são proibidas para crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade. [...] A única exceção é a Aprendizagem Profissional, a partir dos 14 anos” (Brasil, 1988, p.1). Com princípio de que toda criança deve ser respeitada e protegida como ser humano independente de cor, sexo, nacionalidade, origem social, religião ou etnia.

Sendo assim é uma das formas de exploração mais prejudiciais ao desenvolvimento pleno do ser humano. Seus impactos deixam marcas que, tornam-se irreversíveis e que permanecem até a vida adulta.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) traz alguns Exemplos dos impactos negativos do trabalho infantil:

Aspectos físicos: fadiga excessiva, problemas respiratórios, doenças causadas por agrotóxicos, lesões e deformidades na coluna, alergias, distúrbios do sono, irritabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em

atividades laborais porque têm menor percepção dos perigos. Fraturas, mutilações, ferimentos causados por objetos cortantes, queimaduras, picadas por animais peçonhentos e morte são exemplos de acidentes de trabalho.

Aspectos Psicológicos: abusos físicos, sexuais e emocionais são os principais fatores de adoecimento das crianças e adolescentes trabalhadores. Outros problemas identificados são: fobia social, isolamento, perda de afetividade, baixa autoestima e depressão.

Aspectos Educacionais: baixo rendimento escolar, distorção idade-série, abandono da escola e não conclusão da Educação Básica.

Cabe ressaltar que quanto mais cedo o indivíduo começar a trabalhar, menor é seu salário na fase adulta. Isso corre, em grande parte, devido ao baixo rendimento escolar e ao comprometimento no processo de aprendizagem. É um ciclo vicioso que limita as oportunidades de emprego aos postos que exigem baixa qualificação, perpetuando a pobreza e a exclusão social.

Entretanto, no Brasil, o enfrentamento do problema tem sido marcado entre tantas barreiras, por uma herança cultural colonizadora que desde o início inseriu crianças negras e indígenas ao trabalho na lavoura, nos engenhos, dos domicílios senhoriais e nos mais diversos serviços. Em seguida, os reflexos da Revolução Industrial modificaram a forma do trabalho infantil e as crianças tornaram-se excelente estratégia de "produção" a custos mais baixos, especialmente na indústria têxtil (BRASIL, 2001).

Além da herança colonizadora, muitas narrativas vivas na cultura brasileira fazem com que o combate ao trabalho infantil, seja prejudicado. Essas narrativas acabam sendo uma forma de manter o preconceito e a exploração infantil ativas na nossa sociedade. Podemos salientar, por exemplo, que o trabalho distância das drogas e da prostituição, questões defendidas por pessoas com nível de compreensão da realidade que não ultrapassa o senso comum, vista que estudos e pesquisas realizados pelas organizações oficiais nacionais e internacionais (UNICEF, OIT, IBGE), bem como por ONGs, revelam exatamente o contrário. Crianças que trabalham não são protegidas pelos pais, porque há um distanciamento progressivo da família e um falso sentimento de autonomia por parte da criança, bem como de permissividade por parte dos seus responsáveis, associada a ideia de que trabalho se vincula a responsabilidade e amadurecimento da personalidade. O que ocorre na realidade é uma forma de abandono e de comodidade dos pais, fazendo com que a criança deixe de vivenciar etapas da infância as quais têm direito e que nunca mais serão recuperadas.

A erradicação do trabalho infantil é um compromisso do governo brasileiro perante os organismos internacionais que tratam do tema, tendo sido estabelecido o ano de 2025 como prazo final para eliminar o trabalho infantil em todas as suas formas. Entre as políticas públicas de combate, está a fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho, que teve contribuição histórica para a redução nos índices brasileiros. Seu objetivo é identificar situações trabalhistas irregulares e/ou ilegais executadas por crianças e adolescentes e notificar o responsável pela empresa ou local de trabalho onde ocorrem irregularidades.

Combater o trabalho infantil é um dever de todos nós. O sistema de garantia de direitos de Crianças e adolescentes tem um papel fundamental no enfrentamento dessa violação. A sociedade pode contribuir, pois informações e a mobilização são ferramentas fundamentais na promoção de direitos de crianças e adolescentes.

20 ATENÇÃO A ADOLESCENTES QUE PRATICARAM ATO INFRACIONAL



Fonte: CREAS

Em casos de atos infracionais cometidos por adolescentes, é comum que sejam adotadas medidas socioeducativas, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas leis do seu país. Essas medidas visam promover a responsabilização do adolescente, seu desenvolvimento pessoal e sua reintegração social.

As medidas socioeducativas podem variar de acordo com a gravidade do ato infracional e as circunstâncias individuais

do adolescente. Elas podem incluir advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação em estabelecimento socioeducativo.

O CREAS desempenha um papel fundamental ao lidar com adolescentes que praticaram atos infracionais, buscando compreender as causas do comportamento e desenvolver ações de acolhimento, apoio psicossocial, orientação e encaminhamento para a rede de proteção adequada.

O atendimento aos adolescentes infratores no CREAS geralmente envolve profissionais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outros, que trabalham em conjunto para realizar avaliações, planejar intervenções e acompanhar o desenvolvimento desses jovens. O objetivo é promover a reinserção social e a ressocialização dos adolescentes, evitando a reincidência e proporcionando oportunidades para sua reintegração na sociedade.

Cada caso é avaliado individualmente, levando em consideração o contexto familiar, social e emocional do adolescente. Dependendo da gravidade do ato infracional e das necessidades identificadas, o CREAS pode encaminhar o adolescente para outras instituições ou serviços especializados, como programas de medidas socioeducativas em meio aberto ou instituições de internação, quando necessário.

É importante ressaltar que as ações do CREAS têm como base o Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA) e a legislação pertinente, garantindo os direitos dos jovens infratores e buscando promover sua ressocialização de maneira adequada e efetiva.

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

Os adolescentes de 12 a 18 anos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Santana do Ipanema/AL.

Quais as atividades essenciais para o Serviço de MSE:

1. Elaboração do PIA (Plano Individualizado de Atendimento); atendimento do Adolescente (individual e em grupo);
2. Atendimento da Família, em articulação com o PAEFI;
3. Acompanhamento da frequência escolar do adolescente;
4. Elaboração encaminhamento de relatórios sobre acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC) ao Poder Judiciário e Ministério Público;
5. Elaboração e encaminhamento de relatórios quantitativos ao órgão gestor sobre atendimentos realizados; Articulação com a rede.

O ECA estabelece no art.117 que a PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Já a LA será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente e terá o prazo mínimo de seis meses, devendo o adolescente participar de atendimento individual multidisciplinar no CREAS e de atividades em grupo uma vez por mês.

Os adolescentes atendidos, em 90% de famílias carentes e com problemas de envolvimento com drogas lícitas, ilícitas e em atos criminais, necessitam ainda de atenção à saúde, mais especificamente de acompanhamento psiquiátrico e psicológico, campo em que a equipe pode contar desde o ano de 2021 com o CAPS AD, que tem exercido um excelente trabalho aqui no município, estimulando a integração dos adolescentes com a família e a

comunidade, através de ações de programas sociais e tratamento com um acompanhamento específico para cada tipo de paciente.

Ao que se refere à efetivação da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade temos realizado parcerias entre as secretarias do município, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços Públicos Controle e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Educação Cultura Turismo Esporte e Lazer Ciências Tecnologia e Inovação, especificamente na Biblioteca Municipal, que têm recebido essas demandas, e orientado os coordenadores dos órgãos para a abordagem com os adolescentes em cumprimento de medida.

Em relação ao acesso à profissionalização, o CREAS firmou parcerias importantíssimas no ano de 2021, através do Projeto Recomeçar, que é um projeto de iniciativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPEAL) com apoio da Prefeitura de Santana do Ipanema e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), cujo objetivo é capacitar e inserir no mercado de trabalho adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, bem como jovens em situação de vulnerabilidade social, através de oficinas e cursos.

Os princípios e diretrizes do Atendimento Socioeducativo devem ser orientados pelo ECA (Lei 8.069/1990) e pelo SINASE (Lei 12.594/2012), os quais apresentam:

Como Princípios que:

1. Os adolescentes são sujeitos de direitos, devendo ser garantido em qualquer circunstância, sua proteção integral;
2. Ao adolescente autor de ato infracional deve ser garantido a legalidade do seu processo, seu direito a ampla defesa, excepcionalidade, proporcionalidade, brevidade e individualização da medida e sua integridade física e mental, desde o momento da apreensão;
3. O adolescente inserido do SINASE deve ser mantido a salvo de qualquer situação violenta, vexatória, humilhante, opressiva, degradante e prejudicial ao seu desenvolvimento físico e psíquico; em nenhuma hipótese ser discriminado em razão de raça/etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, preferência política ou religiosa ou pertencimento a qualquer minoria ou status;

Como Diretrizes que:

1. Garantir a qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros da lei 12.594/2012.
2. Incentivar o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de MSE e de suas famílias;
3. Buscar a efetivação do processo socioeducativo a partir do Plano Individual de Atendimento;
4. Responsabilizar o adolescente pela prática do ato infracional é importante e deve ser priorizado o aspecto educacional da medida;
5. Fortalecer os vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo;
6. Garantir acesso e permanência na política pública de educação para adolescentes em cumprimento e egressos das medidas socioeducativas, reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo;
7. Garantir acesso à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura;
8. Garantir acesso a programas de saúde integral.

É importante ressaltar que o objetivo dessas medidas é proporcionar ao adolescente uma oportunidade de reflexão sobre suas ações, aprendizado de novos comportamentos e ressocialização.

21 A VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



Fonte: SMTADS

proteção, atendimento e punição aos autores desses crimes.

Entre as principais leis que garantem a proteção das vítimas de violência e exploração sexual é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal, a lei 13.431/2017 e o Código Penal. O ECA, por exemplo, estabelece que as crianças e adolescentes têm direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer e à convivência familiar e comunitária, além de prever medidas específicas de proteção e atendimento a vítimas de violência e exploração sexual.

A Constituição Federal, por sua vez, estabelece que a proteção à infância e à adolescência é um dever da família, da sociedade e do Estado, e que os direitos desses grupos devem ser garantidos com absoluta prioridade. Já o Código Penal prevê a punição aos autores de crimes de violência sexual, estabelecendo penas que variam de acordo com a gravidade da conduta criminosa.

A Lei 13.431/2017 estabelece medidas importantes para garantir a proteção e o atendimento adequado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, visando garantir seus direitos e prevenir a ocorrência desses crimes.

Além dessas leis, existem diversas outras normas e políticas públicas que visam garantir a proteção e o atendimento adequado a crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual. Essas legislações são fundamentais para garantir a proteção e os direitos desses grupos vulneráveis e para prevenir a ocorrência desses crimes.

A violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes são crimes graves e que têm consequências profundas e duradouras na vida desses grupos vulneráveis. Para garantir a proteção e o atendimento adequado a essas vítimas, o Brasil conta com diversas legislações específicas, que estabelecem medidas de prevenção,

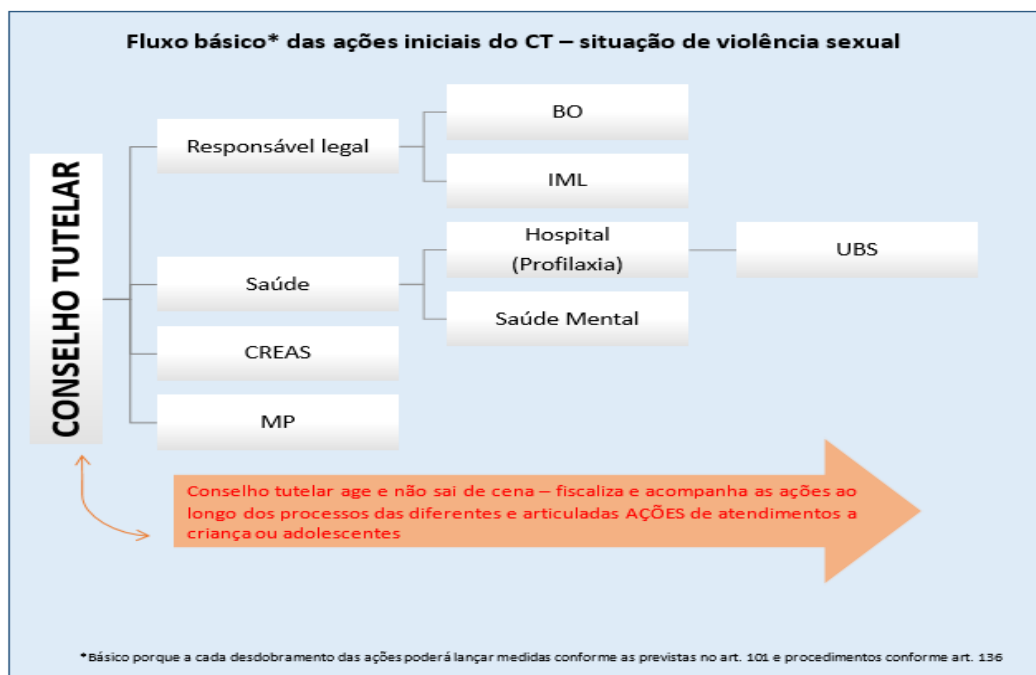
O Conselho Tutelar de Santana do Ipanema tem um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual. Esse órgão é responsável por zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por garantir que as políticas públicas cumpridas para a proteção de vítimas sejam efetivamente cometidas.

Entre as atribuições do Conselho Tutelar de Santana do Ipanema estão o recebimento e o encaminhamento de denúncias de violência e exploração sexual, a promoção de ações educativas e preventivas, a fiscalização de programas de atendimento à infância e à adolescência, além de outras medidas de proteção em lei.

Assim, a atuação do Conselho Tutelar é fundamental para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e para o combate à violência e à exploração sexual desses grupos semelhantes. É preciso que esse órgão esteja capacitado e atuante na defesa dos direitos da infância e da adolescência, para que possamos prevenir e punir efetivamente esses crimes.

É fundamental que haja um esforço conjunto para garantir que as vítimas de violência e exploração sexual recebam o atendimento adequado e o suporte necessário para se recuperarem dos danos causados por esses crimes. Somente assim poderemos garantir um futuro mais justo e seguro para as crianças e adolescentes do nosso país.

O conselho Tutelar de Santana do Ipanema – Alagoas tem realizado um protocolo de atendimento a vítimas de violência e exploração sexual, conforme mostra o fluxograma abaixo:



Fonte: Conselho Tutelar

De acordo com as diretrizes do SUAS o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) tem como atribuição o atendimento especializado e a proteção social às famílias e indivíduos em situação de violência e violação de direitos. Isso inclui a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, portanto, o CREAS desempenha um papel fundamental no combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. O CREAS é responsável por oferecer apoio, orientação, acolhimento e encaminhamento para serviços especializados.

Suas atribuições incluem:

1. Atendimento especializado: O CREAS oferece acolhimento, escuta qualificada e atendimento especializado às vítimas de violência e exploração sexual. Profissionais como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos estão preparados para lidar com essas situações delicadas e proporcionar apoio psicossocial às vítimas.

2. Proteção e segurança: O CREAS atua na proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, garantindo um ambiente seguro para que possam se recuperar e se sentir protegidos. Isso pode incluir o encaminhamento para abrigos, caso seja necessário, e o monitoramento da segurança da vítima.

3. Orientação e encaminhamentos: O CREAS orienta as vítimas e suas famílias sobre seus direitos, os serviços disponíveis e os procedimentos legais relacionados à violência sexual. Além disso, realiza encaminhamentos para outros serviços e instituições especializadas, como serviços de saúde, atendimento jurídico e programas de apoio psicológico.

4. Articulação com a rede de proteção: O CREAS atua em conjunto com outros órgãos e instituições que compõem a rede de proteção à infância e juventude, como Conselho Tutelar, Ministério Público, delegacias especializadas e unidades de saúde. Essa articulação é essencial para garantir uma resposta integrada e efetiva no enfrentamento da violência sexual.

5. Prevenção e conscientização: O CREAS desenvolve ações preventivas, como campanhas educativas, palestras e capacitações, com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Essas iniciativas visam promover a sensibilização, identificação precoce dos casos e a prevenção desses crimes.

É importante ressaltar que o trabalho do CREAS no combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes é realizado em conformidade com as leis e regulamentações locais, bem como com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras normativas de proteção à infância e juventude.

Importante ressaltar que, mesmo com todas as ações e campanhas publicas promovendo o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, a quantidade de casos demonstra

que o enfrentamento realizado pelos órgãos de proteção ainda não produz o efeito desejado. Por este motivo, é necessário fortalecer o trabalho com o tema de forma preventiva, conscientizando os adultos (famílias, escolas, agentes e gestores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente) e esclarecendo as nossas crianças e adolescentes, evitando assim que a violência aconteça ou mesmo se prolongue com tempo.

| Area temática: Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | | | | | | | | |
|---|---|---|--|---|----------------|---------|---|---|
| Problema central: Alto índice de Crianças e Adolescentes vítimas de violência e exploração sexual. | | | | | | | | |
| Objetivo de impacto: Redução do índice de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual. | | | | | | | | |
| ODS associados: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. | | | | | | | | |
| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO | AÇÕES OU PROJETOS | RESPONSÁVEL | DATA PREVISTAS | | FONTES DE RECURSOS | ENVOLVIDOS |
| | | | | | INÍCIO | TÉRMINO | | |
| 80% profissionais que atuam com crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual capacitados acerca do enfrentamento a violência e exploração sexual. | Número de profissionais capacitados acerca da temática. | Listas de frequência e registros fotográficos | Capacitar os profissionais que atuam junto as crianças e adolescentes visando aprimorar o conhecimento e as práticas de violência enfrentadas por esse público | Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde. | 2023 | 2024 | Fundo Municipal de Assistência Social; Fundo Municipal de Educação; Fundo Municipal de Saúde. | Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. |

| | | | | | | | | |
|---|--|---|--|---|------|------|---------------------------------------|--|
| 100% dos profissionais da rede de atendimento a crianças e adolescentes, capacitados acerca do Decreto 14, de 02 de janeiro de 2023, da Escuta Protegida. | Percentual de profissionais capacitados. | Lista de frequência e registros fotográficos. | Capacitar os profissionais da rede de proteção às crianças e adolescentes acerca da Escuta Protegida | Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. | 2023 | 2023 | Fundo Municipal de Assistência Social | Conselho Tutelar; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
|---|--|---|--|---|------|------|---------------------------------------|--|

ALBUM DE FIGURAS

FORTEALECIMENTO E ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS



VIOÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES





“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”

Peter Drucker



ENSINO MÉDIO



"A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber." Paulo Freire





"A infância é o tempo de maior criatividade na vida de um ser humano." Jean Piaget





“A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais.” Paulo Freire



ESPORTE E LAZER



"O esporte tem a capacidade de transformar pensamentos educando o jovem pelo prazer."
Elijarbas Rocha



ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA



“Para construir a paz é preciso começar com a criança desde a gestação. Os primeiros anos de vida são os principais para que a criança adquira valores culturais e se transformem em sementes da paz.”



Imagens: SMS



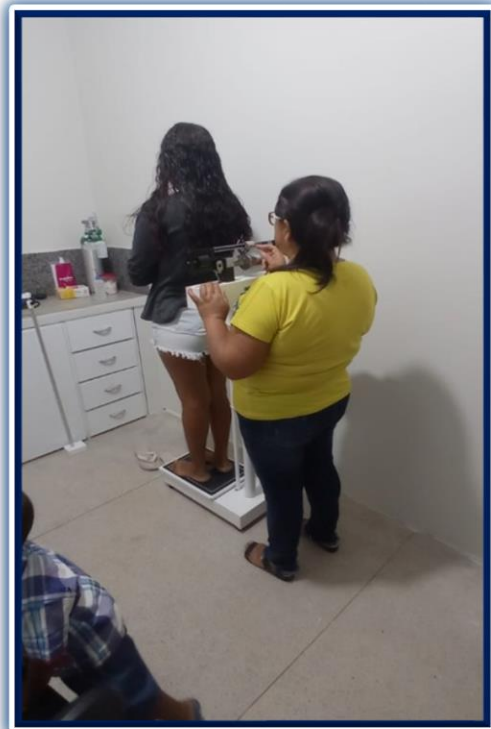
ATENÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E/OU MENTAIS



ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA



ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE



Imagens: SMS



CULTURA



Imagens: Secretaria Municipal de Cultura



TRABALHO INFANTIL



ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



ATENÇÃO A ADOLESCENTES QUE PRATICARAM ATO INFRACIONAL



REFERÊNCIAS

ACSI. Associação Comercial de Santana do Ipanema. Presidência. Relatório de Atividades do Programa Primeiro Emprego. 2023.

ALAGOAS. **Referencial Curricular de Alagoas (2019)**. Disponível em: <https://escolaweb.educacao.al.gov.br/pagina/recal-do-ensino-fundamental>. Acesso em 20 de março de 2023.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICA E DE GESTÃO 2023: diretrizes ano letivo 2023. DIRETRIZES ANO LETIVO 2023. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19GEWWZ0QczWtojsm0gtzoB8h8b5ag-4s/view>. Acesso em: 04 maio 2023.

ALAGOAS. Secretaria Estadual de Educação. GERE - Gerência Regional de Educação - 6ª Região. Panorama e Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Rede Estadual de Ensino de Alagoas no Município de Santana Do Ipanema – Alagoas. 2023.

BARSOTTI, Luciana Simões. Trabalho Infantil: infância roubada. 2018. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/602032636/Trabalho-infantil-Luciana-Simoes-Barsotti#>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2023. 265p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 17 abril 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 de março de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 de março de 2023.

BRASIL. Decreto Nº 6.481, de 12 de junho de 2008: Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, 12 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 28 de março de 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

BRASIL. Lei de nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 12594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 2.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília. DF. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 28 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Instituto Federal de Alagoas. Campus Santana do Ipanema: IFAL, 2023. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/cursos>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf Acesso em 12 maio de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social –

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf. Acesso em: 01 jun 2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Plano Nacional da Primeira Infância. Brasília. DF. 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2023.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 aprova a tipificação nacional de serviços

socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, 11 nov. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Orientações Técnicas Sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família - paif. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Volume 2, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. Portaria Nº 2.600, de 06 de novembro de 2018. DF. Brasília. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/fnas/wp-content/uploads/2018/11/portaria_mds_2018_2600.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNESNet), 2016. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. 180 p.: il.

BRASIL. **Saúde Brasil 2017**: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. 426 p.: il.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1ª a 4ª séries. Introdução. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é base. Brasília: MEC/CNE, 2017.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Parecer nº 20/09 e Resolução 05/09. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em 25 de mar. 2023.

BRASIL. Lei Constitucional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm>. Acesso em 25 de mar. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 25 de mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.274/2006, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 2006a. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 19 de março de 2023.

BRISOLA, Jéssica Laura. KAULFUSS, Marco Aurélio. Educação Infantil: Breve Relato Histórico da Evolução no Brasil. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/IfRq9cHdDNInF3L_2017-1-21-11-8-2.pdf>. Acesso em 26 de mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta redefine responsabilidades de estados e municípios na educação pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/774612-proposta-redefine-responsabilidades-de-estados-e-municipios-na-educacao-publica/> Acesso em 25 de Mar. De 2023

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?7&brasil> Acesso em 29 MAR de 2023.

CHEDID, Samira. A cultura como política pública. Politize. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cultura-como-politica-publica/>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 1991. Disponível em <https://seudireito.proteste.org.br/o-que-e-conanda-e-sua-importancia/> Acesso em: 03/04/2023.

DATASUS, 2016. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901>>. Acessado em: 03 de Março de 2023.

DATASUS - acessado em 27/03/2023

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Imuniza%C3%A7%C3%B5es%20do%20Brasil%20%C3%A9%20um%20dos,imunobiol%C3%B3gicos%20para%20toda%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o.>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.

FERRONATTO, S.R.B. Psicomotricidade e Formação de Professores: uma proposta de atuação. Dissertação

(Mestre em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

FERREIRA, L. G. ABREU, R. M. A. **Características e Desafios dos/nos anos Iniciais do Ensino Fundamental:** Vozes de estagiários. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9557/6210> Acesso em

FORMAS e Consequências do Trabalho Infantil. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/formasdetrabalhoinfantil/#>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 84ª Edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 256p. ISBN: 9788577534180.

FREITAS, Rafaela. Redação ENEM 2019 – “A democratização do acesso ao cinema no Brasil”. Estratégia Concursos, 2019. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/redacao-enem-2019-a-democratizacao-do-acesso-ao-cinema-no-brasil/#:~:text=%E2%80%93%20Falta%20de%20entendimento%20do%20cinema,%E2%80%93%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20da%20aliena%C3%A7%C3%A3o%20cultural>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

IBGE, **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 23 de março de 2023.

IBGE. **Censo Demográfico** 2010. Disponível em:

<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 23 de março de 2023.

IBGE. **Conceituação das Características Investigadas PNAD 1999**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>>. Acessado em: 23 de março de 2023.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. Maus-tratos e Proteção de Crianças e Adolescentes: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Revinter, 2006.

MUSEU HISTÓRICO E DE ARTES DARRAS NOYA. Portal Turismo Brasil. s.d. Disponível em: <<http://www.portalturismobrasil.com.br/atracao/6295/Museu-Historico-e-de-Artes-Darras-Noya>>. Acesso em: 27 de março de 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Portal Nações Unidas - Brasil. Agenda 2030. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 01 jun. 2023.

QUAL a importância do ensino médio na vida do aluno? Entenda! Disponível em: <https://www.crescersempre.org.br/importancia-do-ensino-medio/>. Acesso em: 01 maio 2023.

SANTANA DO IPANEMA. Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema. Santana do Ipanema, AL. 1990. Disponível em: <<http://www.santanadoipanema.al.gov.br/conteudo/legislacao>>. Acesso em: 27 de

março de 2023.

SANTANA DO IPANEMA. Secretaria Municipal de Planejamento. Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária. Diagnóstico Situacional: Prefeitura de Santana do Ipanema. 2023.

SÃO PAULO. Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (org.). Caderno de Orientações Técnicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Município de São Paulo. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/GIULIA/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas%20do%20Peti%20no%20Munic%C3%ADpio%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTA CATARINA. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar do Estado de Santa Catarina - Plano Estadual de Educação Alimentar: Santa Catarina 2014-2019 / Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2014.

SISTEMA Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência Social: polêmicas e perspectivas. Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP. n. 2, abr. 1995b, São Paulo.

SISTEMA de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sinasc/>. Acesso em 23 de Março de 2023. SIPNI – acessado em 27/03/2023

TAC Médio Sertão - Termo de Ajustamento de Conduta da Casa de Acolhimento Maria Nanete Oliveira Silva: Santana do Ipanema. 2021.

Tudo é Poema. Disponível em: <<https://www.tudoepoema.com.br/ruth-rocha-o-direito-das-criancas/>>. Acesso em 28 de junh. de 2023.

MARTINS, I. C. Os escritos educacionais de João Craveiro Costa e a escola nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930: interrelação entre ideias e práticas. Dissertação (mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

OLIVEIRA, Z. R. de .Educação infantil: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. **Universalização do Ensino Fundamental em Alagoas:** rastreando modos e meios de sua efetivação. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Maceió, 2010.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes Ribeiro. **Direito educacional:** educação básica e federalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SILVA, Gerson Pindaíba da. A Educação Infantil na Contemporaneidade. Revista Científica Multidisciplinar

Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 527-539, Abril de 2017.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 85).

SILVA, E. M. da. A educação infantil em Alagoas: (re)contruindo suas raízes. Maceió: EDUFAL, 2009.

SILVA, T. Z. Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem. Revista Thema, v. 9, n. 2, 2012.

